

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PPGPSI - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
INSTITUCIONAL**

SABRINA RIBEIRO CORDEIRO

**MULHERES NEGRAS EM LUTA:
desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do
campo da socioeducação**

Vitória - ES
2018

SABRINA RIBEIRO CORDEIRO

MULHERES NEGRAS EM LUTA:
desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do campo da
socioeducação

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Acácio Augusto Sebastião Júnior

Vitória – ES
2018

Sabrina Ribeiro Cordeiro

MULHERES NEGRAS EM LUTA:
desintimizando a vida entre alianças clandestinas a partir do campo da socioeducação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Comissão examinadora

Prof. Dr. Acácio Augusto Sebastião Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
Universidade Federal de São Paulo
(Presidente da Banca)

Prof.^a Dra. Estela Scheinvar
Universidade Estadual do Rio de Janeiro
(Membro Externo)

Prof.^a Dra. Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional
(Membro interno)

À Violeta, que aliou o corpo a essa escrita.

AGRADECIMENTOS

À Clemildes e ao Moacir. Não há um só dia em que eu não agradeça pelo imenso presente de vir a este mundo por intermédio de vocês. Duas grandes pessoas que conduziram todo meu processo educacional de perto, pacientemente, apesar da minha pouca afeição aos estudos durante os ensinamentos fundamental e médio. Insistiram, incentivaram, criaram estratégias para me ajudar a aprender. Me ajudaram a seguir, apesar do pouco que eu acreditava ser capaz naquele tempo. Foram fundamentais para que eu chegasse à faculdade e finalmente descobrisse a Psicologia, essa profissão que amo, à qual dedico todos os dias de minha vida desde então. Pai, você, cria de Pirapozinho, sempre contou pra gente sobre as muitas privações que viveu, nos ensinando a dar importância para cada prato de comida à mesa. Alcançou a universidade pública à revelia dos imensos obstáculos, mas não conseguiu finalizar o curso porque pobre tem que trabalhar e não tem grana pra frequentar a USP dos anos 70. Hoje a universidade pública se preocupa mais com a inclusão e a permanência de grupos menos favorecidos; então, gosto de acreditar que outros Moacir têm hoje a chance de terminar o curso de Física e fazer pesquisa no exterior. Mãezinha, você, mulher negra de fibra, em sua pequena estatura, grandes desafios enfrentou, saída do interior da Bahia aos 18 anos, buscando ganhar a vida na grande metrópole brasileira, como tantos retirantes nordestinos antes de você. Sua história, sua cor, sua maneira de viver cada dia como um presente, me enchem de amor e fortalecem minhas lutas. Apesar do pouco estudo, você sempre soube que o acesso à educação é condição mínima para ascender socialmente no Brasil, e nos apoiou, como pôde, com sua presença constante, vibrando conosco a cada pequena conquista. Vocês, Moacir e Clemildes me dão raízes fortes fincadas no chão e asas para voar para onde meu coração me levar. Amo vocês com profunda reverência, por tudo que são, por toda vida que emana de vocês.

Ao Moa e à Ju, minha mais completa gratidão pela companhia sempre presente. Vocês são fonte de inspiração para mim, não somente pelas suas brilhantes trajetórias acadêmicas e como docentes, mas pela garra insubmissa diante da vida, pela obstinação em ser feliz. Moa, com seu equilíbrio e sua simplicidade; Ju, com a insaciável fome com que se lança à vida e sua porta sempre aberta pro meu coração; vocês me dão sustentação, me ensinam a ser melhor.

À Lu e à Gigi, minhas duas irmãs de alma, agradeço pela forte referência feminina e feminista, pelas longas conversas, pela emoção à flor da pele a cada encontro, pela silenciosa cumplicidade, que me move, me encoraja e me complementa. Lu, luz na minha vida, compartilhamos todos os amores, todos os lutos, todos nossos melhores e piores momentos. Gostaria de ser a pessoa que seus olhos refletem quando olham para mim. Te amo infinito. Gigi, nêga macumbeira, espírito livre da natureza que me alimenta de energia transformadora e me cuida, com cada olhar, cada toque, cada respiro. Você faz parte do que eu sou.

Ao Eri, companheiro de todas as horas, o homem com o mais nobre coração que já conheci. Entrou na minha vida devagar, sem fazer alarde, e se tornou minha casa e meu coração. Sonhou comigo muitos sonhos, chorou comigo perdas difíceis, aceitou me conhecer no meu melhor e no meu pior, e me amou, sincera e completamente. Amo você.

Ao Acácio, orientador fantástico, que me provocou a pensar sob diferentes perspectivas, me apresentou importantes leituras de mundo, e me respeitou e apoiou em minhas apostas. Nosso encontro mudou os rumos dessa história em 2015, quando eu ainda me preparava para tentar a seleção para o mestrado. Agradeço ao universo a beleza desse encontro, desejava a continuidade dessa parceria em momentos futuros.

À Aninha e à Estela, mulheres fortes, de grande importância nas lutas contemporâneas contra toda forma de opressão. Agradeço a generosidade, a paciência e a completa disponibilidade ao convite de estarem conosco nessa caminhada.

À Gilead, à Luziane, à Ruth e à Bianca, um carinho especial pela trajetória de afeto e acolhimento que partilhamos. Vocês me ajudaram a construir um corpo pesquisadora aberto e deram lugar para as minhas ansiedades e incertezas, abraçando e carinhando meus dias de PPGPSI.

À Julinha e à Angel, por meio de vocês, agradeço a todas as mulheres que, com seu amor e sua escuta cuidadosa, inúmeras vezes me aconchegaram e fortaleceram para sustentar essa escrita em meio aos atravessamentos de um novo trabalho, em lugar tão diverso do qual meu corpo havia se acostumado a produzir até então. Vocês são carinho na minha alma.

À Carol, à Anto e à Monica. Agradeço em seu nome a todas as mulheres acadêmicas feministas, que me rasgam e costuram com suas agudas disposições para a vida, com sua insubmissão e coragem. Vocês estiveram presentes ao meu lado durante todo o

tempo dessa escrita e são parte inseparável de tudo que me tornei a partir dessa experiência.

Ao Gabri, à Fê, à Ruri, e à Dane. Amor infinito que não se pede e não se mede, conexão atemporal em minha vida. Vitória não seria possível para mim sem vocês. Da faculdade até hoje, minhas melhores versões são aquelas que inventei e vivi ao seu lado.

À Sonia, à Jana, à Poli, à Nayara, à Zé Anésio e a Helom. Pessoas negras que me permitiram fazer parte de suas vidas, que me inspiram, me deslocam, me dão chão e me acompanham em meu processo de tornar-me negra. Vocês me ajudam a construir essa história em mim e me mostram que ser negra é libertação e resistência!

À Sonia Amancio, à Vivian e a todas as outras vidas atravessadas pela socioeducação. Vidas que resistem, que transbordam ao controle, que criam possibilidade de encontro e de revolução em cada ínfima abertura.

E, enfim, à Violeta. Menina preta, me invadiu com sua história, transformando a minha. Hoje vejo que a socioeducação foi apenas pano de fundo para o nosso encontro, que se deu na clandestinidade de uma parceria improvável e que me ensinou muito do que hoje sei sobre mim e sobre a psicóloga que quero e posso ser, sobre a vida e suas inconsistências. Brindo à sua existência, à vida de sua guria linda e ao futuro. Que você encontre amor e paz nos seus caminhos.

RESUMO

O Estado brasileiro, implicado em certa forma de governar, promove divisões móveis entre grupos que ocupam diferentes lugares na hierarquia sócio-racial. Jovens brasileiros têm sido alvo de inúmeras materializações de uma lógica penal que atravessa os processos de subjetivação em curso na contemporaneidade. Com aparatos jurídico-punitivos constituídos em torno de uma certa infância e juventude ao longo do último século, vemos operar a divisão entre potenciais ‘cidadãos de valor’ de um lado, e uma horda de futuros ‘delinquentes’ de outro, a depender da localização étnica, racial, social e geográfica dos sujeitos. Assistimos e fazemos parte de um cenário de naturalização de tecnologias de controle e da associação dessas táticas de governo ao discurso do cuidado e da proteção, e do acesso a direitos na oferta dos programas e serviços das políticas sociais. Esse trabalho se construiu a partir de uma intensa vivência na política socioeducativa como operadora desse sistema e dos atravessamentos com outras vidas negras que circulavam por esses espaços e que resistiam, inspirando práticas de liberdade em meio ao que se constitui como prisão e morte. O retorno ao campo, na condição de pesquisadora, se deu apoiado nos referenciais analíticos e nas ferramentas metodológicas apresentadas por Michel Foucault, Achille Mbembe, autores do Abolicionismo Penal, René Lourau, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Em meio à análise dos grandes marcadores das políticas para (um)a juventude, esse trabalho encarna a construção de uma crítica à lógica penal que permeia o sistema socioeducativo, a partir de uma perspectiva feminina, feminista e negra.

Palavras-chave: Controle, Proteção Integral, processos de subjetivação, juventude negra, socioeducação.

ABSTRACT

The Brazilian state, compromised with a certain way of governing, promotes mobile divisions between groups that occupy different places in the social racial hierarchy. Young Brazilians have been target from innumerable materializations of a criminal logic that passes through the subjectivation processes in course in the contemporaneity. With legal punitive appliances constitutes around a certain childhood and youth through the last century, is operated a division between potential 'value citizens' on a side, and an horde of future 'offenders' in the other, depending on the geographic, social, racial, age localization of the subject. We watch and participate of a control technology naturalization scenario and of the association of these govern tactics with the protection and care speech, and the access to rights in the program and services offer of the social politics. This work was built from an intense experience in the social education policy as a system operator and across other black lives that circulated through these spaces and resisted, inspiring freedom practices in the middle of what constitutes itself as prison and death. The return to the field, in the researcher condition, supported itself on the analytical references and the methodological tools presented by Michel Foucault, Achille Mbembe, Criminal Abolitionism authors, René Lourau, Gilles Deleuze and Félix Guattari. Between the big markers analysis of the policy for one youth, this work incarnates the construction of the criminal logic criticism that permeates the social education system, from a black, female, feminist perspective.

Keywords: State, control, protection, criminal logic, subjectivation processes, freedom practices, black youth, social education, social policy, bipolaritics, necropolitics.

SUMÁRIO

Corpo e Campo.....p. 11

Expressões do Estado em nós. Sociabilidades encarceradas.....p. 16

Políticas para (um)a juventude.....p. 41

Transgressões e irreversibilidades. Violeta. Uma micropolítica da conversação.....p. 76

Do corpo aberto e das trajetórias do afeto.....p. 112

Referências Bibliográficas.....p. 119

Corpo e campo

Para nós mulheres negras, escrever e publicar é um ato político. Precisamos mostrar as nossas narrativas, temos que disputar. Aquela imagem de escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é o símbolo nosso, porque a nossa fala força a máscara. É um exercício de escrita e de militância.

Conceição Evaristo¹

Para escapar à ameaça da fixação, de encarceramento e de estrangulamento, e à ameaça de dissociação e desmembramento, a linguagem e a escrita deverão sempre projectar-se o infinito exterior, despir-se para soltar o vício que ameaça sufocar o seu corpo.

Achille Mbembe²

Cinco anos de atuação como técnica de referência no atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto, em dois municípios da região metropolitana do estado do Espírito Santo, motivaram meu desejo de bater às portas da Universidade com um projeto de pesquisa debaixo do braço. Muitos incômodos, questionamentos e tensionamentos com as demandas implícitas ao trabalho, de controle daqueles sujeitos, exigiram de mim a saída do lugar de operadora do sistema, em 2015, e me empurraram na direção de uma busca por compreender os processos que atravessam o fazer da Psicologia nos espaços de execução dessas medidas.

O plano inicial era fazer o levantamento de um material documental e bibliográfico que fornecesse base para uma posterior retomada do convívio com adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, com o objetivo de rastrear os processos de trabalho e as intervenções com os sujeitos e ir localizando e identificando práticas de liberdade no cotidiano desses serviços, em contraposição à lógica punitiva inerente ao sistema socioeducativo, endereçada como tarefa oculta aos profissionais de Psicologia atuantes nesses espaços.

¹ Conceição Evaristo. “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio” In *Carta Capital*. 13 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>>. Acesso em: 27 maio 2017).

² Achille Mbembe. *Políticas da inimizade*. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018, p. 250.

Com o avanço do processo de pesquisa em sua fase inicial, mais documental, pude perceber que a convocação que se fazia em mim não era contemplada de maneira satisfatória através do estudo da letra fria da lei, dos documentos oficiais do Estado, e das normativas das políticas socioeducativa e de assistência social. Sentia que faltava calor, faltava vida. O processo de escrita se amornava cada vez mais, ficando enfraquecido face ao turbilhão de acontecimentos outros que se deram na minha vida naquele período: em meio à retomada de uma intensa vivência universitária, ocorre a posse em mandato eletivo de conselheira efetiva do V Pleno do CRP 16 – ES³ e a posse como servidora pública em um município no interior do estado⁴, há duas horas e meia de distância da capital, onde eu moro e onde localiza-se o programa de pós-graduação em psicologia institucional, na UFES.

A ideia de retomar as idas a um dos serviços de medida socioeducativa, no qual permaneci mais tempo, para ter contato novamente com a equipe e com os adolescentes e jovens em acompanhamento também não parecia responder ao clamor que se fazia em mim. Necessitava de mais intensidade para modular o percurso. Sentia que o desejo que me impulsionava passava por uma revivescência dos sentimentos e dos atravessamentos insitucionais que me tocaram com aqueles jovens que atendi no passado, naquele período em que se deram em mim os processos de composição de um corpo *‘psicóloga técnica de medidas socioeducativas’*. Um encontro, e tudo muda, desviando-me completamente do percurso inicialmente traçado.

Violeta, uma jovem que acompanhei pelo período de dois anos em um serviço de execução de medidas, surge novamente em minha vida, solicitando parceria na construção de uma fala que faria em Brasília, no lançamento de uma cartilha sobre egressos da socioeducação. Esse encontro me afetou profundamente e apontou para outros caminhos da pesquisa, outras formas de constituir essa caminhada. Essa intervenção muda radicalmente os rumos desse trabalho que hoje você encontra à sua frente, e se impõe como marco para a continuidade de uma história muito intensa de parceria e composição coletiva entre mim e Violeta. A jovem aceita prontamente o convite a estar comigo durante o trajeto da pesquisa e me auxiliar na tarefa de retomada

³ Conselho Regional de Psicologia da 16ª região – Espírito Santo. Órgão que regulamenta o exercício profissional da Psicologia em nível estadual. Integra o Sistema Conselhos de Psicologia, formado por 23 conselhos regionais mais o Conselho Federal de Psicologia.

⁴ Cargo de psicóloga de um município do interior, na Política de Assistência Social, em serviço que compõe a Proteção Social Básica.

de nossas histórias pregressas, problematizando comigo cada passagem de fluxo, cada interrupção, cada intensidade dispersa que havia ficado para trás.

Ao mesmo tempo em que Violeta ressurgem vão se dando minhas primeiras incursões no movimento negro. Circulando por espaços de organização e resistência negra, vou me percebendo nesse lugar, e construindo para mim um corpo outro, enegrecendo minhas referências de mundo e me provocando a sustentar o complexo convite de tornar-me negra, o qual me traria muito mal estar e incômodo, mas também pertencimento, força e parcerias valiosas na busca por estratégias de enfrentamento aos fascismos da vida cotidiana, num movimento interminável de autoanálise e desconstrução.

Essa pesquisa, assim, passa a existir em germe a partir do trabalho técnico na política socioeducativa, em que fui percebendo as amarrações das práticas e intervenções com os sujeitos pelo modo de funcionamento do sistema penal. Tempos depois de ter recusado esse lugar, fez-se em mim a necessidade de voltar a pensar possibilidades de estar junto com esses sujeitos, agora partindo de outro lugar e com o auxílio de novos referenciais, instrumentos e parcerias para a compreensão dos processos de prisão que aí se dão e para a busca de formas outras de gerir essas relações. Voltou a mover-me o desejo de transitar com eles pelos espaços da negação, da descartabilidade, mas também com eles experimentar a força de cada encontro, resistir, insistir, assumir atitude de insubordinação diante da vida.

Apresentamos, no primeiro capítulo, os referenciais teóricos e as ferramentas metodológicas que foram utilizadas ao longo de todo o trabalho como estratégia de análise do campo de intervenção. Lidamos com as questões institucionais por meio de dois caminhos, que se entrecruzam e acompanham: 1) uma análise, inspirada em Foucault, do sistema socioeducativo enquanto política nacional de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; 2) uma crítica à lógica penal que permeia esse sistema a partir de uma perspectiva feminina, feminista e negra. Junto com isso, trazemos à cena outras chaves analíticas que compõem com essas duas perspectivas: a análise de implicação (ferramenta da Análise Institucional), o conceito de necropoder e necropolítica (do autor camaronês Achille Mbembe) e o referencial estratégico do abolicionismo penal (como discurso potencializador da supressão das penas).

No primeiro capítulo, *‘Expressões do Estado em nós. Sociabilidades encarceradas’*, elencamos autores que nos ajudaram a analisar alguns discursos que se constituíram como verdade sobre o estado de coisas produzido pelo acoplamento de todo um circuito de ilegalismos à Doutrina da Proteção Integral, hoje vigente nas políticas para a infância e juventude. Essa doutrina, um paradoxo, não é senão a gestão seletiva dos direitos, em que por meio da criação de um excesso de direitos, cuidado e proteção, se fabrica a supressão da liberdade dos sujeitos. O regime dos ilegalismos que articula o tripé polícia-prisão-delinquência produz um fechamento subjetivo do qual é quase impossível escapar. Isso fala de um itinerário que está posto para os jovens nos serviços das políticas, executado como estratégia de governo que visa a produzir sujeitos dóceis politicamente e úteis economicamente; em uma palavra: assujeitados.

No segundo capítulo, *‘Políticas para (um)a juventude’*, trazemos uma história documental da socioeducação, campo a partir do qual surgiram os primeiros espasmos, as primeiras provocações que alimentaram a aposta política desse trabalho. Fazemos nesse trecho um mergulho nas doutrinas que atravessam o sistema socioeducativo e as políticas para jovens, através das leis, referências técnicas e demais normativas da área da infância e juventude, da assistência social e da socioeducação, aludindo, uma hora e outra, ao campo teórico previamente trabalhado. Finalizamos essa parte trazendo minha imersão no sistema socioeducativo e como se deram os encontros entre minha vida e a vida de outros sujeitos marcados pela socioeducação.

No terceiro capítulo, *‘Transgressões e irreversibilidades. Violeta. Uma micropolítica da conversação’*, apresentamos o campo, reconvocando elementos e passagens dos dois capítulos anteriores, nomeando e aplicando os conceitos-instrumento que a pesquisa solicitou que fossem mobilizados. Trazemos as experiências que compuseram a escrita a partir de uma parceria improvável entre a personagem Violeta e eu, duas mulheres negras cujas existências se cruzaram em três diferentes momentos da vida: quando ela era uma criança, frequentando um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos localizado em bairro periférico, no qual residia; quando Violeta já era uma adolescente, inserida em uma intensa vivência infracional; e anos depois, com Violeta já adulta, às vésperas de dar à luz um bebê. Nesse trecho trazemos os filósofos da diferença para nos ajudar a compor com as experiências que se deram. Dizemos desses encontros a partir de uma clandestinidade possível, fruto dessa conexão, que se fez fonte de inspiração para a vida de ambas.

O capítulo conclusivo, *‘Do corpo aberto e das trajetórias do afeto’*, retoma passagens do texto dos dois capítulos anteriores, fazendo o fechamento de algumas questões que se colocaram ao longo do processo de pesquisa. Não como esgotamento destas questões, mas como fim provisório desse trabalho, buscamos apontar para algumas direções possíveis a partir dos limites da política e do transbordo desta pelas vidas negras que circulam por ela e que ali não cabem. A aposta na composição de coletividades, na desindividualização dos nossos processos de vida e de morte e na associação pela via da paixão, persistem como marca de tudo isso que se fez intensidade ao longo do caminho, e nos alimenta para a continuidade da luta, que nunca acaba.

Expressões do Estado em nós. Sociabilidades encarceradas.

Talvez, nosso objetivo hoje não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos (...). O problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem de suas instituições, mas do Estado e do tipo de individualização que a ele se liga. Promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade imposta.

Michel Foucault⁵

O Estado brasileiro, implicado em certa forma de governar, se apóia em divisões móveis entre grupos que ocupam diferentes lugares na hierarquia sócio-racial e que, em decorrência disso, acessam de maneira assimétrica as condições de participação política em processos decisórios de gestão das relações e de autodeterminação da vida. Nessa forma de governo político, algumas vidas devem ser preservadas e aumentadas em capacidade de produção e acúmulo de capital; outras são colocadas em posição oposta em relação às garantias e privilégios acessados pelo primeiro grupo.

Em ‘*Segurança, Território, População*’, Foucault (2008) expõe as diversas artes de governar que irão compor a forma de governo político na formação do Estado moderno. O Estado seria o “correlato de uma certa maneira de governar” (Foucault, 2009, p. 09). Governo, numa leitura foucaultiana, não implica em uma cisão entre os que governam e os que se deixam governar, mas diz das relações estabelecidas entre as pessoas nessa correlação de forças, da posição que cada um ocupa no jogo (FOUCAULT, 2008). Somos governados na medida de nossa participação nos jogos de poder em curso. A partir dessa premissa, podemos dizer que se essa forma de governo trata de um arranjo da totalidade de relações estabelecidas, a partir de outros modos de organização dessas mesmas relações, produziriam-se outras dinâmicas na correlação de forças e nos modos de os sujeitos relacionarem-se entre si em sociedade.

O termo transação – “ação entre”, são os “conflitos, acordos, decisões e concessões recíprocas” que estabelecem os efeitos de limitação do governo – “o que é para fazer e o que é para não fazer” (FOUCAULT, 2008, p. 17). Ao participarmos desse processo, a partir do modo como nos posicionamos e atuamos na relação com o outro e

⁵ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. Em: MACHADO, Roberto (org.) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, p. 239.

com o Estado, referendamos regras de conduta para nós mesmos e para os demais, aceitando as definições do Estado para nossas vidas. Trata-se não exatamente de um contrato social redigido a partir de determinados interesses, em detrimento de outros, mas de um conjunto de práticas dispersas que atinge e envolve a todos numa mesma lógica de funcionamento social.

Na sociedade liberal, a noção de direitos e a noção de cidadania vêm atreladas a à ficção jurídica do contrato social que deve orientar as relações entre as pessoas que, nesta leitura jurídico-política, teriam os demais direitos ligados a um direito natural fundante – o que a filosofia política chama de jus-naturalismo. No entanto, é preciso ‘educar’ os indivíduos para essa relação com os outros e com o Estado. Família, comunidade e poder público – este último através das políticas sociais – incorporam o “trabalho pedagógico” necessário para guiar os sujeitos nesse processo supostamente civilizatório. Assim, “a concepção de cidadania não remete apenas à integração econômica, mas às diferentes formas de socialização, que, na sociedade moderna, se caracterizam pela prática de capacitação e controle” (SCHEINVAR, 2009, p. 87).

No Brasil, os setores que compõem o grupo racial desfavorecido, com acesso seletivo e diferencial aos direitos, bens e serviços, são herdeiros históricos do escravismo, tendo se tornado as “massas marginais urbanas que só conhecem a cidadania pelo avesso”, pela “opressão dos organismos do sistema penal” (MALAGUTI, 2003, p. 102-103). Então, de quê cidadania estamos falando? Malaguti a definiu como “cidadania negativa”, atrelada a esses sujeitos para produzir uma fundamentação das amplas campanhas de disseminação do medo entre a população geral, referendando e consolidando as políticas de encarceramento e extermínio em plena expansão. O medo é um importante elemento agregador de mentalidades retributivas e proibicionistas, que tendem a corroborar explicações superficiais e individualizantes acerca da violência urbana, autorizando o Estado a “empreender a aniquilação cultural e física dos estranhos” (MALAGUTI, 2003, p. 80).

Na forma contemporânea dessas tecnologias de governo de Estado mínimo não interessa intervir diretamente sobre os indivíduos, mas somente na medida certa de seus interesses. Se até o início do século XVIII o poder soberano incidia fisicamente sobre os corpos, através das punições exemplares do suplício público, depois disso passa-se a medir a punibilidade dos atos pelo interesse em punir ou não. Interessa punir? A quem?

Como punir ‘melhor’, em benefício da sociedade? É dessa forma que o novo regime de governo passa a pautar a questão da reeducação dos sujeitos para a convivência no espaço público, a partir de regras previamente determinadas, a partir da gestão e manipulação de interesses pelo Estado.

Entre os séculos XVI e XVIII, eram comuns os tratados sobre a arte de governar, direcionados ao soberano como manual pedagógico sobre as formas corretas de se produzir um governo de si mesmo, um governo das almas e das condutas, um governo das crianças, e um governo dos Estados. Com a proximidade do fim do período feudal e o avanço da instauração dos Estados como grandes unidades territoriais, administrativas e coloniais, surge a necessidade de se pensar o governo em sua forma política. E assim se coloca a questão da arte de governar, que trata de introduzir a economia na gestão desse Estado. Isso se dá inicialmente através de um modelo de economia baseado na forma de gestão executada no interior da família, no cuidado e na vigilância dos processos que envolvem seus integrantes e seu acúmulo de bens (FOUCAULT, 1993).

No governo do Estado, todos os elementos que compõem a população – coisas, indivíduos, territórios e propriedades – são tomados por variáveis nos processos decisórios, que os dispõem de modo a alcançar os objetivos traçados, através de regras definidas pelo próprio Estado para esse fim. O conceito de população então surge, a partir do século XVII, deslocando a família do lugar de modelo de governo e a colocando como segmento privilegiado de manipulação de interesses. A população, dessa forma, torna-se o sujeito das necessidades e, ao mesmo tempo, o objeto da manipulação do governo (FOUCAULT, 1993). É importante ressaltar que a disciplina não é eliminada como tecnologia de controle a partir desse cenário. “Trata-se de um triângulo soberania-disciplina-gestão governamental”, em que a população torna-se alvo principal da aplicação, por meio de dispositivos de segurança, de mecanismos essenciais à manutenção das formas do Estado (FOUCAULT, 1993, p. 171). Na razão governamental, esses parâmetros de atuação do Estado, implicam em um

jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos; a utilidade social e o benefício econômico entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público; e um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados (FOUCAULT, 2008, p. 60-61).

Existem duas concepções de lei, provenientes de momentos históricos diversos, não excludentes, que coexistem nesse cenário, conectadas uma à outra. A primeira trata

da “expressão de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduo aceitaram ceder e a parte que eles querem reservar” (FOUCAULT, 2008, p. 57-58). A segunda apresenta a lei como negociação, ação entre “a intervenção do poder público e a independência dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 58). Como veremos, há uma conexão insistente entre essas duas formas de governo que traduzem as dinâmicas entre poder público e sociedade: uma que coloca a necessidade de negociação entre direito público e direito do homem, e outra que “define a partir da necessária limitação do governo, a esfera de independência dos governados” (FOUCAULT, 2008, p. 58).

Uma das concepções acima descritas fala de direitos, a outra fala de liberdades. A dependência entre ambas se reflete no fato de que quanto mais direitos reivindicamos, mais estamos dispostos a uma aproximação, a uma intimização com o poder público. Há a produção de uma profusão de direitos enquanto potencialidade, que pode ser acessado pelos sujeitos na medida de sua participação justamente através dessa reivindicação. Esses direitos, que devem ser promovidos e garantidos pelo Estado, em sua efetivação, concretizam também submissão e rendição, pois trata-se de negociação e de compromisso, de concessão e de anulação. Não existem direitos sem deveres. No jogo entre ambos se instalam as práticas de governo, que não se resumem à ação estatal, mas que implicam os próprios sujeitos (em forma de cidadão) nestas práticas de governo, traçando um arco ascendente e descendente.

Essa lógica coloca o Estado na posição de restituidor dos direitos supostamente suprimidos nas relações entre os sujeitos, como se em algum ponto no passado tivéssemos experimentado essa igualdade anunciada no mito fundante do contrato social. Angela Davis⁶ coloca o termo em análise. Davis diz que falar em desigualdade pressupõe que exista uma igualdade a priori, da qual algumas pessoas tenham sido deixadas de fora e às quais se prevê inserir. Afirma que não é possível que saibamos o que igualdade pode significar, uma vez que sempre houve um grupo vasto de pessoas deixadas de fora dessa ‘comunidade de iguais’. Os iguais, os sujeitos universais, são esse grupo do qual as pessoas pobres e negras foram deixadas de fora, e que se constituiu como parâmetro de normalidade e referência para a organização da estrutura social.

⁶ DAVIS, Angela. Desigualdade. Festival de Livros de Oakland, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5IYpk1Zj-SU>. Acesso em 12 mai. 2018.

A ideia de uma igualdade essencial perdida, que precisa ser resgatada, esconde sob suas bases uma forte justificativa para as intervenções estatais na vida dos particulares, como mediação na direção da restauração almejada. É preciso “desindividualizar pela multiplicação e pelo deslocamento de arranjos”, apostando nas coletividades, nos grupos não como elo hierarquizante entre os indivíduos, mas como “gerador de desindividualização” (FOUCAULT, 2003, p. 10).

Foucault (2008) busca mostrar como algo, a exemplo da loucura, da delinquência, “a partir de certo momento e em condições que se tratava precisamente de analisar, foram ao mesmo tempo sustentadas, substituídas, transformadas e deslocadas por processos de verificação” (FOUCAULT, 2008, p. 47). Precisamos compreender os deslocamentos e transformações através dos quais passamos a associar a ideia de liberdade a práticas que visam ao seu oposto: a vigilância e o controle dos sujeitos. Como veremos no próximo capítulo, através das políticas sociais produziu-se uma promessa de acesso a direitos que, na prática, se convertem em acompanhamento permanente, assistência prolongada, e suspensão das possibilidades de liberdade dos sujeitos a elas circunscritos.

Trata-se de mostrar por que interferências toda uma série de práticas - a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade -, por que interferências essa série de práticas pode fazer que o que não existe (a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade, etc.) se tornasse, porém uma coisa, uma coisa que, no entanto, continuava não existindo. (o que) eu gostaria de mostrar (é) que foi certo regime de verdade e, por conseguinte, não um erro, que fez com que uma coisa que não existe possa ter se tornado uma coisa. Não é uma ilusão, já que foi precisamente um conjunto de práticas, de práticas reais, que estabeleceu isso e, por isso, o marca imperiosamente no real (FOUCAULT, 2008, p. 26-27).

Para buscar compreender os processos através dos quais algumas práticas, a partir de algum momento, tornaram-se possíveis, bem como os regimes de verdade que as produziram e legitimaram, a história surge como importante ferramenta. A história, aqui, se coloca a serviço da rememoração como cuidado metodológico, para a constituição de uma leitura de mundo que considere os processos de construção de determinadas ideias e modos de estar na vida com os outros. Não como explicação, mas para compreender que aquilo que hoje se constitui como realidade não ocorreu devido a uma linearidade causal ou a uma trajetória evolutiva natural humana, mas porque entre nós e o mundo se deram construções e articulações que produziram esse estado de coisas, e não outros (FOUCAULT, 1995).

A história atua, então, como impulso transformador, como potência capaz de desnaturalizar identidades endurecidas, a fim de que possamos nos perguntar por que não seria possível pensar de outro modo do que se pensa. A história, assim, é, sobretudo, um trabalho que não é tomado apenas por um método, mas também por uma política – uma política do presente – que potencializa outras possibilidades de pensar, por considerar a história através de suas práticas, de um não esvaziamento de suas forças transformadoras (BICALHO, 2013, p. 16).

A noção de risco e a construção do sujeito perigoso, derivadas do encontro entre a psiquiatria do século XIX e o Direito moderno, permeiam nossos processos de constituição como sujeitos na contemporaneidade e incidem sobre a população negra e pobre criando condições para a consolidação das relações e conceitos que vinculam pobreza e criminalidade. O medo e a insegurança nas cidades alimentam o clima de tensão e cresce o desejo de prisão e morte para os que são classificados como anormais, infratores, subscrevidos, com especial efeito entre os jovens de periferia. Alguns desses jovens insistem em desfilarem por aí sua desobediência, testando os limites do discurso do respeito e da diversidade; desta maneira, incomodam e tensionam, em atitude de insubmissão e indiferença aos acordos ditos coletivos, dos quais sabidamente jamais participaram.

No Brasil, o grupo racial branco é o detentor histórico das condições econômicas e políticas que garantem acesso privilegiado a bens, direitos e serviços, em contraposição ao grupo racial negro, que vem sendo, desde sua chegada ao Brasil, escravizado, expropriado dessas mesmas condições. Essa é uma das procedências, na história nacional, da desigualdade e do racismo como marcas estruturantes do que se convencionou chamar de constituição do povo brasileiro e não há mais como se esquivar desse debate. Como já demonstrado por Michel Foucault em suas pesquisas sobre a penalidade moderna e a biopolítica, o corte entre vida e morte na população passa pelo exercício do racismo de Estado. No Brasil, essa tecnologia do ‘deixar morrer’ atinge em cheio os negros e as negras, como muitas pesquisas recentes têm demonstrado. Esse debate vem se colocando de forma mais ampla em alguns setores sociais pela atuação de movimentos negros. Naturalizou-se o lugar do negro “(...) da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’” (GONZALES & HASENBALG, 1982, p. 15). No jogo de interesses da razão governamental, qual a importância e o lugar das vidas dos jovens negros inseridos na socioeducação, esse sistema que guarda memórias arquitetônicas e práticas das senzalas, que confina e reduz suas vidas à luta pela sobrevivência, dia após dia?

Nesse trabalho, nos importa afirmar a necessidade de racializarmos – ou seja, rememorar a guerra de raças que funda o Estado moderno – a leitura da gestão dos conflitos sociais, enquadrando-a no contexto brasileiro de escravidão prolongada e de manutenção das pessoas negras no lugar da inferioridade e da subalternidade. Outros grupos depois vieram a ocupar também o lugar de ‘perigosos’ no Brasil, a exemplo dos loucos, dos anarquistas, dos usuários de drogas, dos homossexuais, e das travestis e transexuais, mas primeira e fundamentalmente os negros e os indígenas, desde a colônia, foram os sujeitos sistematicamente lançados a essa condição.

Clastres (1974), a partir do estudo sobre a constituição das sociedades primitivas, diz que o “monopólio da violência física legítima” constitui a própria substância do Estado, fazendo com que uma sociedade seja organizada por opressores que impõem sua força através da exploração de um grupo de menor poder, o grupo dos oprimidos. O autor afirma que o desejo de posse, de poder, é o que alimenta e justifica a existência de um Estado, estando, dessa forma, profundamente vinculado às sociedades capitalistas. (CLASTRES, 1974, p. 15). O Estado só é possível a partir da delimitação e da legitimação de um poder de coerção sobre os sujeitos. Ancorado fortemente sob um aparato econômico, jurídico e penal, estrutura-se sob aplicação de pena aos sujeitos que osem desviar-se da submissão a esse poder. Nessa perspectiva, todo Estado é necessariamente penal, uma vez que não há como operar controle e coerção das condutas sem polícia e sem pena, sem sistema jurídico e sem crime.

O que significa agora o Estado? Ele é, por essência, o emprego de uma força centrípeta que tende, quando as circunstâncias o exigem, a esmagar as forças centrífugas inversas. O Estado se quer e se proclama o centro da sociedade, o todo do corpo social, o mestre absoluto dos diversos órgãos desse corpo. (...) constata-se que a prática genocida e a máquina estatal funcionam da mesma forma e produzem os mesmos efeitos: sob as espécies da civilização ocidental ou do Estado, revelam-se sempre a vontade de redução da diferença e da alteridade, o sentido e o gosto do idêntico e do Um. (...) a violência etnocida, como negação da diferença, pertence claramente à essência do Estado (CLASTRES, 1980, p. 59-61).

O Estado utiliza os dispositivos de segurança para a inscrição de determinados atos no rol de infrações aceitas e outros no das não aceitas justamente a partir da prerrogativa e do monopólio do exercício da violência, associando delito e autor numa relação definitiva, e passando da criminalização de atos para a criminalização de sujeitos (WEBER, 1996). Diante dessa compreensão dos processos de produção de delinquência, qual é a radicalidade possível em relação a este estado de coisas? Como escapar às catequeses, às colonizações?

As formas e os lugares de ‘governo’ dos homens uns pelos outros são múltiplos em uma sociedade: eles se superpõem, se entrecruzam, se limitam e se anulam algumas vezes, se reforçam em outros casos. Que o Estado nas sociedades contemporâneas não seja simplesmente uma das formas ou um dos lugares – por mais importante que fosse – de exercício do poder, mas que, de certa maneira, todos os outros tipos de relação de poder se referem a ele, isso é fato certo. Mas não é porque cada um deriva dele. É, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (...) as relações de poder foram progressivamente sendo governamentalizadas, isto é, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições estatais (FOUCAULT, 2003, p. 137).

A partir do período industrial se constrói a figura de um ilegalismo em que o que ganha foco são os desvios dos sujeitos na relação não com o desejo, mas com o aparelho de produção. Tudo que subtrai do trabalhador em potencial sua energia passa a ser identificado como desordem, irregularidade a ser corrigida (FOUCAULT, 2016). O desafio ao Estado se torna, assim, o de diferenciar os tipos de ilegalismo e atribuir punições para cada delito, pesando cada um de acordo com os interesses vigentes e fazendo crer que tal correlação se dá a partir de uma avaliação quanto ao alcance do poder ofensivo de cada delito à sociedade. Trata-se de estabelecer o efeito moralizante da pena, ajustando a máquina penal à submissão da existência dos sujeitos atrelados ao delito, e não só de seus atos.

Esse mecanismo penetra de tal forma a vida das pessoas que engloba desde as pequenas e sutis proibições diárias até o sistema penal, trazendo a Justiça como elemento regulador da realidade cotidiana e capilarizando e dissolvendo o julgamento entre a população. Vai se produzindo uma punibilidade cotidiana, dispersa, à qual todos os corpos devem se acostumar, submetendo a todo tipo de comportamento um valor nesse jogo de repressões e privilégios. Vigilância e punição são assim associadas às relações de poder capitalistas, vinculando-se ao sistema de produção para ajustar as forças produtivas ao interesse de uma sociedade que se quer economicamente forte e ascendente.

Os jovens negros, população específica que se localiza na borda do aparelho de produção, constituem o refugio desse sistema de conformação pelo trabalho. Eles são efeito de processos de subjetivação⁷, submetidos a todo tipo de intervenção sob a

⁷ Modos pelos quais os indivíduos e coletividades se constituem como sujeitos. Esses processos nos produzem e produzem o mundo à nossa volta, sendo indissociáveis do plano dos desejos. Quando massificados, produzem certas formas de responder ao que nos atinge, à convivência em sociedade de maneira padronizada, estereotipada, não-singular. Existem processos de subjetivação capitalistas que produzem sujeitos marcados pelas características desse sistema: individualismo, consumismo, imediatismo.

justificativa de promoção de inclusão e integração a essa máquina social. É disso que fala a demanda de inserção e manutenção desses jovens em programas de acompanhamento prolongado, permanente: de um plano de inserção e longa permanência da juventude negra nas políticas sociais e no sistema penal.

O Estado, com o suporte de instituições diversas de controle, elabora planos de ação permanente para conter esse contingente que não se localiza dentro dos processos diretos de produção. As políticas públicas, nessa racionalidade, voltam-se para a manutenção do desequilíbrio necessário entre os sujeitos nas relações sociais, passando a funcionar como filtro, barreira para a revolta popular. Isso fala de um medo muito antigo das elites, herdado do período colonial, da ameaça que representam os sujeitos oprimidos quando, organizados, individual ou coletivamente, lançam-se ao confronto sem medo de empregar a própria vida na batalha. A reação estatal de hoje direciona-se para a reunião das condições ótimas para desarticular, fragmentar e dominar, pela adesão, e não mais somente pela punição direta, pois trata-se de um grupo de pessoas muito numeroso, para os quais não há vaga de cadeia nem balas de revólver suficientes.

Segundo Augusto (2012), o modo de conduzir as políticas para a juventude, investindo na inserção e na convocação à participação dos sujeitos no controle de sua própria conduta nos espaços, diz de uma “juridicalização da vida, prática que ao se ampliar no interior das antigas instituições disciplinares realiza mais do que a introjeção de regras” (AUGUSTO, 2012, p. 32). O autor indica que o constante uso da palavra ‘empoderamento’, tão atual, tão enraizada nos discursos da assistência social, também busca fazer crer no discurso de que o sujeito alvo dessas políticas, sem investimento estatal, estaria vazio das condições de participação nos jogos de força que o atravessam, vulnerável, incapaz. Trata-se de “práticas que produzem sentenças e refazem a centralidade necessária à produção de corpos e mentes assujeitados” (AUGUSTO, 2012, p. 33).

O Estado busca confiscar o conflito, emudecer os sujeitos e criar um cenário artificial de mediação, que dá lugar à criminalização de atos e pessoas e ao aprisionamento como resposta. Desse modo se dá a produção progressiva do desejo de prisão – de aplicação de penas cada vez mais duras, chegando à aceitação da aniquilação do outro, da demonização e expulsão daquele que constrange e incomoda do ‘grupo dos humanos’. Outro desafio aqui se coloca: partir dessa perspectiva, não

incorrendo na tomada desse sujeito somente como objeto dessa ação, uma vez que nos apoiamos em referenciais que indicam que é justamente pela produção, pela positividade – e não só pela coerção e pela repressão – que se dá a circunscrição dos sujeitos nos jogos de poder.

Assim se dá a construção do inimigo a ser eliminado, pela morte física propriamente dita e por meio de estratégias mais sutis e menos explícitas de anulação e abandono à própria morte. Para falar disto Foucault (2005) usa o termo “racismo de Estado”. A partir do final do século XIX e início do século XX, com o acoplamento das tecnologias de poder sobre o corpo (estratégias de disciplina dos indivíduos) para uma composição com novas tecnologias de controle dos processos de subjetivação da população (mecanismos regulamentadores totalizantes), passou-se a produzir um campo de efeitos em que a sociedade “vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos (...) um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2005, p. 73).

Augusto (2016)⁸ aponta para a seguinte reflexão: o racismo é inerente ao funcionamento do Estado Democrático. “(...) a ele se vincula um conjunto de saberes, técnicas e práticas que vão eleger uma fatia da população para se deixar morrer. Não se trata mais só de matar, executar, mas de desnudar essas vidas, deixando-as frágeis e matáveis, e de entregá-las, vulneráveis, para a morte”. Quem sobra desses processos? Quem merece morrer e quem merece viver neste jogo? Quais vidas são dignas de serem preservadas? Que vidas são dignas de luto, de luta?

No Brasil, o grupo de vidas que se torna matável, esses sujeitos infames produzidos pelo racismo de Estado, coincide, quase todo, com o grupo racial negro. Último país a abolir formalmente a escravidão, o Brasil o fez não pelos efeitos de uma comoção social produzida por uma princesa branca, mas por pressão e medo de uma revolta negra, pelo pavor que se alastrava entre a população com a eclosão de cada nova manifestação de resistência de negros organizados (NASCIMENTO, 1982). Como precursores dos movimentos sociais, negros se organizavam clandestinamente, em diferentes cantos do país, associando-se, promovendo levantes locais, fugas individuais e em massa, e ataques aos senhores brancos, articulando estratégias de sobrevivência e

⁸ AUGUSTO, Acácio Sebastião. Encontro do Observatório de Direitos Humanos do Espírito Santo. Vitória, 2016.

de resistência. Até hoje símbolo de ameaça, negras e negros lutam até a morte sem temer perder o pouco que lhes resta, uma vez que lhes foi tirado quase tudo.

Em 1835, Salvador foi cenário de uma batalha muito importante, conhecida como a Revolta dos Malês. Os malês eram africanos muçulmanos que, a partir da Diáspora⁹, foram trazidos forçadamente ao Brasil na condição de escravizados, da mesma forma que outros grupos étnicos. No entorno da cidade localizavam-se diversos quilombos, cujas práticas religiosas – do candomblé ao islamismo – eram consideradas crime contra a ordem e contra a nação. Os malês eram conhecidos por reunir a comunidade africana não somente para o culto religioso, mas também para instrumentalizá-la com o ensino da leitura e da escrita. Eram especialmente temidos pelos brancos, que, em sua maioria àquela época, eram iletrados (MALAGUTI, 2003).

A revolta explode pela madrugada, movida por cerca de 500 pessoas (entre negros africanos e crioulos¹⁰), num confronto armado contra a Guarda Nacional. Foi rapidamente contida e as penas aplicadas exemplarmente aos negros revoltosos variaram entre morte violenta, deportação, prisão e açoitamento. Ainda assim, o evento marcou de maneira estrondosa o imaginário da população baiana. Segundo Malaguti, “esse medo determinou um feroz controle sobre a movimentação dos escravos na Bahia”, provocando um decreto que versava sobre o controle permanente destes pela cidade, como forma de conter novas revoltas e dar à população uma sensação de que, assim, os perigos estariam neutralizados (MALAGUTI, 2003, p. 25).

Impossível não notar a semelhança entre essas revoltas negras históricas e os atos incontinentes dos jovens da socioeducação. Impossível desviar o olhar de uma leitura crítica da nossa história, entendendo que a acumulação primitiva do capital no Brasil provém da escravidão. O enriquecimento desta nação se deu por expoliação direta das riquezas dos povos negro e indígena escravizados, da força de trabalho dos negros e índios açoitados, bem como da multiplicação do contingente escravo pelo estupro dos corpos negros femininos. Segundo Hasenbalg & Silva, não há como negar que

⁹ Diáspora Africana é o nome dado a um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de negros africanos para outras regiões do mundo.

¹⁰ Negros nascidos no Brasil.

o racismo é um dos principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas que há no Brasil. Ele orienta os modos de perceber, agir, interagir e pensar e tem função social específica: a estratificação racial e a perpetuação do privilégio do grupo racial branco, ou seja, por meio de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos, os brancos progredem à custa da população negra (HASENBALG & SILVA apud CFP, 2017, p. 26).

Desde o período escravista, a população negra do Brasil vive em condição de extrema desigualdade econômica e política em relação ao grupo racial branco, sendo alvo de contínuas investidas de poder na direção de sua anulação e de sua desarticulação enquanto iguais, enquanto povo. Essas estratégias circularam entre medidas de dissolução da raça, através do incentivo à miscigenação e à europeização do país; passando pelo etnocídio, em que há um destacado esforço de apagamento da cultura negra africana das raízes de nossa história; até as políticas de extermínio, cuja expressão máxima observamos de forma tão nítida nas políticas criminais e de encarceramento em massa. Reafirmamos Lélia Gonzales:

A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista (segundo a polícia, todo crioulo é marginal até que se prove o contrário), tem por objetivo próximo a imposição de uma submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se pretende é o impedimento de qualquer forma de unidade e organização do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem sua divisão interna. Enquanto isso o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando em ordem e segurança sociais (GONZALES & HASENBALG, 1982 p. 16).

Ouvimos falar muito sobre como a tortura, durante o período ditatorial, tornou-se “instrumento oficial do Estado Brasileiro”, através da utilização do conceito de “inimigo interno” para justificar qualquer prática de segurança (COIMBRA, 2007, p. 2). Gonzales & Hasenbalg (1982) solicitam um esforço de rememoração mais aprofundado para perceber que essa história é mais antiga. Lélia Gonzales, a partir da condição de mulher negra, que sente com seus pares a seletividade penal do Estado, insiste que a sociedade brasileira só passou a conhecer a tortura a partir do momento em que esta passou a ser praticada contra a classe média branca. Lélia nos alerta que “(...) o negro brasileiro também é prisioneiro político, na medida em que é colocado sob suspeita e preso pelo simples fato de ser negro (...). (...) o negro comum também é torturado” (GONZALES & HASENBALG, 1982, p. 60).

Abdias do Nascimento reitera:

Na medida em que ser negro é um fato político neste país, um fato decisivo na distribuição do poder, da justiça e das oportunidades; e uma vez que o negro e a comunidade negra são agredidos e reprimidos por serem negros, a

definição da prisão arbitrária do negro também se impõem como prisão política. A tortura e outras atrocidades que passaram despercebidas durante tantos séculos por serem cometidas, via de regra, contra os negros, somente se tornaram bandeira de luta quando dirigidas contra os filhos de membros da classe média branca convencionalmente identificada com o presos políticos (NASCIMENTO, 1982, p. 21-22).

Desde muito antes do período ditatorial no Brasil, pessoas negras convivem com a sujeição e a tortura como experiência cotidiana. Mesmo que consideremos que se tratam de processos históricos diversos e que na ditadura o recorte racista do aparelho judiciário seguiu operando, destaco aqui essa memória institucional do suplício escravocrata transmutado em tortura moderna, ainda que sob outras tecnologias de poder e operado com maior sutileza. Desde o ventre das mães pretas, passando pela negação do seio materno para que crianças brancas pudessem ser nutridas, ao trabalho escravo precoce, ao tronco e à chibata, às favelas e aos presídios, uma longa memória se manteve, ainda que transmutada segundo as transformações das tecnologias de governo.

No percorrer de todos esses anos da colônia até hoje, produzimos certos modos de conviver em sociedade profundamente marcados pela violência, para além do alcance da lógica punitiva do Estado nas vidas de pessoas não negras. Na história do Brasil, os corpos negros foram o tempo todo arrebanhados e dominados através do emprego indiscriminado de violências diversas até a previsível morte sobre sua carne. Abdias do Nascimento (1982) fala sobre um “comportamento demasiado conciliador dos negros” perante o discurso da “sadia tradição nacional de igualdade entre os grupos que constituem a nossa população”. Diz que isso se dá como “reflexo condicionado do negro habituado a sobreviver dentro dessa sociedade” apostando em uma “tônica da cordialidade” (NASCIMENTO, 1982, p. 10).

No entanto, nesse ínterim, muitos focos de resistência foram geridos e preservados dos ates da lógica colonizadora, à revelia dos processos subalternizantes atualizados permanentemente em nossa sociedade. Como forte exemplo, podemos citar as práticas religiosas das comunidades-terreiro, através das quais mantêm-se o registro e o culto ao patrimônio cultural simbólico africano, alimentado pela sobrevivência dos valores da corporeidade, da musicalidade, do cooperativismo e do comunitarismo, da ancestralidade, da memória oral, da ludicidade, e outros¹¹.

¹¹ Trecho inspirado em fala proferida pela integrante do Movimento Negro Unificado Lavínia Coutinho Cardoso, em curso de Formação para as Relações Raciais, na data de 01 de setembro de 2018, em Vila Velha, Espírito Santo.

Achille Mbembe (2003), escritor negro camaronês, nos apresenta os conceitos de necropolítica e necropoder, na tentativa de produzir aprofundamento dos conhecimentos que embasam a luta antirracista revolucionária:

(...) as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício, e terror. (...) A noção de biopoder é insuficiente para contemplar as formas contemporâneas de subjugação da vida pelo poder da morte. Mais que isso, eu apresentei a noção de necropolítica e necropoder para englobar as várias formas sob as quais, em nosso mundo contemporâneo, armas são empregadas ao interesse máximo da destruição de pessoas e da criação de *mundos-de-morte*, novas e distintas formas de existência social na qual grandes populações são sujeitadas a condições de vida que lhes confere o lugar de *mortos-vivos*. Esse artigo também delineou algumas das topografias repressivas da crueldade (a plantação e a colônia, em particular) e sugeriu que sob condições de necropoder, os limites entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade são borrados (MBEMBE, 2003, p. 40).

Podemos nos arriscar e traçar um paralelo entre essas vidas escravizadas e subjugadas pelas formas contemporâneas de colonização e as vidas dos inúmeros jovens negros inseridos no sistema socioeducativo. As unidades de internação são a transmutação dos campos de concentração e às plantações do período colonial. Os níveis de acompanhamento dentro do sistema socioeducativo, incluindo a eterna condição de egresso dos sujeitos que por ali transitam, como os limites, as fronteiras, que esquadriham a cada passagem de nível, localizando cada corpo num espaço circunscrito, a partir do qual ele será observado continuamente e controlado.

A possibilidade do alvará ou do arquivamento da medida socioeducativa é como a visão da liberdade tão desejada, que nunca chega. E por fim, a morte, como presunção permanente. É a perspectiva de vida se confundindo e se acoplando com a expectativa de morte. Essas vidas, vistas desta forma, estão o tempo todo subjugadas pela ameaça e pelo poder da morte, que eventualmente chega, realizando todas as profecias em torno de suas existências, justificando todas as suspeições anteriores, reafirmando a necessidade de construção de vigilância e medo, pois quem morre alastra o terror da morte, que se espalha e que passa a ser vivida como realidade para aqueles que vivos permanecem.

O processo histórico foi para grande parte da nossa humanidade, um processo de habituação à morte do outro – morte lenta, morte por asfixia, morte súbita, morte delegada. Esta habituação à morte do outro, daquele ou daquela com que se crê nada haver para partilhar, estas formas múltiplas de enfraquecimento das fontes vivas da vida em nome da raça ou da diferença, tudo isso deixou vestígios muito profundos, quer no imaginário e na cultura, quer nas relações sociais e econômicas. Tais lesões e cicatrizes impedem de

fazer comunidade. De fato, a construção do comum é inseparável da reinvenção da comunidade (MBEMBE, 2014, p. 305).

Há um borramento, uma indistinção entre resistência, sacrifício, martírio, morte e liberdade. Cria-se um tipo de pertencimento sistêmico a partir do momento em que os jovens são inseridos no sistema socioeducativo e, por vezes, o que parece, é que a única possibilidade de uma liberdade realizada associa-se de alguma forma à ideia da morte. Assim, ao mesmo tempo em que eles são considerados perigosos e, portanto, portadores de uma virtual capacidade de provocar a morte, também não conseguem se desvencilhar das marcas desse sistema, senão no momento da morte.

A necropolítica aparece para nós não como definitiva superação da noção de biopolítica, mas como fronteira que o sistema socioeducativo traça, no limite da biopolítica, em transição, em virtual constituição de uma necropolítica. Embora o sistema socioeducativo funcione à semelhança do sistema penal, ainda se faz e justifica em torno do cuidado e da preservação da vida de adolescentes, produzindo toda uma rede de atenção – conselhos de direitos, conselhos tutelares, unidades de acolhimento, unidades de internação, serviços de convivência, programas de atendimento socioeducativo em meio aberto – para responder ao objetivo de suposta salvação da vida desses sujeitos. Paradoxalmente, o que se produz e opera é uma necropolítica. Em nome do cuidado e de uma gestão da vida, e portanto, de uma biopolítica, se constrói uma necropolítica em torno dessas vidas. Disparam-se processos de produção de sujeitos matáveis, e a morte passa a se colocar como possibilidade real de desfecho para essas vidas.

Necropolítica e necropoder aparecem como possibilidade de leitura, como ferramenta que desejamos colocar para trabalhar a partir de uma opção metodológica de recorte dos efeitos de morte produzidos pelas políticas para a juventude nos corpos negros, nos conduzindo à superação parcial da noção foucaultiana de biopolítica para fazer operar outra compreensão sobre essas vidas e essas mortes que se produzem no e pelo sistema penal. Nas políticas para a juventude vemos coexistir a produção de certo tipo de cuidado com a vida, através do discurso de proteção e recuperação, operando uma mortificação da vida.

No campo da socioeducação, o ideal da ressocialização, linha lógica invisível que amarra as pontas do projeto de sociedade penal voltado para a juventude, busca

sufocar vozes que gritam através da infração enunciando uma não conformidade aos modos de vida impostos, à lei, e enfim, aos acordos ditos coletivos. Se a infração pode anunciar uma recusa, uma denúncia desses modos de inclusão, re-socializar significa forçar os sujeitos a caber numa roupa velha e apertada, que não serve nem nunca serviu. Enquadrando os sujeitos em modelos referenciados em concepções universalizantes de normalidade retiramos de seus percursos de vida toda singularidade possível. Essa análise nos convoca à dura contraposição às práticas efetivadas pelo discurso da ressocialização, especialmente capaz de se mascarar no interior das intervenções socioeducativas, disfarçadas sob o manto dos especialismos.

(...) o terapeuta, o educador, parecem ter funções precisas: revelar a ação social, ajudar os grupos a funcionar, tratar os doentes, formar os jovens. Mas podemos considerar que os especialistas têm em comum com profissionais inscritos na divisão do trabalho, o fato de intervirem em tal e qual instituição, respondendo à demanda em nome do conjunto de instituições e de sua garantia política, o Estado (LOURAU, 2004, p. 22-23).

Junto com Scheinvar (2000) e tantos outros, precisamos rejeitar o ideal da ressocialização e colocar em cheque essa versão da história que insinua que em algum momento do passado esses setores da sociedade que se busca incluir participaram em condição de igualdade da organização econômica e política do país, e que voltarão a fazê-lo mediante o sucesso das políticas de proteção no resgate de sua humanidade. Declara-se que isso será possível integrando-os aos modos de produção capitalista e dando-lhes condições de tornarem-se independentes das políticas de assistência no futuro. Mas como isso seria possível num sistema que produz desigualdade como condição necessária para sua própria manutenção e funcionamento? Nada mais se quer com esse discurso além do controle dessa horda de excluídos, perfeitamente inseridos no sistema de produção de dependência e tutela do Estado.

São muitos os efeitos da inserção de jovens pobres, já destituídos de direitos e serviços os mais básicos, no sistema socioeducativo. Esses sujeitos, como vimos, são alvo de uma produção de periculosidade, insígnia que os acompanha pelos espaços pelos quais circulam, nas políticas setoriais, nas ruas das cidades, nos shoppings, nas praias, nos transportes públicos. São efeito de um sistema de fabricação de marginalidade, mantidos criminalizados por meio de acompanhamento permanente, esquadrinhados e vigiados pelas políticas que anunciam promover igualdade e justiça.

Aos pobres e pretos, políticas de gestão da miséria. E nos espaços de execução das políticas, o que há é uma incessante convocação dos profissionais da Psicologia à tarefa de desenvolvimento de ferramentas técnico-operativas que sirvam para legitimar e justificar a produção desses sujeitos perigosos, no exercício de um trabalho em que são demandados a prestar o indigno serviço de reafirmação de práticas e discursos de aprisionamento. É preciso se colocar em análise o que se produz de verdade sobre os sujeitos da política quando se faz uma avaliação, um diagnóstico e quando se planeja intervenções individualizantes que desconsideram a dimensão social das questões que na vida desses sujeitos se colocam.

A política de proteção é uma opção política; não é a única forma possível nem é uma prática acidental. A intervenção acontece de forma loteada pelos diversos saberes especializados. Cada um diagnostica e faz um encaminhamento em seu domínio, tornando a relação social que foi definida como 'problemática, 'irregular' ou 'carente', uma colagem na qual os sujeitos não se reconhecem, estranham o contexto em que foram enquadrados, onde sua vida não faz sentido, não é mais sua vida. Vê-se obrigado, então, a curvar-se perante a incapacidade de auto-regular-se (SCHEINVAR & NASCIMENTO, 2005, p. 63).

De quê proteção estamos falando e a partir de quais pressupostos universais estamos pensando as políticas para a juventude? Aí comparece uma dinâmica paradoxal, na qual falamos por meio de nós instituições repressoras e conservadoras, que convocam a 'fazer mudar para que nada mude', em jogo de forças violento com outras possibilidades, tentativas de dar passagem à chegada do novo. Lourau (1993) chamou de micromovimentos autogestionários a esses movimentos de abertura de passagem que colocam em cena a análise de nossas disposições e afetações nessa luta (LOURAU, 1993, p. 23).

Nossas implicações são o conjunto de condições – materiais, morais, de desejo – que reunimos e às quais damos corpo na pesquisa, na atuação profissional, ou em qualquer outro âmbito de nossas vidas. Precisamos repolitizar a política, que está por demais psicologizada, tornada interna, individual. Se sujeito e sujeitoado não são lugares, mas práticas, posições provisórias atravessadas por relações de poder, analisar nossas implicações é forjar ferramenta para dar fluidez nessa passagem dos processos de heterogestão da vida – onde a construção se dá pelo fora, pelo outro, por padrões alheios – para práticas autogestionárias – a partir das quais se torna possível construir outros modos de existir no mundo, a partir do desejo e dos processos de fazimento da vida.

A Análise Institucional oferece importantes elementos para a desconstrução de posturas cristalizadas, propondo a problematização de papéis e abrindo caminhos para que possam vir à tona questões silenciadas no cotidiano da atuação profissional, na busca por uma quebra de alguns fazeres instituídos como próprios ao saber psicológico. O conceito de instituição refere-se às normas sociais e às formas como as pessoas lidam com essas normas. Assim,

o termo instituição pode referir-se também às constituições políticas, às leis, aos aparelhos encarregados da execução e do controle dessas leis, bem como os preconceitos, as modas, as superstições. Todas essas regras, normas, costume, tradições etc, que o indivíduo encontra na sociedade, são o que está instituído (...) (LOURAU, 2004, p. 72).

A análise de implicação (LOURAU, 2004), importante ferramenta da Análise Institucional, nos é apresentada assim como possibilidade de evocar a potência de ativação de uma permanente atenção durante toda a pesquisa, como um processo que não se descola da vida e que afirmamos como prática política, como ação no mundo. Essa estratégia fala de um questionar-se acerca dos atravessamentos que vivenciamos na construção do ethos pesquisador, de nos perguntarmos, a cada momento, sobre o que vive através de nossas práticas e posicionamentos, do que encarna nossos fazeres, das instituições que nos atravessam.

Heliana Conde (2012) discorre sobre a palavra analisar e a opção a qualquer concepção conservadora representacional, aludindo à potência que ainda reside no termo de “constituir palavra de desordem, de invenção, de conexão, de transgressão. Implicantes e implicadas (...) elas insistem em problematizar (...)” (RODRIGUES, 2012, p. 37). A autora diz que nos cabe a tarefa de viver e pesquisar de modo a não permitir que se apazigue em nós essa convocação. Implicados estamos, de diferentes formas, com tudo que compõe nossas vidas. Analisar essas muitas implicações, assim, significa acompanhar o modo como se dão nossas escolhas e como nos conectamos com outros sujeitos e seus modos também plurais de existir no mundo (COIMBRA & NASCIMENTO, 2008).

Partimos da concepção de que os encontros que se deram entre mim e outros sujeitos no chão da socioeducação, entre pessoas tão diferentes, através das quais chocavam-se a todo tempo uma profusão de interesses e intencionalidades, são instituintes por excelência. Há aí potência de criação do novo. O convite por mim aceito

desde a passagem pela política socioeducativa foi o de pensar e exercitar uma vida comprometida eticamente com a desconstrução das prisões construídas para a juventude, e diante de tantas complexidades, aceitar o incômodo de me perceber atravessada a todo tempo por uma espécie de intencionalidade carcerária, que existe em cada um de nós que em algum momento passou pela experiência de atuar junto a adolescentes e jovens *de medida*.

Esse trabalho se constituiu na direção de acompanhar os modos pelos quais se torna possível construir um corpo atento e capaz de circular pelos espaços das políticas para a juventude constituindo arranjos provisórios que permitam a emergência de práticas libertárias. Desejei acessar esse plano de forças que dá abertura a insurgências no campo da socioeducação e na vida, me importando em traçar como plano metodológico a busca por um mínimo de consistência e coerência que me dessem pernas mais fortes para a caminhada. Para isso, busquei apoio em duas linhas e uma ideia, que permitiram a suspensão em equilíbrio mínimo suficiente para sustentar as experiências e a escrita que correram soltas ao longo do tempo dessa pesquisa. São essas linhas a da atenção e da narrativa, sob um fundo, que é a ideia de aliança clandestina, cumplicidade, plano de onde emana essa proposta de produção coletiva.

Produzir narrativa é instituir novas realidades. Se falar de algo é inscrever esse algo no campo do real, isso significa também transformar. Esta pesquisa pede por isso. Pede por dar passagem a fluxos. Pede para olharmos para os saberes e fazeres em Psicologia nesses espaços, problematizando seus processos de construção justamente na composição de outros mundos com esses jovens. Produzimos leituras de mundo a partir de pesquisas e entender a importância dessa dimensão política da produção científica na legitimação de práticas e discursos é imprescindível.

Percorrendo a linha da atenção ampliamos nossas percepções para identificar, problematizar e desconstruir universais, trabalhando com os ditos e os não ditos para produzir novas compreensões. Perturbando a forma dada, desbloqueando a faculdade ativa da atenção, buscamos fazer “emergir um mundo que já existe como virtualidade, e que, enfim, ganha existência ao se atualizar”. Não é tarefa fácil abrir a percepção e entender que “informações, saberes e expectativas precisam ser deixados na porta de entrada, e o cartógrafo deve pautar-se, sobretudo, numa atenção sensível, para que possa, enfim, encontrar o que não conhecia, embora já estivesse ali, como virtualidade”.

(KASTRUP, 2009, p. 21-22). Desconstruir trajetórias óbvias através da demarcação de rupturas é um grande desafio!

Ainda assim, todos nós, invariavelmente envolvidos em uma série de situações cotidianas de conflito, posicionados em potencial condição de disputa, de tensionamento das relações de força em jogo, somos conduzidos a um estado de coisas em que parece não haver respostas outras. Mas estas existem, como virtualidade¹², à espera de serem atualizadas em formas concretas, pontuais, locais e nômades de vivenciar a experiência com o outro fora da esfera penal. Não raro deixamos de perceber que somos parte desses jogos de poder que nos tornam sujeitos, subjetivamente submissos. Compreender isso é primordial para que a indignação componha nossas lutas contemporâneas, como “recusa a estas abstrações, do estado de violência econômico e ideológico, que ignora quem somos (...)” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Passetti (2016)¹³ apresenta o abolicionismo penal como importante ferramenta de análise e ação no mundo. Trata-se de um referencial que pensa os modos de organização social, política e econômica que operam efeitos de vinculação entre pobreza, capitalismo e seletividade penal nas sociedades pós-modernas. O autor aponta para o fato de que a seletividade do Sistema Penal é intrínseca a ele. Não havendo o regime da propriedade que gera o pauperismo – e no sistema econômico capitalista essa possibilidade não está posta – não há crime, não há pena. A partir de Foucault (2008) o exercício de reflexão que aí se articula parte de que pobres, constituídos como reserva de poder, um grupo social de sujeitos perigosos, são, ao mesmo tempo, matéria-prima de produção e alvo desses mecanismos de controle social.

Não há uma natureza ontológica do crime, e, portanto, não há qualquer comportamento que universalmente, em qualquer tempo, tenha sido considerado criminoso. Essa atribuição de juízo aos atos depende das forças políticas e econômicas

¹² O termo virtual é utilizado por Deleuze para falar de todo um campo de possíveis que se faz presente, como realidade que se move na direção da instituição de novas formas. Quando esta se atualiza, significa que aquilo que estava potencialmente presente se realizou, concretizou-se no campo do real. Ver texto “O Atual e o Virtual”, originalmente publicado em anexo à nova edição de *Dialogues*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet (Paris, Flammarion, 1996).

¹³ Palestra proferida no ano de 2016, no estado de Espírito Santo, no evento “II Semana Latino Americana de Abolicionismo Penal”. Ver também PASSETTI, E. Sociabilidade autoritária e abolição do castigo. In RIVERO, NEE., org. *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 31-46.

em jogo, do momento histórico, e da sociedade que se toma por referência. (PASSETTI, 2006). O que ocorre é que comportamentos associados a determinados grupos sociais são identificados como crime justamente para promover a criminalização dos sujeitos que constituem esses grupos, operando uma naturalização das punições. Esta é a seletividade do direito penal.

A sociedade capitalista se sustenta pela desigualdade de acesso a bens e serviços e pela primazia do mercado, o que faz com que existam pessoas ricas e pobres convivendo num mesmo espaço urbano, ainda que apartadas por mecanismos geográficos de divisão dos locais a serem ocupados por cada grupo no espaço da cidade¹⁴. O que vemos é a produção e a manutenção de um projeto social, econômico e político de instituição de discursos e práticas de higienização do espaço urbano, de criminalização da juventude negra empobrecida e de punibilidade seletiva dos atos tidos como crimes e delitos.

Formas de convivência e de resolução de conflitos baseadas em composição coletiva e não punitiva são práticas abolicionistas que se dão o tempo todo em nossa sociedade. No entanto não interessa ao Estado investir em abolir a pena porque é justamente através do dispositivo da seletividade aplicada ao sistema penal que se produz o grupo de sujeitos indesejáveis, perigosos, menos humanos, vidas das quais se pode dispor em nome da manutenção do sistema capitalista neoliberal. O abolicionismo penal vai na contra-mão dessa lógica.

É um discurso estratégico composto de forças liberadoras e libertadoras das práticas punitivas modernas. Ele quer provocar uma conciliação, não no âmbito universal fundando uma ordem apaziguadora (...). A conciliação para o abolicionista penal se volta para a imediata situação-problema, condição singular que envolve tragicamente pessoas num instante de suas existências em que foram atacadas, imoladas, violadas, mortas. Efeito do imprevisível, do intempestivo, da desrazão, do ressentimento, do desejo, a situação-problema abarca desde vítima e algoz aos envolvidos no acontecimento (PASSETTI, 2004, p. 15-16).

Vigora na leitura do Abolicionismo Penal uma perspectiva analítica de desconstrução do sistema penal, através da busca singular de repostas às situações problemáticas fora do registro punitivo jurídico. Quê outras formas de resolução de conflitos utilizamos o tempo todo no nosso cotidiano, e que são mais eficazes? O

¹⁴ Essas divisões espaciais na cidade, que criam guetos urbanos, são destinadas a conter, manter à margem “determinado contingente da população, previamente selecionado por estigma social que se apoia em uma formulação étnica dos potencialmente perigosos se deixados livres” (AUGUSTO, 2010, p. 267).

Abolicionismo Penal não entende o Estado como detentor do direito e do poder sobre os processos humanos de convivência. Reivindica, ao contrário, uma mudança de cultura, para trabalhar alterações práticas dos nossos modos de reagir diante do delito, para a preservação das possibilidades de uma sociabilidade aberta, por meio da construção de “regras móveis livres e acordadas, numa condição de potencial igualdade” (AUGUSTO, 2016).¹⁵

Traz os sujeitos desviantes como agenciadores de mudança, chacoalhando os modos de se relacionar contemporâneos e colocando em cheque nossa capacidade de produção de soluções localizadas e consensuadas para os confrontos. Passetti associa a palavra experimentação a essa atitude de ensaiar a vida como “relações intensas entre o que se vive e pensa, provocando novas subjetividades voltadas para outros estilos de vida (PASSETTI, 2006, p. 99).

O poder, “ação sobre possíveis ações”, trata de “um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 1995, p. 240). O que faz com que o poder se sustente não é a repressão, mas a produção. Ele induz desejos, forma saberes e produz discursos e sujeitos, formando toda uma rede produtiva que atravessa o corpo social. O Estado não é o grande sujeito molar, totalitário. Precisamos superar essa leitura nos termos da soberania, da repressão. As relações de poder vão além do Estado. É sobre uma base de relações de poder preexistente que o Estado funciona. Essas mesmas redes de poder atravessam nossos corpos, a sexualidade, a família, as atitudes, os saberes, as técnicas.

Talvez, nosso objetivo hoje não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos (...). O problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem de suas instituições, mas do Estado e do tipo de individualização que a ele se liga. Promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade imposta (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Foucault (2008) define heterogeneidade como “tensões, atritos, incompatibilidades mútuas, ajustes bem-sucedidos ou fracassados, misturas instáveis” que nos compõem (FOUCAULT, 2008, p. 29). É colocar em ação práticas de resistência em meio a movimentos de enclausuramento. A aposta aqui aceita como caminho para a busca de possíveis é a de que precisamos reconhecer e enfrentar, abolir mesmo, nosso

¹⁵ AUGUSTO, Acácio Sebastião. Encontro do Observatório de Direitos Humanos do Espírito Santo. Vitória, 2016.

desejo de punição, nossa satisfação em relacionar diretamente crime e castigo, em encontrar solução para a desordem na pena.

De quê maneira nós, psicólogos, abrimos espaço em nossas práticas para o esforço de ampliação do olhar e da escuta, buscando identificar e nos libertar dos pontos de captura, dos impulsos à produção de intervenções que, tornadas invisíveis sob o ideal de mediação e reparação, produzem mais conformação e silenciamento? Se saberes como os produzidos pela Psicologia são convocados às áreas técnicas das políticas de Estado como a assistência social e a socioeducação com o mandato social de reforma dos sujeitos atendidos, como cuidar para resistir aos apelos de fazê-los caber no modelo de cidadão desejado?

As técnicas da Psicologia são como fábricas: não se trata de reproduzir procedimentos, mas de fabricar, inventar, criar modos de estar com o outro que não se reduzam à pobreza e à solidão do trabalho de mera decifração de símbolos. Entendemos que o que se produz entre nós e o nosso trabalho fabrica sujeitos, corpos, vidas que têm um rosto, uma história. (BAPTISTA, 1991). Malagutti (2009) propõe uma quebra, o redirecionamento do investimento nessa política à produção de diferença, buscando na juventude a força e a energia para romper paradigmas e inventar novos modos de estar com.

Neste quadro sombrio, devemos dar adeus às ilusões re. O controle social da juventude, esta energia viva para as utopias futuras, é construído na articulação de um discurso sociomédico-jurídico, entre a falta e a demonização; entre a 'carência' e a 'delinquência'. O menino pobre aparece como representação 'daquele que naturalmente cairá no crime', se não for contido pela polícia ou pelo voluntariado, ou pelos dois, na simbiose da prevenção/repressão. Dançar, para não dançar. Para a atualização da incorporação periférica ao capitalismo, é necessário processo muito mais letal de criminalização e aniquilamento. O que deve ser neutralizado é, justamente, a potência transformadora da juventude popular (MALAGUTI, 2009, p. 198).

Nesse mesmo artigo de Malaguti (2009), um caminho possível:

À trincheira do judiciário, onde em massa desfila a pobreza, temos de trabalhar a partir de o fim das ilusões. Se a criminalização é processo histórico de controle seletivo, nas instituições penais só podem avançar as estratégias de redução de danos e transformar a terapêutica do correccionalismo em clínica política e libertária (MALAGUTI, 2009, p. 198).

Pode a Psicologia compor com esses espaços e sujeitos outros arranjos, outros mundos? Em que situações e de que modos pode se dar a inserção desse profissional na

socioeducação, em serviços de acompanhamento a jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, considerando a multiplicidade de elementos que o atravessam, dando espaço e expressão ao que se encontra somente como possibilidade ainda? Nesse contexto, em que estamos todos sujeitos ao incerto e inscritos num jogo de permissões e proibições difícil de decifrar, o que pode a Psicologia?

Nascimento e Scheinvar nos incentivam a buscar compreender a proteção como “processo histórico excludente” e a firmar “compromisso político com um projeto que reverta as condições de exclusão” (NASCIMENTO & SCHEINVAR, 2005, p. 54). Indicam um caminho possível à frente, sinalizando estratégias problematizadoras como ponto de partida para a produção de novos arranjos de sentido no campo das políticas de proteção:

Estabelecer novas referências na relação de proteção implica insistir nas diversas leituras possíveis perante uma proposta política; implica produzir novas práticas. (...) Por oposição, formular enunciados plurais e preservar velhos procedimentos é reforçar poderes tradicionais em nome de retóricas combativas. Inovar, desconstruir são exercícios de grande responsabilidade por emergirem das próprias tradições que se colocam sob questão. Não se trata apenas de negar velhas estruturas, mas de reconhecer nas práticas que elas produzem a emergência de espaços a serem explorados (NASCIMENTO & SCHEINVAR, 2005, p. 64).

No próximo capítulo, apresentamos uma história documental da socioeducação e suas conexões com outros sistemas e políticas sociais. Concentramos nossos esforços em fazer ver as doutrinas que atravessam o sistema socioeducativo e as políticas para a juventude, que as embasam e constituem. A forma como o sistema se organiza é compreensão fundamental para que possamos avançar rumo ao campo de intervenção e análise, às experiências mais diretas com os demais sujeitos desse trabalho, aos deslocamentos que se produziram a partir do encontro com essas outras histórias não contadas pelo discurso dominante sobre a vida desses sujeitos e sobre seus enfrentamentos com essa sociedade que permanentemente os destitui.

Políticas para (um)a juventude

A lei não é a pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder.

Michel Foucault¹⁶

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – vem dar legitimidade e contorno a práticas que já vinham se dando no acompanhamento aos sujeitos em cumprimento de medidas socioeducativas por todo o Brasil, regulamentando a atuação da Varas da Infância e Juventude e dos demais órgãos e serviços envolvidos na execução de medidas. Traz em seu escopo a construção de um atendimento integrado na execução das medidas socioeducativas por meio da efetivação de uma rede de programas e serviços municipais e estaduais como estratégia de enfrentamento às situações de desigualdade que estariam na raiz da questão social geradora dos conflitos dos adolescentes com a lei¹⁷.

A política socioeducativa teve lançadas as bases legais para a sua construção através da lei 8.069/90¹⁸, porém só se instituiu como normativa específica, como sistema integrado nacional, 22 dois anos depois, através da lei 12.594¹⁹. Muito antes disso, no entanto, já eram executadas ações direcionadas aos sujeitos alvo dessa política, à época chamados de ‘menores’. A exemplo disso, há a experiência da Pastoral do Menor, organismo vinculado à CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil). A Pastoral do Menor foi criada na década de 1970, ampliando, desde então, sua atuação em diversos estados do país, com ações voltadas a territórios com maior contingente de

¹⁶ Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 59.

¹⁷ Vide material dos módulos do curso de capacitação para operadores do SINASE, oferecido pela CEAG – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública - em parceria com a UNB. Participei da primeira turma desse curso, em três etapas que se deram entre os anos de 2012 e 2013. Hoje, os módulos do curso são acessados pelos trabalhadores do SINASE através da plataforma online da Escola Nacional de Socioeducação - <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/>.

¹⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente. Ver BRASIL, Presidência da República. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 26 ago. 2018.

¹⁹ Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

famílias pobres, com foco nos direitos das crianças e adolescentes. Ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 a Pastoral do Menor iniciou o desenvolvimento de um trabalho específico voltado para ‘adolescentes em conflito com a lei’ através de projetos de intervenção que foram sendo, nas décadas seguintes, gradualmente apoiados e cofinanciados pelo poder público.

No período de redemocratização pós-ditadura civil-militar no Brasil, ganharam destaque várias campanhas de reivindicação de ações públicas em torno da proteção infanto-juvenil e do repúdio à violência, espalhando-se pelo país afora inúmeras expressões locais de lutas nessa seara. Houve mobilização de várias organizações de trabalhadores e defensores dos direitos humanos, alguns destes dispostos a unir forças e a se associar ideológica e financeiramente a organismos internacionais – “como foi o caso do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que contou com apoio da UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância” – e a instituições religiosas, como a Igreja Católica e o movimento pastoral nas cidades (CFP, 2016, p. 18).

Esse foi um período em que foram alcançados marcos políticos e legais que se tornaram as referências para construção das políticas sociais de atendimento, como: a realização da primeira eleição presidencial direta e democrática em 25 anos; a nova Constituição Federal²⁰; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²¹; a criação dos Conselhos Tutelares²² e dos Conselhos de Defesa de Direitos nos níveis municipal, estadual e nacional²³; a criação do CONANDA²⁴; e a promulgação da LOAS²⁵ (e com isso do Conselho Nacional de Assistência Social, do Fundo Nacional da Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social). (CFP, 2016, p.22). Constituem-se, a partir daí, tendo como base a Constituição Federal de 1988, os diversos tratados de organizações internacionais (sobretudo ligadas à ONU) e uma mobilização popular em torno da redemocratização do país, toda uma complexa rede de instituições voltadas

²⁰ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

²¹ Lei 8.069 de 1990.

²² Artigo 131 da lei 8.069/90.

²³ Artigo 260, § 2º, da lei 8.069/90.

²⁴ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – artigo 88 da lei 8.069/90.

²⁵ Lei Orgânica da Assistência Social – lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

para promoção e proteção dos direitos dos cidadãos que visava à construção do que se acreditava ser um Estado Democrático de Direito.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, texto portador de uma doutrina que passou a ser conhecida como de Proteção Integral, nesse cenário, vem atualizar o debate, em termos legais e institucionais, em torno da figura da criança e do adolescente, apresentando o discurso da garantia de acesso a direitos como argumento de uma perspectiva supostamente capaz de superar a visão minorista²⁶ então instituída. Segundo Scheinvar (2009), o ECRID “é muito mais uma carta de boas intenções”, pois ainda arrasta consigo “os princípios mais caros ao pensamento liberal”, que em sua aderência às políticas sociais refina e especializa a administração da pobreza pela participação – guiada pela promessa de controle social das ações e programas do governo –, e pelo esvaziamento da dimensão pública das políticas – “privatização do social” (SCHEINVAR, 2009, p. 15). Essa observação é importante, pois indica uma tendência na forma de se efetivar as políticas sociais que, desta perspectiva, não podem ser creditadas, como farão os reformadores nas décadas seguintes, apenas a um não respeito à lei e às recomendações normativas, mas à própria forma como a política foi elaborada. Essa tendência pode resumida por uma forma de ligação subjetiva dos cidadãos com os serviços estatais que identificam cidadania e consumo, numa lógica privada e individualizada, como destacado acima.

Em publicação do Conselho Federal de Psicologia, Souza (2016) discorre sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Afirma que a despeito das novas diretrizes trazidas pelo documento, “antigas práticas culturais” se mantiveram intactas, como expressão viva do conservadorismo da população brasileira²⁷. “O aparato de segurança do Estado, bem como as instituições que lidavam e continuaram a lidar com os jovens infratores, não mudaram efetivamente seu modo de lidar com tal situação” (CFP, 2016, p. 27). O autor acredita que a enorme lacuna temporal entre a publicação do ECRID e

²⁶ Segundo Marco Antonio de Souza (2016), trata-se de tendência político-ideológica de posicionamento autoritário, baseada na visão presente no Código de Menores de 1979. Mais adiante o tema será retomado.

²⁷ Neste sentido, basta lembrar que três anos após a promulgação do ECA já havia, na Câmara dos Deputados, um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que visa a alterar o artigo 228, que estabelece a imputabilidade penal de jovens com menos de 18 anos, a PEC 171/1993 do Deputado Benedito Domingues, cf. <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. E deste então, basta noticiarem um episódio trágico que envolva um jovem inimputável para que campanhas em favor da redução da maioridade penal ganhem destaque.

a promulgação da lei do SINASE²⁸ foi um dos fatores que propiciou o acirramento dos discursos de ódio que atrelam violência urbana e a figura ‘jovens infratores’, tendo sido a grande mídia uma agregadora das vozes que já clamavam pelo encarceramento de jovens de periferia desde muito antes disso (CFP, 2016, p. 25).

Ainda assim, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, juizados de todo o Brasil passaram a ter que se adequar ao novo momento, incorporando à sua prática novas terminologias e novo enquadre do sujeito em questão, agora não mais ‘menor’, mas ‘adolescente infrator’. A esse respeito, o coordenador das Varas da Infância e Juventude do TJES, juiz titular da 3ª Vara da Infância e Juventude da Região Metropolitana do Espírito Santo²⁹, contou que à época da promulgação da lei estava à frente da única Vara de Infância existente no estado. Falou das muitas dificuldades na implementação de uma política protetiva ainda em construção, cujo projeto inicial não garantia as condições necessárias para o desenvolvimento das ações. Mencionou os desafios de encaminhar e viabilizar o acompanhamento de adolescentes, uma vez que ainda se esboçava timidamente o desenho de um trabalho técnico especializado no âmbito das políticas públicas da maior parte dos municípios.

O sistema socioeducativo, que desde então segue em processo de consolidação, teve no ano de 2012 o estabelecimento de marco legal definitivo³⁰, segundo uma lógica de constante reforma que impede que se pense para além dele. Da perspectiva da lei, é composto por ações e serviços públicos estruturados para responder a uma ‘dupla função punitivo-pedagógica’, com o objetivo de operar ‘responsabilização judicial’ e ‘ressocialização’, com vistas à ‘ressignificação’ do ato infracional cometido por adolescentes. Foi idealizado sob a justificativa de responsabilização de jovens entre 12 e 18 anos³¹ de idade aos quais se atribuiu autoria de infrações análogas a condutas

²⁸ Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

²⁹ Fala proferida em evento do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, dia 27/10/2017, no Salão Pleno do TJES.

³⁰ Lei do SINASE, n° 12.594/2012.

³¹ Medidas socioeducativas aplicadas durante essa fase podem ser executadas até que o jovem complete os 21 anos de idade, ocasião em que os processos judiciais referentes à aplicação dessas penalidades são arquivados compulsoriamente.

tipificadas como crime no Código Penal Brasileiro³². Como veremos, não ingenuamente atrela-se a essa construção o discurso de reforma dos sujeitos atendidos.

No fluxo do atendimento socioeducativo, a porta de entrada do sistema, via de regra, se dá com a apreensão do jovem pela força policial por flagrante delito ou por execução de mandado de busca e apreensão expedido por juiz. O jovem é conduzido a uma Delegacia Especializada, quando houver; caso contrário é submetido ao atendimento em delegacia comum e encaminhado para Unidade de Atendimento Inicial do Sistema Socioeducativo. Essa unidade deve estar localizada, em tese, em um núcleo integrado de serviços compostos por Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Segurança Pública e Assistência Social³³, para que o atendimento inicial possa ser realizado com prontidão e agilidade³⁴. O jovem então passa por audiência de apresentação, que raras vezes ocorre na mesma ocasião, sendo mais comum que aguarde longos meses por isso. Ocorre depois a audiência em continuação, quando há a necessidade de se reunir mais elementos para que o juiz forme convicção sobre a sustentação do caso, o que culmina na aplicação de medida socioeducativa ou na liberação do jovem mediante arquivamento do processo.

São previstas legalmente³⁵ seis modalidades de medida socioeducativa, a serem aplicadas proporcionalmente à gravidade do ato cometido, levando em consideração o contexto familiar e comunitário e as condições mentais, psicológicas e cognitivas do sujeito para responder à penalidade aplicada³⁶. De acordo com os dispositivos legais, como propósito geral que atravessa a execução dessas medidas, destaca-se a intencionalidade de garantir diferentes níveis de acompanhamento desses sujeitos, visando a conduzi-los à ‘ressignificação’ do ato infracional, com base na ideia de ‘ressocialização’ e ‘reinserção social’, buscando ‘reorganização’ dentro da legalidade.

³² Decreto-lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

³³ Ver <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/atendimento-inicial-integrado>.

³⁴ Artigo 88, inciso V, ECRIAD.

³⁵ Artigo 112 da lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

³⁶ § 1º do artigo 112 da lei 8.069/90.

São medidas socioeducativas: advertência³⁷; obrigação de reparar o dano³⁸; prestação de serviço à comunidade³⁹; liberdade assistida⁴⁰; semiliberdade⁴¹; e internação⁴².

Somente após decisão judicial o jovem pode ser encaminhado a um serviço de atendimento socioeducativo – à unidade de internação nos casos de aplicação de regime fechado; à casa de semiliberdade; ou ao programa de execução de medidas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, nos casos de cumprimento em meio aberto. As medidas em meio aberto, pano de fundo onde se deram as relações que ganham cena nessa pesquisa, são executadas através de serviço localizado no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social –, quando vinculados diretamente à municipalidade. Há também a possibilidade de serem executadas em programa específico, nos municípios em que a entidade responsável é uma organização não governamental. O acompanhamento da medida deve ser realizado por equipe específica, responsável por acolher e atender o jovem e sua família, orientando-os e conduzindo-os ao longo de todo o período de cumprimento da medida aplicada.

³⁷ Repreensão verbal aplicada em juízo quando há materialidade e indícios suficientes da autoria da infração. É reduzida a termo e assinada pelo adolescente e pelo responsável (art.115 do ECRAD).

³⁸ Passível de ser aplicada quando o ato infracional envolve dano ao patrimônio. O juiz pode determinar que o adolescente restitua o bem expropriado ou lesado, indenize ou compense, por outra via, o prejuízo da vítima (art.116 do ECRAD).

³⁹ Consiste na realização de tarefas sem contrapartida pecuniária em instituições assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários ou governamentais (art.117 do ECRAD). As tarefas devem ser atribuídas de acordo com a aptidão do adolescente, compreendendo, no máximo, oito horas semanais, não podendo prejudicar a frequência à escola e/ou a jornada de trabalho. O cumprimento dessa medida não deve exceder seis meses.

⁴⁰ Aplicada como medida mais adequada quando julgar-se que o adolescente/jovem demanda orientação e acompanhamento (art. 118 do ECRAD). Visa à responsabilização pelo delito cometido sem afastamento do contexto familiar, escolar e de trabalho. Durante o cumprimento da medida, o adolescente fica sob a supervisão de um orientador (“pessoa capacitada para acompanhar o caso e esta poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento”- art. 118, §1º ECRAD).

⁴¹ Aplicada em regime de privação parcial de liberdade, possibilitando ao adolescente a realização de atividades externas à unidade na qual se encontrar recolhido. Pode ser aplicada como transição do meio fechado (internação) ao meio aberto, como forma de progressão de regime. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, conforme art.120 do ECRAD.

⁴² Art. 101 do ECRAD. Constitui medida privativa de liberdade e deve ser cumprida em unidade exclusiva para adolescentes, com divisão de alas e dormitórios por gênero e faixa etária. Está sujeita aos princípios da brevidade e excepcionalidade, levando-se em consideração a ‘condição peculiar de pessoa em desenvolvimento’. Aplicada no prazo entre seis meses e três anos. Ao final desse prazo, o juiz pode conceder liberdade ou progredir a medida socioeducativa para regime de semiliberdade ou para uma medida em meio aberto.

As medidas executadas em meio aberto – prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida – respondem à demanda judicial de imposição de limitações à conduta dos jovens sem lançar mão da privação de liberdade, contando com equipe de acompanhamento especializado, família e comunidade para o preenchimento da função de acolhimento e co-responsabilidade pelo cumprimento da determinação. Assim se desenha e define um cordão de vigilância, estendendo e capilarizando o poder da lei nos territórios pelos quais esses sujeitos circulam. Neste esquema, cada qual tem seu papel fundamental na contenção do ‘infrator’, contribuindo com o Estado e com a sociedade na manutenção de uma liberdade condicionada, monitorada.

Falando sobre a constituição desse cordão de vigilância, Scheinvar (2009) nos lembra que em determinado momento histórico a família foi instituída como base primordial para fazer operar uma rede de relações políticas que reproduzem no âmbito de seu alcance, a lógica da conformação, da dominação e do governo dos indivíduos. Sobre a comunidade, esta é posta como co-responsável, junto com a família, pela tarefa de condução da conduta de crianças e adolescentes⁴³; e junto ao poder público na gestão das políticas – que no Estatuto relaciona-se com a ‘efetivação dos direitos’. Família e comunidade, organizadas em torno dos sujeitos alvo da política de proteção à infância e juventude, tornam-se responsáveis legais – passíveis, inclusive, de serem cobradas em juízo por eventuais falhas e omissões – por produzir relações sociais ditas saudáveis, ajustadas à ordem e às normas impostas pelo Estado.

De acordo com o trabalho social desenvolvido nos espaços de execução das medidas socioeducativas, o atendimento deve ser orientado no sentido de garantir acesso aos direitos até então negados aos sujeitos alvo da política, no entendimento de que a carência e a privação seriam importantes elementos contributivos para a incidência no ato infracional. A equipe fica encarregada de operar esse sistema devendo, assim, encaminhar os jovens e suas famílias com relação a providências que garantam condições de ‘superação da vivência infracional’ e de construção de projetos de vida que possam se dar fora da via de ilegalidade. É importante destacar o fato de que muitos jovens de que aqui tratamos, desde a mais precoce idade, tiveram suas necessidades

⁴³ Ver Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Governo Federal, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em 26 ago. 2018.

fundamentais ignoradas ou insuficientemente atendidas pelo poder público, acessando alguns serviços básicos como tratamento bucal, documentação civil, realização de exames médicos de rotina etc somente após a entrada nesse sistema⁴⁴.

Scheinvar (2009) explica que é típico da formação política liberal a ideia de uma sociedade como fruto da capacidade dos indivíduos de organizarem-se. Nesse sentido, uma sociedade considerada boa é aquela em que os sujeitos relacionam-se na união de esforços para a concretização de um objetivo comum, de maneira ordenada e harmônica. Essa concepção se baseia numa suposta igualdade jurídica e política entre as pessoas e se opõe ao entendimento que aqui se tem do conflito, como fissura que pode produzir, a partir do incômodo, encontro com a diferença. Somos convencidos por essa narrativa maior que cada um é responsável por gerenciar os próprios impulsos e ações, incorporando a vigilância e o juízo sobre nós mesmos e os demais localmente. Trata-se do que, a partir de Foucault, passamos a entender como disseminação do controle das virtualidades (FOUCAULT, 2008).

Jovens brasileiros têm sido alvo de inúmeras materializações da lógica penal. Com aparatos jurídicos punitivos que vêm se constituindo e especializando em torno da infância e da juventude ao longo do último século, vemos operar uma divisão entre potenciais ‘cidadãos de valor’ de um lado, e uma horda de futuros ‘delinquentes’ de outro, a depender de sua localização etária, racial, social e geográfica. Assistimos e fazemos parte de um cenário de naturalização de estratégias de controle e coerção sobre os sujeitos, em especial jovens, negros, empobrecidos, residentes das áreas periféricas das cidades brasileiras. Nesse momento analítico é importante que tomemos um pouco de tempo para retomar e pensar a respeito de dois grandes marcadores das políticas para (ess)a juventude: a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral.

A Doutrina da Situação Irregular funcionava de forma centralizada a partir de um Estado que atuava sob a lógica da higiene social e expropriava das famílias pobres o direito de gerir seus conflitos e cuidar de sua prole. Justificando qualquer ação em nome da defesa da ordem, excluía o povo dos processos de gestão da sociedade, hierarquizando e produzindo desigualdades, operando distinções que garantiriam a propagação da ideia de que algumas pessoas valem menos do que outras e

⁴⁴ Ver DINIZ, Débora. Meninas fora de lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Brasília: Letra Livres, 2017.

enquadrando-as em um grupo de ‘menos humanos’. Trata-se de uma forma de organização das divisões entre os sujeitos e grupos sociais que operava segundo uma tecnologia disciplinar sobre o corpo dos indivíduos e uma gestão biopolítica do conjunto da população, entendida como corpo-espécie, conforme as elaborações histórico-políticas da analítica foucaultiana (FOUCAULT, 1988, p. 2004).

O Código de Menores⁴⁵, conhecido como Código Mello Mattos⁴⁶, contribuiu amplamente para a instituição de certa infância como matéria-prima de produção da ‘delinqüência juvenil’ no Brasil. Tornaram-se alvo de correção e disciplina os ‘infantes’ abandonados⁴⁷ e os ‘delinquentes’⁴⁸, ‘em situação irregular’, cabendo ao poder estatal recolhê-los e ‘reformá-los’. Pela primeira vez aparece em lei no Brasil a idade de 18 anos associada à maioridade penal. E entre os sujeitos de idade de 14 a 18 anos, aqueles que fossem considerados “perigosos pelo seu estado de perversão moral”, deveriam ser julgados e encaminhados pelo recém-criado Juizado de Menores a “estabelecimento para condenados de menor idade, ou, em falta deste, a uma prisão comum”, onde ficariam até a verificação de uma esperada regeneração⁴⁹ (BRASIL, 1927).

Ainda na vigência desse Código, em 1941 é criado o SAM – Serviço de Assistência ao Menor⁵⁰, instituição correcional que consistia em um conjunto de estabelecimentos assistenciais que executavam as medidas judiciais aplicadas ao público alvo da nova lei. Em 1964, o SAM é desativado, e ganha cena a FUNABEM⁵¹, como fruto de um suposto anseio de substituição da repressão executada pelo antigo

⁴⁵ Decreto n° 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁴⁶ Em referência a José Candido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina, idealizador da lei.

⁴⁷ Artigos 14 e 26 do Código de Menores. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁴⁸ Artigo 69 do Código de Menores.

⁴⁹ Artigo 71 do Código de Menores.

⁵⁰ Decreto-lei n° 3.799. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.

⁵¹ Lei n° 4.513, de 01 de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar Social, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm. Acesso em: 26 ago. 2018.

serviço por práticas educativas e de ressocialização, que passam a figurar como objetivos declarados da política em construção.

Durante a fase de governo civil-militar no Brasil, também a infância passa a ser uma questão de Segurança Nacional. Em 1969 são criadas as FEBEM's – Fundações Estaduais de Bem-estar do Menor – subdivisões da FUNABEM. Nestes estabelecimentos eram constantes o exercício de violência e tortura, as fugas e as revoltas, dando pistas de como os internatos juvenis, desde muito antes do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema de Atendimento Socioeducativo, já se edificavam sob a lógica do encarceramento para a produção de uma suposta reeducação dos sujeitos desviantes e da administração de violência com vistas à domesticação dos corpos arredios. Como assinala Passetti (1999), neste momento se instaura a série de controles sobre a vida de jovens segundo o paradigma dos saberes biopsicossocial, que estabelece a norma em relação à qual se aponta para os que devem ser corrigidos por estarem identificados como potencialmente perigosos.

Retomando o surgimento das FEBEM's, nos dez anos que se seguiram, incharam-se as unidades de correção. A grande mídia, aliada histórica do Estado na propagação de ideologias, desempenhou importante papel na disseminação da fantasia, entre as famílias pobres, de que o 'ajuste de conduta' aplicado pelo sistema correccional aos 'menores' era o prenúncio de uma almejada promoção social dos sujeitos da periferia a médio/longo prazo, educando-os para o futuro e melhorando, assim, as condições de vida de suas famílias. Não era incomum que mães entregassem seus filhos a estas instituições⁵², desejosas de um futuro melhor diante das condições de miséria em que viviam, guiadas pela esperança de que o 'Estado pai' lhes concedesse dignidade e valor, anulando os efeitos nefastos de sua suposta deficiência moral, advinda da pobreza, sobre a prole. Assim vamos acompanhando como se deu a naturalização do direito de expropriação do poder familiar pelo Estado, sendo a institucionalização eleita como resposta para os desvios das normatividades constituídas.

⁵² Ver "O contador de histórias", filme do diretor Luiz Vilaça (2009), que conta a história de um homem que passou pela FEBEM quando criança entre os anos 70 e 80. Há uma cena que retrata o momento em que a mãe da personagem central do filme o conduz à unidade, ainda pequeno, na esperança de que o filho saísse de lá 'doutor', após ter sido convencida por uma propaganda do governo na televisão.

Em 1979 é publicado o ‘novo’ Código de Menores⁵³, que, na prática, se efetivou como ‘código penal do menor’. O documento se inicia sinalizando os objetivos de oferta de assistência, proteção e vigilância a menores⁵⁴. Traz de forma muito demarcada a Doutrina da Situação Irregular, voltando os olhares preventivos e punitivos aos ‘menores’ em situação de⁵⁵: I) privação das condições consideradas essenciais à subsistência, à saúde e à instrução obrigatória; II) maus-tratos e castigos imoderados; III) perigo moral (associado a ambientes contrários aos ‘bons costumes’); IV) privação de representação ou assistência legal; V) desvio de conduta; e, por fim, VI) autoria de infração penal. Aos desviantes, persistia o destino de encaminhamento a instituição correcional para menores ou, em ausência desta, a uma prisão comum, podendo ter seu processo transferido diretamente do Juizado de Menores para as Execuções Penais caso completasse 21 anos de idade sem que tenha sido avaliado positivamente para ser posto em liberdade⁵⁶.

O Código de Menores de 1979 é revogado com a promulgação do ECRIAD⁵⁷ no início da década de 1990, quando se apresenta a Doutrina da Proteção Integral, trazendo o sujeito alvo das políticas para a juventude como ‘adolescente’, sujeito de direito, em condição peculiar de desenvolvimento, o qual deve ser conduzido ao acesso a bens e serviços fundamentais, oferecidos pelo poder público em co-responsabilidade com a sociedade. As ações protetivas agora visam à garantia dos direitos à vida e à saúde⁵⁸; à liberdade, ao respeito e à dignidade⁵⁹; à convivência familiar e comunitária⁶⁰; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer⁶¹; e à profissionalização e à proteção no trabalho⁶². O documento aponta para a articulação em rede a ser realizada entre os

⁵³ Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979.

⁵⁴ Artigo 1º da lei em questão.

⁵⁵ Artigo 2º da lei em questão.

⁵⁶ Artigo 41, § 3º.

⁵⁷ Lei 8.969 de 13 de julho de 1990.

⁵⁸ Artigos 7º a 14.

⁵⁹ Artigos 15 a 18.

⁶⁰ Artigos 19 a 24.

⁶¹ Artigos 53 a 59.

⁶² Artigos 60 a 69.

vários setores das políticas sociais como forma de atuação privilegiada do poder público junto às famílias.

A mudança de perspectiva operada nas formas de acompanhamento das políticas para a infância e juventude na passagem do Código de Menores de 1979 para o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 espelha a passagem descrita por Foucault (1999) entre a mecânica da disciplina, como componente do exercício de poder sobre os sujeitos, e as tecnologias de controle, como ampliação e complementação das estratégias da primeira forma para o alcance de uma vigilância dos sujeitos que se dê de maneira contínua, por todos os espaços, não somente pela via da coerção. A oferta de uma diversidade de ações e serviços de atendimento, em um compromisso de co-participação entre sociedade e poder público, inserem os sujeitos em modos permanentes de circunscrição na submissão aos interesses do Estado, operando pela positividade e pela inclusão e não somente pela proibição e pela negação.

Localiza-se, assim, nas políticas sociais, a base da construção desse trabalho em rede em torno das famílias pobres, sendo a Política de Assistência Social a principal responsável pela oferta de programas e serviços voltados a essa população. Nessa direção, a partir de determinado momento, passam a constar nas normativas dessa política pública atribuições vinculadas aos serviços e atendimentos socioeducativos. Importa remontarmos a trajetória histórica dessa construção. No início da década de 1990 é promulgada a LOAS⁶³, Lei Orgânica da Assistência Social, em desdobramento aos artigos da Constituição Federal em que são atribuídos ao poder público o dever de oferta de assistência social à população ‘que dela necessitar’⁶⁴, visando ao acompanhamento de ‘crianças e adolescentes carentes’⁶⁵, entre outros. Em 2003, a partir das deliberações e encaminhamentos da IV Conferência Nacional da Assistência Social, começa a nascer a Política da Assistência Social como Sistema Único. No ano seguinte

⁶³ Lei N° 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em 26 ago. 2018.

⁶⁴ Artigo 203 da CF.

⁶⁵ Artigo 203, inciso II, da CF.

é criado o MDS⁶⁶ e começa a ser construída a PNAS⁶⁷, política nacional de proteção que visa ao enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais.

Em 2005, a NOB-SUAS⁶⁸ já trazia a premissa de que seguranças sociais precisam ser garantidas aos usuários da política, tais quais: de sobrevivência (de renda e autonomia), de acolhida, e de convívio ou vivência familiar. As famílias também aqui aparecem como base da sociedade e alvo de proteção do Estado, fundamentado na ideia de que existem vulnerabilidades e riscos associados à pobreza que necessitam ser enfrentados na busca por justiça social. A política é apresentada formalmente como dividida em três níveis de complexidade, escalonados a partir da lógica de que diferentes situações decorrentes de vulnerabilidades e riscos, violações e violências; e fragilização e rompimento de vínculos familiares e comunitários exigem diferentes formas de cuidado, remetendo também a diferentes esferas de proteção social. São estas a Proteção Social Básica, a Proteção Social Especial de Média Complexidade (onde se localizam os serviços de acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto), e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade (à qual se vinculam as unidades de internação para adolescentes e jovens privados de liberdade em decorrência de prática de ato infracional).

Os serviços e ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade se dão em equipamento conhecido como CREAS – Centros de Referência Especializados de Assistência Social – e atendem às demandas de atendimento a sujeitos e famílias com direitos violados, na oferta de atenção especializada e individualizada e de acompanhamento sistemático e monitorado da superação das violações identificadas. A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, à qual cabe a garantia de proteção integral – com oferta de moradia, alimentação, atenção à saúde, segurança etc – abarca, nessa lógica, o atendimento às medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, como a semiliberdade, a internação provisória e a internação sentenciada.

⁶⁶ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

⁶⁷ Política Nacional de Assistência Social – Resolução CNAS N° 145, de 15 e outubro de 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 26 ago. 2018.

⁶⁸ Resolução CNAS N° 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social. Revogada pela Resolução CNAS N° 33 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf. Acesso em 28 ago. 2018.

É importante notar que, paralelamente às normativas da Assistência Social, quando, em 2005, há a publicação do documento SINASE pelo CONANDA, a gestão do sistema socioeducativo aparecia em vinculação com a pasta dos Direitos Humanos, consistindo em “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2005, p. 23). O documento traz diretrizes para o atendimento socioeducativo em articulação com o sistema de garantia de direitos e o constitui como política pública específica em interface com outros sistemas e políticas. No entanto, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais⁶⁹, surge outro entendimento, de que cabe ao SUAS o acompanhamento da execução das MSE⁷⁰.

As práticas que na política da assistência social encontram solo fértil, trazem à baila os conceitos de ‘vulnerabilidade’, ‘risco’ e ‘carência’ como justificativa para a entrada dos equipamentos do poder público na vida dos sujeitos empobrecidos, apontando como estratégia a ser empregada a oferta de acompanhamento psicossocial sistemático que possa produzir fortalecimento dos vínculos fragilizados, condição que estaria na base do problema social do Brasil. Importa refletirmos sobre a localização da socioeducação dentro dos equipamentos da política da assistência social e sobre a construção dessa associação direta entre pobreza e criminalidade.

Uma vez que a política em questão volta seus esforços para a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, localizar aí o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa é afirmar que há uma carência, uma falta associada intrinsecamente à pobreza, lacuna sob a qual somente o Estado pode operar satisfatoriamente, com o objetivo de ‘tratar’ essa desvantagem ‘do sujeito’ e torná-lo ‘socialmente capaz’ e economicamente produtivo, ‘verdadeiramente um cidadão’. A pobreza, constituída como fraqueza do sujeito nessa perspectiva, é a causa primeira de uma dita fragilidade, vulnerabilidade à criminalidade, não havendo, assim, outra saída para ‘curar’ o Brasil dessa doença a não ser submeter essas pessoas tidas como

⁶⁹ Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em 26 ago. 2018.

⁷⁰ Medidas socioeducativas.

suscetíveis à desordem a uma intervenção estatal firme, direcionada à correção dos desvios que produzem esse ‘mal’.

Vemos aí a construção da ideia de que seriam os pobres mais inclinados à incidência na conduta criminal do que os sujeitos das demais classes sociais e econômicas, e que, por esse motivo, as políticas voltadas para essa população devem pautar, entre seus objetivos, a superação da vulnerabilidade supostamente constitutiva desse grupo de indivíduos. É por meio desse caminho reflexivo, dessa narrativa oficial do Estado brasileiro que perpassa as políticas públicas, que se produz um sujeito em condição de pessoa em risco, transformando-o em portador de um risco, para, por fim, torná-lo perigoso.

Dessa forma, quando o sujeito deixa de ser alvo das ações preventivas pelo suposto agravamento dessa condição, torna-se automaticamente objeto de um controle complementar, sendo inserido em serviços especializados com foco na violência, produzindo uma identificação direta dos sujeitos às situações de violação vividas. Quando adaptamos essa leitura ao contexto da juventude que habita as periferias brasileiras, essas relações ficam mais nítidas, mostrando os variados níveis de captura operados pelo Estado a partir dessa lógica penal.

Com a nossa história de 500 anos (400 de escravidão) e na fase atual de capitalismo neoliberal são conjugadas duas estratégias contra a potência juvenil: 1) assistencialismo, vitimização e prevenção; 2) criminalização e repressão. Duas estratégias juntas, querendo botar o menino popular na falta, no menos. Ou ele vai ser assistido pelo voluntariado ou por programas, (...) aquela falta vai ser exacerbada o tempo todo; ou ele vai ser jogado pro extermínio (MALAGUTI. Juventude negra, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k8vm8UDhzzg>. Acesso em 26 ago. 2018).

Em muitos autores (DONZELOT, 1980; FOUCAULT, 2001; WACQUANT, 2001; COIMBRA, 1995 e 2001; COIMBRA e NASCIMENTO, 2005; BOCCO, 2009; TAVARES, 2011; PASSETI, 2013; BICALHO, 2013; SIQUEIRA e TAVARES, 2013) encontramos referência a essa produção de sentido embrenhada tão profundamente em nossa percepção e convivência social, em nossos fazeres profissionais, que faz passar a existir à frente de nossos olhos lentes que projetam a imagem desse sujeito jovem das políticas assistenciais como necessariamente pertencente ao território do menos, do anormal, do deficiente. Esse lugar, em uma sociedade capitalista, remete à urgência da aplicação de correção pelo Estado, com seus serviços, e seus programas, e seu corpo técnico, e sua expertise.

Malaguti (2003) segue com esse raciocínio ampliando a reflexão para a construção do sistema penal brasileiro. Este sistema historicamente orientou-se à contenção de sujeitos negros empobrecidos. Mesmo com o fim do período escravista os negros ‘libertos’ e mestiços continuaram a ser considerados degenerados por excelência, constituindo população perigosa e portadora de patologias morais de efeito devastador à sociedade brasileira moderna em ascensão. Os discursos médico e criminológico produziram as avaliações científicas necessárias para a sustentação dessa crença, oferecendo as ferramentas certas para o “exercício de uma repressão penal extrema sobre os grupos localizados nas regiões inferiores do espaço social e urbano”, produzindo “o policiamento seletivo, o viés judicial manifesto baseado em classe e cor, o tratamento cruel de infratores, o desrespeito rotineiro a direitos fundamentais e a indiferença ao consumo de corpos negros” (MALAGUTI, 2003, p. 8-9).

Essa estratégia de dominação, exercida inicial e primordialmente contra os escravos como forma de manutenção de uma “estética da escravidão”, persiste até os dias de hoje com a finalidade de fazer a gestão da rigidez da hierarquia sócio-racial no Brasil. Hoje o foco dessa política de extermínio incide sobre a população negra mais jovem, acoplando a marca racial ao que Vera conceituou como “capitalismo de barbárie”, cuja estratégia central é a ampliação em larguíssima escala do processo de criminalização via controle social. Isso, diz a abolicionista penal, “vai fazer com que essa população que deixa de ser assistida pelo desmantelamento do estado social comece a ser assistida pelo sistema penal” (MALAGUTI. Juventude negra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k8vm8UDhzzg>. Acesso em 26 ago. 2018).

Com tudo isso, é possível notar que na passagem da Doutrina da Situação Irregular até hoje vivemos uma longa transição através da qual foram se dando processos de produção desse tal sujeito, o ‘menor’, essa personagem depois conduzida à condição de ‘adolescente infrator’. E o atrelamento de todo um circuito de ilegalismos (AUGUSTO, 2013) a esse sujeito da política ganha sua expressão máxima com a Doutrina da Proteção Integral e com a concretização de seus preceitos através do trabalho social com as famílias. Este trabalho, executado por profissionais nos equipamentos das políticas sociais, performa com maestria essa transposição a um estatuto que supostamente elevou esse sujeito a outro patamar: ao lugar do cuidado e não mais da situação irregular.

A lógica que atravessa o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo vem complementar e refinar técnicas de controle dos sujeitos ‘indesejados’, ‘em situação irregular’, convocando família e sociedade a unirem-se ao Estado em nome da reforma necessária. Scheinvar e Lemos (2012) sinalizam que esse compartilhamento da responsabilização pelo poder público permite ao Estado retirar sua participação na mediação das relações sociais e reduzir sua intervenção à definição do “quadro jurídico das políticas” e ao financiamento de “programas e projetos compensatórios, sem se responsabilizar pela execução e pelo cumprimento do estabelecido na lei” (SCHEINVAR & LEMOS, 2012, p. 77).

Colocar todo um sistema organizado em torno do constructo da delinquência juvenil, toda uma rede de programas e serviços, com equipes especializadas para ‘assistir à liberdade’ de jovens, significa condicionar o ilusório desvencilhamento dos processos de aprisionamento à eterna submissão às políticas de contenção do Estado. A produção de verdade aí colocada se relaciona com a construção dessa coisa que passa a ser inscrita no campo do real e que, portanto, passa a existir como verdade – o ‘adolescente infrator’.

O inchaço desse sistema de alguns anos para cá mostra a importância dessa pauta na agenda governamental dos estados e municípios. No ano de 2015⁷¹ eram 54.543 os profissionais inseridos diretamente no atendimento socioeducativo, entre psicólogos (1.223), outros profissionais de ensino superior (assistente sociais, pedagogos, advogados, enfermeiros e médicos), e demais trabalhadores. Cabe ressaltar que a Psicologia é a segunda profissão mais contratada para a manutenção do sistema, perdendo somente para o Serviço Social. Isso diz da importância dessas duas categorias de trabalhadores na organização e manutenção desse sistema.

Retomando a construção, em nível nacional, de um atendimento socioeducativo específico em forma de política pública, através da publicação do documento do CONANDA em 2006, vimos ser produzido outro corpo para esse sujeito alvo das políticas para (um)a infância e juventude, um corpo que passa a ser circunscrito num circuito de ilegalismos. Não somente um corpo corruptível, carente, portador de um

⁷¹ Levantamento Anual do SINASE 2015. Disponível em: http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf. Acesso em 26 ago. 2018.

risco, a ser moralizado; agora esse corpo se torna perigoso, um corpo refratário, que exige toda uma estrutura de programas, serviços e unidades de acompanhamento especializado articulados em sistema. Um corpo que coloca em risco todo um projeto de sociedade, que exige do Estado a criação de ferramentas ideológicas capazes de, mediante o refinamento das tecnologias de vigilância e controle, torná-lo, por fim, matável.

Alguns dados corroboram nossa leitura. A taxa de encarceramento de jovens no país⁷², de 2007 a 2012, aumentou em 26%, sendo que no estado do Espírito Santo e em Alagoas essa taxa excedeu a nacional, alcançando aumento de 100%. O Espírito Santo apresenta a segunda maior aceleração na taxa de encarceramento da juventude negra no país, sendo também o segundo estado em que ocorre o maior número de homicídios na população de mesmo recorte etário e racial. Em 2014 foram notificados 48 óbitos nas unidades de restrição/privação de liberdade, resultando no cálculo estatístico de 02 mortes por mês. Em 2015, esse número aumentou para 53 óbitos. O Estado é responsável por essas mortes, dentro e fora das prisões.

Nos anos de 2013, 2014 e 2015, o total de adolescentes em restrição/privação de liberdade no Espírito Santo atingiu os números de 904, 940 e 1.204, respectivamente. Notamos uma variação de 4% entre 2013 e 2014 e de 21,5% de 2014 para 2015, mostrando que o aumento das taxas continua. Nosso estado é o sexto que mais encarcera no Brasil, ficando atrás somente do RS, PE, MG, RJ e SP. Do ano de 2014 para o ano de 2015 foram inauguradas 08 novas unidades de restrição e privação de liberdade no Brasil, totalizando 484 (13 dessas localizadas no ES). Quanto à tipificação das infrações, as duas que mais provocaram encarceramento de jovens no estado foram roubo (467 em 2014; 552 em 2015) e tráfico de drogas (52 em 2014; 209 em 2015).

Sobre as taxas de encarceramento oriundas da tipificação do ato infracional de ‘tráfico de drogas’, um olhar se faz necessário. Embora não faça parte dos objetivos desse trabalho desenvolver uma análise profunda a esse respeito, não podemos ignorar o fato de que no mesmo ano em que foi publicado o documento do SINASE pelo

⁷² Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html>. Acesso em 26 ago. 2018.

CONANDA foi sancionada a ‘nova lei antidrogas’⁷³, que veio a se tornar um mecanismo formal de exercício do racismo via política penal. No bojo da discussão acerca da descriminalização de usuários de drogas, como sujeitos supostamente doentes e incapazes de fazer escolhas (portanto, merecedores de acompanhamento médico), através dessa lei fica instituída a classificação de um sujeito como usuário ou traficante a partir da quantidade de droga apreendida com ele.

Cabe à chamada discricionariedade judicial determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, considerando “quantidade da substância apreendida, local e condições em que se desenvolveu a ação, circunstâncias sociais e pessoais, bem como conduta e antecedentes do agente”⁷⁴. Essa medida efetivamente se traduz como mais uma ferramenta legal de aplicação de condenação penal baseada em indicadores geográficos, sociais e raciais, separando a parcela da população que faz uso de drogas da parcela supostamente responsável por alimentar o tráfico, o que produz nada além da retirada do sujeito negro pobre do lugar de usuário, promovendo-o à condição de traficante. Essa lei institucionalizou o crime de tráfico de drogas como o principal instrumento de captura e extermínio da juventude negra.

Com relação ao encarceramento feminino, os índices crescem vertiginosamente, com aumento de 10,7% ao mês, sendo o Brasil a quarta maior população feminina encarcerada do mundo. Com dados de 2014, o relatório do INFOPEN⁷⁵ – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – traz o crime de tráfico de drogas como responsável por 62% das causas de aprisionamento de mulheres, representando um aumento absurdo de 680% da população feminina encarcerada nos últimos 16 anos. Importa informar que 50% dessa população possui entre 18 e 29 anos e 68% é negra (2 a cada 3 presas). No ES, em 2007, eram 649 as mulheres presas, tendo esse número se elevado a 15.054 num período de sete anos.

⁷³ Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em 26 ago. 2018.

⁷⁴ Artigo 28, § 2º da referida lei.

⁷⁵ Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres Junho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 26 ago.2018.

Relacionando os dados de apreensão do sistema socioeducativo⁷⁶ entre o público feminino e o masculino, observamos grande disparidade, o que provoca algumas inquietações e questionamentos. No Brasil, em 2014, 67.356 foi o número total de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, sendo 58.525 do sexo masculino (87%) e 8.831 do sexo feminino (13%). No documento que traz esses dados, há a interpretação de que “a conduta infracional se caracteriza como comportamento majoritariamente masculino” (BRASIL, 2017, p. 46). O que dizer dessas meninas, então?

Diniz (2017) reporta a precarização da vida observada por ela no contato com meninas e jovens encarceradas, denunciando as variadas violências sofridas pela maior parte delas em sua trajetória de vida antes e depois de terem sido inseridas no sistema penal. A antropóloga encontrou ao longo de sua pesquisa diversos relatos de violência doméstica, violência sexual, vivência de rua e outros sofrimentos, identificando que as em pior situação eram aquelas que haviam passado antes por unidades de internação socioeducativa. Podemos perceber o quanto as instituições do Estado produzem as condições necessárias para a inserção e para a manutenção de mulheres negras na criminalidade, perpetuando ciclos de violência e dor. Assim, “A institucionalização não é um projeto de transformação, mas de constrição da existência pela punição. (...) o tempo de medida se torna uma longa espera pelo fracasso” (DINIZ, 2017, p. 48).

A autora discorre sobre as “variadas camadas de fragilização da vida” a que estão expostas as meninas inseridas no sistema socioeducativo, antes mesmo de seu sequestro pelas instituições do Estado. Em sua maioria elas vivenciam o desamparo quase completo em casa, de casa em casa ou na rua. Ao mesmo desamparo retornam depois de *‘pagar medida’*, sendo comum que muitas delas passem a compor a população carcerária feminina adulta. Observamos que os processos de criminalização estão se estendendo, ampliando seu alcance e impondo às meninas e mulheres de periferia a mesma “profecia do itinerário punitivo” que atinge os sujeitos do sexo masculino, adicionando, porém, novas matizes das vivências de violência que se associam ao corpo feminino e à construção machista feminicida de nossa sociedade (DINIZ, 2017, p. 52-53).

⁷⁶ Levantamento anual do SINASE 2014. Disponível em: http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/conteudo/levantamentos/Levantamento_2014.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

*

Lapidamos as mentes fechadas, dando clareza às almas que estão inflamadas. Aí eu pergunto: como é que cê vive num mundo onde os homens se gabam com tudo e não podem com nada? Pára! Mulheres pra cima com a força lacrada. Vemos, o preconceito está lá. Favelas e becos, criança a chorar. Cantamos por paz, direitos iguais, liberdade pra ser o que somos. Abrem as mentes hermanos, tamo no jogo. A cada conquista ganha, um deles se acanha. Agressão, perseguição. É a meta de vários machão por aí. Mas aqui, não. Dessa vez, cês num tem vez, fii⁷⁷.

*

Agora, pare por alguns instantes. Respire fundo. Levante-se. Desacomode-se da cadeira em que você se senta para então colocar seu corpo disponível ao convite que aqui se faz. A esse convite é imprescindível que se aceite antes de dar continuidade à leitura desse trabalho, sob o risco de não permitir-se afetar pelo que virá. Apresentamos às leitoras e aos leitores, de antemão, a proposta de consolidação de um percurso dissertativo que foi construído por meio de uma escrita negra flexionada no feminino. O formato dessa escrita se propõe a decompor, esfarelar a universalidade do uso da flexão no masculino em textos acadêmicos como expressão de certo jeito de produzir leituras de mundo um tanto envelhecido, caduco, e que já não faz jus às nossas existências, mulheres que vivem e escrevem a vida de modo divergente. Somos porque precisamos ser. E a convocação, nesta perspectiva, não é opcional.

Somos Violeta, jovem negra de periferia, transitando entre as margens disso tudo que compõe nossas vidas, em tempos tão sombrios, de guerra e de opressão. Somos Sabrina, mulher negra que assim vai se reconhecendo e constituindo na rua, militando em busca de uma liberdade possível entre os processos de aprisionamento e colonialismo que sobre nós operam. Recusamos isso que têm sido feito de nós, o lugar de menos, os silêncios, as negações. Caminhamos juntas porque intuímos que há mais de vida do que de morte entre nós e para que não nos sejam tiradas as possibilidades do encontro e do compartilhamento de experiências. Desejamos aceitar essa convocação inadiável ao lindo e dolorido exercício de falar, de nos contarmos a nós mesmas e de

⁷⁷ Trecho da música “Timeless Cypher – Mulheres”, de Bella Larbac, Mary Janes, P. Drita e Budah, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GE4EBsieJ5g>. Acesso em 26 ago. 2018.

revelarmos aquilo que não queremos que permaneça na dimensão do privado. Não como lembrança, mas como memórias de lutas que se atualizam, seguem nossas histórias, que buscam proliferar outras vidas e mundos.

E uma vez que falamos ambas do lugar de mulheres negras em posição de combate no cenário que faz fundo e que dá forma às histórias aqui revividas – a socioeducação, a escrita acadêmica, a vida – lançamos mão de uma fala que reverencia e potencializa esse feminino selvagem que de forma irreversível nos atravessa e avassala, manchando essa escrita de sangue – sangue que tingem os processos cotidianos de vida e de morte dentro e fora do corpo de uma mulher. Vamos logo avisando que, sem cerimônia, desrespeitaremos as tradições patriarcais lingüísticas e culturais que se colocam na base de mecanismos e instituições de poder que há muito vêm nos tornando objeto de saber através da produção de discursos carregados de um valor de verdade sobre nós, e que nos deformam (FOUCAULT, 2003, p.11-12).

A escrita no feminino imprime nas letras seguintes desse trabalho a tentativa de dar passagem ao que Deleuze chamou de *devir mulher* e ao desejo de nos deixarmos ser carregadas por esse devir. Margareth Rago traz Deleuze para mais perto de nós, quando diz do traço feminista que nos compõe,

não porque escrita por uma mulher, mas por se abrir a essas ondas de força desestruturantes, por se deixar abalar pela paixão e pela compaixão. (...) correr o risco de abrir a escrita para tudo aquilo a que a prática acadêmica sempre resistiu, com seu medo das emoções, da sensibilidade, das subjetividades e mesmo das dúvidas. (RAGO, 2013, p. 14).

Margareth Rago (2013) arrasta consigo esse devir mulher na escuta e na forma como reporta narrativas femininas, permitindo-se instrumento através do qual falam mil vozes, numa transmutação, autoficção que compõe personagens vivas e que se reposicionam diante de suas histórias pela escrita de si. Acreditamos ser importante a desconstrução das biografias tradicionais que remontam a “grandes vidas exemplares, heroísmo, façanha, histórias lineares e sem ambiguidades”. Margareth, ela própria ‘devindo’ mulher, nos mostra como dar passagem aos acidentes, quebras e rupturas, momentos de derrota, “quando a vida se reduz a quase nada e a carne e os fluidos do corpo ganham um espaço que ofusca as idéias e embota a fala”, flashes de vida que precisam ser registrados “ao lado das vitórias e das lutas que vingaram” (RAGO, 2013, p. 15).

Somos mulheres em luta e falamos de uma reinvenção da política, que se impõe em nossas vidas na busca por deixar fluir devires por entre as amarrações das linhas duras das estruturas de Estado sob nossas existências. Não podemos mais nos delongar em justificativas para a inércia e a anestesia face aos processos que corrompem nossa força vital, adiando para o eterno amanhã transformações que são da ordem do dia. Chega de esperar e se preparar para uma grande luta revolucionária: micropolitizar as relações é tarefa do agora – agir localmente, nas próprias famílias, em bairros, em grupos específicos. Margareth Rago aponta para o feminino como potência para essa localização necessária das lutas, trazendo o “ser mulher como forma de invenção da vida sob outra perspectiva” (RAGO, 2013, p. 16).

(...) dar um rosto feminino a uma história que é normalmente narrada por homens, para homens e sobre homens. (...) a ‘escrita de si’, no sentido foucaultiano de construção da subjetividade que mantém sua abertura e o caráter processual do ser como devir. (...) trabalho mais sutil de reconstrução do sujeito e de sua rede de relações (RAGO, 2013, p. 19).

Patrícia Collins (1989) nos inspira a apostar no compartilhamento de uma escrita entre mulheres negras como meio de potencializar a produção de conhecimento especializado independente. E, para além disso, entender que o pensamento dessas mulheres pode encorajar muitas outras à tomada de um ponto de vista diferenciado sobre si e sobre sua relação com o mundo, “divergente do oferecido pela ordem social estabelecida”. Esse ponto de vista diferenciado pode conduzir a mulher afro-americana a validar o conhecimento subjetivo acerca de si, adicionando elementos culturais e tradicionais a uma leitura de mundo que possa articular novos sentidos a partir da experiência. Isso significa produzir “outras ferramentas de resistência contra toda forma de subordinação” (Collins, 1989, p. 750).

Segundo Jurema Werneck,

as mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, 2009, p. 151-152).

Sueli Carneiro (2011), por sua vez, enaltece a importância do papel social da mulher negra que se faz ouvir na construção de um caminho de autodeterminação

política, ocupando espaços que antes nos eram proibidos e produzindo desarranjo nessa divisão racial e de gênero tão naturalizada. Há nessa escrita o exercício de ruptura de importantes silêncios que nos foram historicamente impostos, através da afirmação de uma posição diferenciada dos usuais referenciais discursivos acadêmicos, colocando à mostra as marcas de opressões históricas e expondo nossa localização enquanto mulheres negras como fator de singularização diante das questões que se seguem nesse trabalho.

Dito isso, fizemos, a partir desse ponto do texto, a opção pelo uso de uma escrita flexionada no feminino. Trata-se de uma tomada de posição política que diz de várias intenções: 1) dar realce à relação Sabrina-Violeta, que se deu a partir do cruzamento de inúmeras contingências, entre elas, de uma identificação negra feminina, traço de singularização que muitas vezes permitiu que essa relação se desse a despeito das distâncias produzidas pela desigualdade na relação de poder técnica/psicóloga-jovem assistida na política socioeducativa; 2) propor um olhar voltado às mulheres do sistema socioeducativo, apontando para vivências e escritas que divergem do que tem sido produzido de análise acadêmica na socioeducação, sistema que atende uma maioria de adolescentes e jovens do gênero masculino; e 3) retirar do centro da história o discurso masculino típico das produções acadêmicas, trazendo nossa narrativa para o campo da disputa e constituindo crítica a essa universalização do masculino como padrão de conduta e de leitura do mundo. Os saberes das mulheres – aqui, mulheres negras – como saberes assujeitados, alvo de silenciamento, estão se armando. Estamos rompendo os silêncios e engatilhando outras perspectivas e estratégias de luta na encruzilhada de experiências minoritárias de parceria e *parresia*. Assim, está posto o desafio a que nos acompanhe nessa jornada.

*

‘Vem por aqui’, dizem-me alguns, com olhos doces, estendendo-me os braços, seguros de que seria bom que eu os ouvisse quando me dizem ‘vem por aqui’. Eu olho-os com olhos laços e há nos meus olhos ironias e cansaços e eu cruço os braços: ‘nunca vou por aí’. E a minha glória é essa. É criar desumanidade, é não acompanhar ninguém. Que eu vivo com o mesmo sem-vontade com que rasguei o ventre da minha mãe. Se ao que busco saber nenhum de vós responde, porquê me repetis ‘vem

*por aqui'? Eu prefiro escorregar nos becos lamacentos, redemoinhar nos ventos feito farrapos, arrastar os pés sangrentos, a ir por aí. Se vim ao mundo, foi somente para desflorar florestas virgens e desenhar os meus próprios pés na areia inexplorada. Eu mais que faço. Não vale nada. E como, pois, sereis vós que me dareis o machado, ferramentas e coragem para derrubar os meus obstáculos? Corre nas vossas veias o sangue velho dos avós, vós amais o que é fácil. Eu amo o longe e a miragem. Amo os abismos, as torrentes. Os desertos. E tenho a minha loucura: levanto-a como um facho a arder na noite escura. Sinto espuma, sangue, cântico nos lábios. Ah, que ninguém me dê piedosas intenções! Ninguém me peça definições! Ninguém me diga 'vem por aqui'! A minha vida é um vendaval que se soltou, é uma onda que se levantou, um átomo a mais que se animou. Não sei por onde vou. Não sei pra onde vou, mas sei que não vou por aí (...)*⁷⁸.

*

Pudemos verificar que no campo da infância e da juventude há uma sobreposição de projetos de intervenção que revelam mecanismos avançados de vigilância e coerção e que convocam a Psicologia e outras áreas do conhecimento a uma atuação em nome do Estado de acordo com tais propostas. Crianças pobres, de periferia, 'meninas de projeto', desde muito cedo têm atreladas a si o signo da criminalidade, como profecia, previsão. A contenção numérica desse contingente, ao qual o Estado tenta dar resposta através das políticas de guerra às drogas e de extermínio encobertas por discursos de ordem, 'limpeza' e segurança pública, é uma questão real, e que não vai ser resolvida pelas políticas públicas.

Muitas vidas precisariam ser retiradas de cena para que as políticas públicas pudessem dar conta do trabalho de circunscrever e acompanhar outro tanto de vidas. Aquelas que de alguma forma se recusam a adaptar-se às relações de poder dominante são os alvos prioritários da inserção nas políticas sociais, circulando entre possibilidades de vida e de morte a partir dessa inscrição, tendo suas histórias retalhadas e costuradas nas matérias de jornais, nas folhas dos processos judiciais. Suas trajetórias são contadas

⁷⁸ "Cântico Negro", poema do autor português José Régio.

como algo que não lhes pertence, ao ponto de as tornarem incapazes de se reconhecer nesse olhar do outro que é lançado em sua direção.

Muito embora as políticas públicas não vão resolver nosso problema, nos parece que ainda importa ocupar e resistir em espaços em que a vida se faça possível, onde exista ainda a possibilidade de que encontros se dêem e produzam outras narrativas, que melhor nos sirvam e que surjam na construção de uma “contraconduta” face ao Estado. Em ‘Segurança, território e população’, Foucault (2008) fala sobre essas revoltas de conduta, resistência ao poder e ao governo do outro, movimentos de escapada das regras do outro sobre nossas vidas, na busca pela nossa própria maneira de condução de si. Onde a insurreição ainda se colocar como possibilidade, haverá vida e criação à espreita.

Nessa perspectiva, essa pesquisa se colocou atenta às condições de possibilidade de emersão de práticas, no fazer cotidiano de trabalhadoras das políticas para a juventude, que se dessem no cruzamento de uma zona de conflito composta, por um lado, por expressões de movimentos reacionários e de manutenção das desigualdades, e por outro, por marcas em brasa das vivas lutas que se dão a todo tempo entre processos, na contracorrente da nossa história de colonialismos e capturas. A partir de práticas possíveis no chão da política socioeducativa, o que podem os corpos que por ali transitam, se chocam e entram em atrito? O que podem esses encontros produzir de outros sentidos, na busca por construir outras narrativas que melhor expressem essas vidas em condição de disputa na deslegitimação das formas de poder e dominação sobre si?

Margareth Rago⁷⁹ diz da importância de deslegitimar o presente, questionando tudo que é dado como natural pela história, evidenciando a historicidade de cada coisa. Tudo tem um começo, então felizmente também pode ter fim. O mundo nos individualiza e rompe nossas conexões, nos deixando com um sentimento profundo de solidão e desencontro. Precisamos romper com esse individualismo e fazer associações. Também disso diz esse trabalho: de experimentações rumo ao desfazimento das linhas de descontinuidade histórica, para um movimento de constituir-se como sujeito múltiplo, para uma reinvenção de si e da relação com o outro (RAGO, 2013).

⁷⁹ Margareth Rago. Da insubmissão feminista da atualidade. Programa Café filosófico, transmitido ao vivo no dia 06 nov. 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gh67t3a9Mjs>. Acesso em 26 ago 2018.

Minha imersão no sistema socioeducativo se deu entre os anos de 2010 e 2015, espaço de tempo em que em âmbito nacional houve a aprovação do projeto de lei que instituiu o SINASE. Neste período circulei por dois serviços que executavam a mesma função de atendimento socioeducativo em meio aberto no desenho do sistema em nível municipal, porém com diferenças fundamentais no modo de conduzir os processos de trabalho, impondo na minha trajetória profissional importantes desvios. Algo nesse percurso disparou em mim uma busca incessante por vozes divergentes aos discursos dominantes que reafirmam a infratora como ser que amedronta e invade, que corrompe e destrói, e que por isso, deve ser controlada e reformada, senão exterminada.

Partindo de meus primeiros contatos com a socioeducação, atuei como psicóloga em um centro de referência especializado de assistência social na região metropolitana do estado do Espírito Santo, contratada em regime celetista por uma ONG que mantinha parceria com a prefeitura municipal para a administração do equipamento. O CREAS havia sido recentemente instituído naquele município, vindo para substituir um conjunto de serviços compartimentados que compunham atendimento às demandas de Proteção Especial de Média Complexidade. Esses serviços, que antes eram localizados em diferentes espaços físicos e com fluxos de atendimento variados passam a ser executados, então, num mesmo equipamento, e a divisão dos casos entre as equipes passa a ser equacionada pelo critério territorial, e não mais pelo caráter da demanda.

Trabalhei nesse serviço por um ano, experimentando atendimentos com os sujeitos ditos adolescentes em conflito com a lei que eram encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude. O modelo de atenção era bastante similar ao oferecido a todas as outras demandas acolhidas no CREAS – a saber, atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, idosas e pessoas com deficiência expostas a violações, crianças e adolescentes vítimas de violência e situações de conflito intrafamiliar. Essas demandas configuram violação de direitos, que na concepção da política de assistência social constitui público prioritário da Proteção Social Especial de Média Complexidade, uma vez que a gravidade da situação de vulnerabilidade e risco passa a constituir demanda para o atendimento especializado⁸⁰.

⁸⁰ Artigo 1º da Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

A exigência de que todo atendimento fosse feito por profissionais de Psicologia e Serviço Social conjuntamente despertava alguns questionamentos, levados à equipe em reuniões e em outros momentos coletivos. Afinal, o que faz de um atendimento psicossocial? Quais regras de um equipamento existem tomando como foco o interesse do sujeito acolhido e quais existem para facilitar a organização do serviço? Será que duas profissionais numa sala de atendimento com uma jovem em cumprimento de medida socioeducativa não dificultaria sua adesão ao acompanhamento? Esse quadro, em minhas análises à época, era o que configurava previamente a relação das técnicas com as usuárias do serviço como desigual, apontando para o quanto, através de mim, falava alto uma premissa de atendimento muito mais voltada para o enfrentamento, postura moralizante, do que para uma produção de diferença a partir dos encontros.

Impregnada de todo um conjunto de pré-concepções que pouco consideravam a dimensão subjetiva do trabalho social, algo incomodava. Sentia-me provocada a pensar em como se deu a construção de uma política de atendimento que define, a partir de elementos prévios ao acolhimento, a condição de infratora da jovem e a obrigatoriedade e a periodicidade de comparecimento dessa jovem ao serviço com a finalidade de interrupção de vivência infracional. Não parecia certo incorporar um discurso que pregava proteção e cuidado, e que na relação com os sujeitos se concretizava como vigilância. Ficava cada vez mais nítido pra mim que ali estávamos para cumprir um mandato social de aplicação de uma punição dita pedagógica, prolongando os efeitos da intervenção judicial em suas vidas. Eu desejava poder construir uma prática profissional que abrisse espaço para o estabelecimento de uma relação de parceria com essas jovens e me questionava se isso caberia nesse funcionamento.

Foram necessários anos de trabalho para que eu chegasse à decisão de me desvincular da socioeducação, da condição de operadora desse sistema. Essa ruptura culminou na construção de um caminho de retorno à universidade, em busca de dar lugar às muitas afetações que vivi naquele contexto e mergulhar na proposta de estudar as instituições que atravessam o fazer socioeducativo, cotidiano que tanto me anulava e repelia quanto me instigava, desafiava e envolvia. Hoje, me reposicionando diante desses questionamentos que me moviam à época vejo a importância de desconstruir muitas relações lógicas que se legitimavam através de meus fazeres, atualizando essa história no presente com o auxílio de referências que me ajudam a compor análises mais complexas desse quadro.

Há uma captura do Estado desse desejo que afetava a mim e a outras colegas de trabalho e de militância, que era a aposta na construção de um vínculo forte com as jovens, capaz de transformá-las pela via do afeto. Isso, que em mim dizia de uma flexibilização do punitivismo na relação com aquelas meninas, e portanto, de um abrandamento do controle e dos efeitos da judicialização sob suas vidas, configura-se na prática, em exercício de poder. Esse convite à confiança e à participação tem mais a ver com governo, controle, do que com liberdade, composição coletiva. É justamente pela distensão desses limites da disciplina na relação com as jovens que operamos a ampliação do alcance da intervenção, aperfeiçoando a tarefa de circunscrição desses sujeitos aos propósitos de esquadramento da política.

Rememorando minha primeira experiência profissional no atendimento socioeducativo, o fluxo se dava da seguinte forma: a jovem era acolhida ainda na Vara da Infância e da Juventude por educadoras do Centro de Referência Especializado de Assistência Social que se revezavam em plantões para abordar a jovem logo que ela saísse da sala de audiência portando sua determinação judicial para cumprimento da sanção. Nessa ocasião era entregue à jovem um agendamento de atendimento no CREAS com a equipe psicossocial de referência da sua região. Essa jovem, comparecendo ao CREAS na data e hora marcadas era acolhida pela dupla psicossocial que então a atenderia durante a execução da medida e que também seria responsável pelo encaminhamento de relatórios à Vara da Infância e Juventude até o fim do acompanhamento.

Caso a jovem não comparecesse, eram feitas algumas tentativas de contato telefônico e até um procedimento chamado *busca ativa*⁸¹, para fazer com que ela se apresentasse ao serviço e aderisse ao cumprimento da medida aplicada. Se ainda assim a equipe não tivesse sucesso, era encaminhado relatório informando a Vara da Infância e Juventude sobre o descumprimento da determinação judicial e expondo essa jovem a nova intervenção do judiciário, que poderia se dar nas seguintes direções: a) audiência de justificação, resultando em reencaminhamento ao CREAS; b) internação-sanção pelo período de 90 dias; c) regressão de medida para semiliberdade ou internação de seis meses a três anos.

⁸¹ Ação de localização de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ver <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/busca-ativa-e-ferramenta-fundamental-para-assistencia-social>. Acesso em 03 set. 2018.

Lembro-me vivamente, nesses tempos de CREAS, do sentimento de impotência e fracasso diante da perspectiva de trabalho com as ditas adolescentes em conflito com a lei ao constatar a inadequação da organização da política em torno de suas demandas, uma vez que não havia garantia de espaço subjetivo para a realização de uma escuta atenta e no tempo da jovem. Essa escuta, a meu ver, deveria se dar descolada do tempo da execução da medida e voltada para um atenção focada nas demandas na jovem, e não no objetivo de ‘ressignificação do ato infracional cometido’. Percebia, a cada intervenção programada, a urgência de pensar um modo de estar com aquelas jovens deslocando-as do lugar de delinqüentes, para fora das profecias em torno de seu futuro, para fora dos limites da própria política.

Convivendo dia a dia com essas jovens, aprendi que suas vidas são muito mais do que apenas a vivência infracional, e que isso não as define. Elas, que muitas vezes se apresentavam agressivas, ameaçadoras, me faziam confrontar cotidianamente a mim mesma, entre o desejo de ficar e construir algo junto com elas, e suportar minha incapacidade de lidar com esse lugar e partir. Abracei por dias, meses e anos o desafio e entendi que a proposta da socioeducação não deve conduzir os sujeitos à aceitação passiva e ao respeito resignado às normas dessa sociedade que marginaliza e oprime, mas dar passagem para o inconformismo. Não devemos buscar produzir seres pacatos, mas participar de seu processo de emancipação, em suas variadas formas de expressão, acolhendo-os em sua rebeldia e insubmissão.

Um ano depois de iniciar minha atuação como psicóloga no CREAS me desligo desse serviço a partir do convite para participar de um processo seletivo para outro programa de execução de medidas socioeducativas em meio aberto, localizado em município vizinho. A equipe desse outro equipamento encontrava-se fragilizada pela saída de algumas profissionais que ali estiveram por muito tempo, e buscava pessoas que aceitassem lidar com a complexidade desse cenário institucional e que se mostrassem técnica e politicamente capacitadas para o trabalho. Aceitei o desafio e levei comigo muitos incômodos e questionamentos, assumindo em dois meses a função de psicóloga nesse serviço, onde permaneci por quase quatro anos.

Chegando ao programa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, já me vi colocada no olho do furacão, assumindo individualmente o acolhimento e o acompanhamento de todas as jovens inseridas naquele mês de

novembro de 2011. Não havia atendimento em dupla e a cada dia uma das profissionais⁸² era responsável pelo acolhimento e pelo atendimento inicial, feito necessariamente com a presença de uma familiar responsável pela jovem, e que compunha procedimento de contrato, em que as presentes se comprometiam com a medida socioeducativa e com as regras do espaço.

Rapidamente percebi que ali os processos de trabalho se diferenciavam do funcionamento de CREAS, tanto na composição do fluxo de atendimento, quanto nas relações com o poder judiciário, e, especialmente, no que diz do olhar lançado a essa jovem que se apresentava para cumprir medida. O programa era responsável junto à municipalidade especificamente pelo atendimento socioeducativo, não contemplando o acompanhamento das demais demandas da política de proteção social especial de média complexidade⁸³. Naquele espaço ouvi pela primeira vez que antes de uma jovem entrar em conflito com a lei, a própria lei se colocou insistentemente em conflito com sua existência e sua dignidade.

Nesse programa aconteceram grandes e inesquecíveis encontros. Há uma história em particular que costura toda a minha trajetória na socioeducação, que é a da jovem Violeta. Eu a conheci em um projeto social localizado em bairro reconhecido como um dos grandes bolsões de pobreza e criminalidade do município em meados de 2008, quando ela era uma criança. À época eu era contratada por uma entidade socioassistencial para atender famílias e indivíduos dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos de três bairros daquele município, em regime de 24 horas semanais. Ao longe eu via Violeta, uma das figuras mais interessantes. Indiferente às minhas investidas de ‘técnica detentora do saber’, circulava orgulhosamente, marcando o espaço como seu. Anos depois, atuando na socioeducação, reaparece essa menina, agora sob a insígnia do ato infracional.

Nesse equipamento trabalhávamos da seguinte forma: cada dia da semana uma técnica ficava responsável pelo acolhimento de todas que chegassem com encaminhamento de medida da Vara da Infância e da Juventude, assumindo o acompanhamento desses sujeitos até o arquivamento do processo. Lembro-me que não

⁸² Compunham a equipe três psicólogas, três assistente sociais e uma pedagoga.

⁸³ Essa demanda era acompanhada pelos dois CREAS existentes no município.

era o meu dia de acolhimento. Avistei Violeta esperando para ser atendida com a mãe na recepção do serviço. Informei a técnica do plantão de acolhimento que eu tinha uma história pregressa de acompanhamento com a jovem e solicitei assumir seu atendimento. Não sei dizer ao certo se naquele momento ela me reconheceu. A jovem deixava nítida sua indignação e revolta em estar ali, dizendo a todo tempo, em palavras e corpo, *num tô nem aí pra esse lugar, num tenho nada pra fazer aqui, vô 'pagar medida', mas vai ser do meu jeito; quando eu quiser vim eu venho; quero ver se vc vai ter coragem de mandar me prender se eu não vier.*

Acompanhei essa jovem e sua família na posição de técnica de referência durante mais de dois anos, entre idas e vindas de audiências e unidades de internação, através dos muitos processos e medidas em meio aberto que se sucediam e se sobrepunham aos períodos de reclusão. A cada nova situação, novos enfrentamentos com Violeta. E em meio a toda uma intensa vivência infracional, ameaças de morte, urgências de saída do bairro da noite para o dia, sumiços e retornos, e medidas protetivas, em algum tempo a relação havia se constituído em um vínculo muito forte, para muito além dos limites da prudente distância emocional endereçada às psicólogas em seu exercício profissional.

Bocco (2006) (apud BOCCO, MANZINI & NASCIMENTO) nos lembra da longa história da Psicologia com a busca pela neutralidade, essa premissa indiscutivelmente imposta às profissionais da área de manterem-se distantes emocionalmente dos sujeitos atendidos, sob pena de perda da eficácia e da validade da intervenção. Essa figura da psicóloga imparcial e indiferente é resultado da construção de uma Psicologia que se pretende parte de um modo de fazer ciência que vai de encontro com o fazer da psicóloga política, esse sujeito “implicado com as questões de sua época e atento aos efeitos dessas implicações em seu fazer” (BOCCO, 2006, p. 52).

Desmistificando dia a dia a atribuição de sentido que vincula os sujeitos da socioeducação ao lugar de perigosas violadoras, pude vivenciar a partir do esforço de construção de um corpo aberto às afetações e intensidades dos encontros, outros traçados, composição gradativa de outros territórios existenciais. Estar com Violeta e tantas outras, ouvir suas histórias, viver com elas seus enfrentamentos, me mostrou que é justamente aí que se encontra a maior fonte de criação de outros mundos nesse trabalho. E em meio a tantas emoções dispersas, sendo tocada o tempo todo naquela

experiência-limite, fui tragada, arrastada para um quase esfacelamento, pois abrir o corpo para tantos e tão intensos afetos pode ser insuportável.

Precisei me afastar e buscar respiro. Empenhando meu corpo na proposta de exercitar a liberdade nas ínfimas possibilidades que surgiam com a equipe e com os sujeitos acompanhados, sentia com frequência os efeitos do cansaço e o sentimento de fracasso diante das muitas capturas do sistema socioeducativo, até que se apresentou a mim o desejo de fundar o momento decisivo de saída do programa, em janeiro de 2015. Entre a certeza de necessitar de um afastamento mais duradouro e a angústia que me causava a ideia de estar deixando para trás essas vidas que importam, me desliguei do trabalho na socioeducação, desejosa por resguardar em mim a aposta política em um fazer coletivo nesses espaços como frágil possibilidade de outros modos de gestão da vida.

Coimbra (2007) aponta para o fato de que não é fruto do acaso que profissionais das áreas humanas e sociais experimentem altos níveis de sofrimento no trabalho. Há toda uma organização em torno do enquadre das funções nesses espaços que conduzem a uma produção excessiva de procedimentos que acabam por esvaziar de participação e mobilização momentos outros da rotina de trabalho, como os espaços de reunião e articulação entre funcionárias, zonas em que seria possível discutir coletivamente esses processos de trabalho. Cecília, com isso, questiona também nossa formação, que não propicia uma disponibilidade ao exercício do questionamento do *o que, como e para quem* nós fazemos o que fazemos. O que faz fazer a psicóloga na socioeducação?

Alguns meses antes daquele janeiro de 2015, Violeta havia sido novamente apreendida e encontrava-se em unidade de internação do interior do estado de São Paulo. A pedido dela, havíamos nos comunicado algumas vezes por telefone e por carta, sob a supervisão da equipe que a acompanhava, até perdermos contato em função de minha desvinculação do equipamento. Aproximadamente um ano depois, a jovem consegue a transferência para o Espírito Santo, permanecendo mais alguns meses em regime de internação em unidade do IASES⁸⁴ localizada no município de Cariacica.

Quando Violeta é liberada, procura o programa de execução de medida em meio aberto portando determinação judicial de cumprimento de Prestação de Serviço à Comunidade pelo período de seis meses, em progressão à medida de internação. Solicita

⁸⁴ Instituto de Atendimento Socioeducativo.

contato comigo à coordenação. Ao telefone, a coordenadora me fala da solicitação da jovem e aponta para minha liberdade em aceitar ou não esse contato, uma vez que eu já não tinha qualquer vínculo formal com o serviço. Não havia como recusar a insistência de Violeta. Fui até ela, conversamos, nos emocionamos, e a vida seguiu.

No entanto, o reencontro com a jovem Violeta disparou em mim toda a força de um desejo de fazer essa e outras histórias comparecerem nesta escrita, que se pretende memória das experiências vividas nos aparelhos coletivos, e ao mesmo tempo verificação dessas experiências a partir dos referenciais analíticos presentes nesse texto. O que sentimos é que há aí um vácuo, entre relações institucionais, que dá vazão à produção de um comum, de desvios com as jovens inseridas nessa política, para além do itinerário pedagógico projetado para elas. Embora a política da assistência social e o SINASE estejam postos para aplicar amortecimento, para fazer com que as pessoas não se revoltem, muito na relação com esses sujeitos destoa dessa proposta de controle e circunscrição.

Como nossa própria insistência nessas vidas, nesses modos de viver, em meio ao que é mais morte e aniquilamento, insiste também em nós a busca por algo que diverge, algo que recusa esse caminho óbvio. Se não aprisionamento e morte, ou enquadre nos moldes de cidadã dócil civilizada, o que mais se coloca como possibilidade? Uma vez que se entra nesse circuito, é inesperado que se saia. Mas acreditamos existir aí, ainda, a possibilidade de produção de alguma variável, algo que se dá no ínterim desse itinerário assistência-prisão-morte. Algo que fura e desvia esse fluxo, algo que pode vir a aumentar nossa potência de agir coletivamente no mundo, ampliando nossas possibilidades de pensar uma vida outra.

Partindo dessa expectativa, me lancei novamente ao campo da socioeducação, como pesquisadora, para dar lugar e sentido a tudo que ficou em aberto desde minha saída do sistema. No próximo capítulo Violeta ganha a cena e torna-se o centro dessa escrita de maneira definitiva, fazendo falar vozes historicamente silenciadas, amordaçadas, produzindo narrativas de resistência, das histórias não contadas acerca de como uma jovem mulher negra experimenta e atravessa a política de encarceramento, em meio a muitos outros processos de vida que vêm e que vão.

Transgressões e irreversibilidades. Violeta. Uma micropolítica da conversação⁸⁵

O que é a imanência? uma vida... (...) levando em conta o artigo indefinido como índice do transcendental. (...) É uma hecceidade, que não é mais de individuação, mas de singularização: vida de pura imanência, neutra, além do bem e do mal, pois somente o sujeito que a encarnava no meio das coisas a fazia boa ou má. A vida de tal individualidade se apaga em proveito da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, apesar de não se confundir com nenhum outro. Essência singular, uma vida...

Gilles Deleuze⁸⁶.

Ao tomar forçadamente consciência de minha própria mortalidade, do que desejava e queria de minha vida, durasse o que durasse, as prioridades e as omissões brilharam sob uma luz impiedosa, e do que mais me arrependi foi de meus silêncios. O que me dava tanto medo? Questionar e dizer o que pensava podia provocar dor, ou a morte. Mas, todas sofremos de tantas maneiras todo o tempo, sem que por isso a dor diminua ou desapareça. A morte não é mais do que o silêncio final. E pode chegar rapidamente, agora mesmo, mesmo antes de que eu tenha dito o que precisava dizer. Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio? Talvez para algumas de vocês hoje, aqui, eu represento um de seus medos. E, certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de auto-revelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos. Porque para sobreviver nesta boca de dragão que chamamos América, tivemos que aprender esta primeira lição, a mais vital, e não se supunha que fossemos sobreviver. Não como seres humanos. Nem se suponha que fossemos sobreviver a maioria de vocês, Negras ou não. E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis, é também a fonte de nossa maior fortaleza. Porque a máquina vai tratar de nos triturar de qualquer maneira, tenhamos falado ou não. Porque só assim sobreviveremos, participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento. E sempre se fará com medo – da visibilidade, da dura luz da análise, talvez do julgamento, da dor, da morte. Mas, com exceção da morte, nós já passamos por tudo isso e o fizemos em silêncio.

Audre Lorde⁸⁷.

⁸⁵ “o diálogo ou a conversação obedecem aos cortes de uma segmentaridade fixa, a vastos movimentos de distribuição regrada correspondendo às atitudes e posições de cada um, mas também como eles são percorridos e arrastados por *micromovimentos* (...). São minúsculas fissuras, linhas secretas de desorientação ou de desterritorialização: toda uma subconversação na conversação, diz ela, isto é, uma micropolítica da conversação” (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 63).

⁸⁶ DELEUZE, Gilles. Uma vida. *Limiar*, São Paulo, v. 2, n° 4, 2° semestre, p. 178-181, 2016, p. 179.

⁸⁷ Audre Lorde - "Irmã Extrangeira" (Sister Outsider), Ensaios e Conferências, 1984. Apresentação lida no painel sobre Lesbianismo e Literatura, da Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, 28 de dezembro de 1977, publicada pela primeira vez em 1978, no volume 6, de *Sinister Wisdom*, revista de feminismo radical.

Meses depois daquele reencontro com Violeta – após sua última apreensão enquanto adolescente –, quando eu já me encontrava no processo de escrita dessa dissertação, novamente ela chega até mim, por meio de colega ainda atuante no serviço socioeducativo do qual eu fizera parte. A pedido da jovem, o colega solicita autorização para passar meu contato telefônico para Violeta. Ela estava se preparando para ir a Brasília representar jovens egressas de medidas socioeducativas do estado em evento de lançamento de uma cartilha relacionada ao assunto. Queria conversar, queria que alguém a ajudasse a montar sua fala, pois estava muito ansiosa. Disse ter pensado em mim. Falamos longamente ao telefone, incentivei a jovem a refletir sobre o que ela gostaria de dizer sobre si e sobre a socioeducação naquele evento de tanto destaque, sobre os sentimentos que se desprendiam daquela nova experiência.

Algum tempo depois, um encontro marcado. À minha frente, uma jovem de 20 anos, grávida. Uma Violeta persiste, apesar de tudo e a partir de toda sua história, senhora de si, imponente em sua estatura de menina alta e sua negritude, a despeito de todas as vidas que viveu, todas as que perdeu, e as que inventou para si. Cinco anos depois, um abraço forte, um convite: estarmos juntas, revivendo histórias, colando fragmentos de tudo isso que comparece em nós, partindo daquele espaço e tempo. A jovem acolhe a aposta, aceitando lançar-se comigo na busca de bifurcações e becos em nossa trajetória pregressa, inventando rotas, reconfigurando lugares, ficcionando a vida.

As conversas passaram a ocorrer com frequência quase semanal, a despeito dos muitos entraves. De início, com Violeta às vésperas de dar à luz uma criança e enfrentando muitas dificuldades financeiras e de relacionamento com a família e com o pai da bebê, eu ia até ela e mantínhamos contato constante também ao telefone. Violeta, muitas vezes desanimada, sentindo-se desinvestida de forças, persistia, com uma voz muito forte presa na garganta, com muito a dizer. Quando não presencialmente, pelo meio que se fazia possível, a proposta e a aposta que nutrimos durante todo esse tempo foi a de criar espaços de compartilhamento, vias de composição de parcerias em torno da ideia de produzir ruído nisso que parece ser uma única grande história, o discurso universal sobre a tragédia da incidência criminal na vida de jovens negras empobrecidas.

*

Acho que umas seis (falando sobre a quantidade de medidas socioeducativas que cumpriu em liberdade). Porque aí depois também saí, nessa vez agora, num tem, nessa última vez que eu fui presa, saí no dia 31, aí no dia 1º fui presa de novo... dizendo eles que eu tava com mandado de busca e apreensão... passei uma vergonha... Só que eu achei que também foi imprudência dos policiais, entendeu, porque no alvará tava escrito o número do artigo que eles me deram com o mandado, que tava escrito o número, né, que sempre vem o número do processo, e escrito 'mandado expedido, mas em... entrou em arquivamento'. Tava escrito tudo lá a parada direitinho no alvará. Aí eles me levaram do mesmo jeito. Fiquei o dia todo naquele negócio, vieram me dar uniformezinho e marmitta ainda. Eu já tava daquele jeito. Aí a hora foi passando, foi passando, e quando deu três horas eu já entrei em desespero. Aí depois o policial veio e me tirou e falou que eu ia ter audiência.⁸⁸

*

Num dos primeiros momentos em que estivemos juntas após a aceitação do convite, rememoramos alguns flashes daquele período de acompanhamento no programa de Liberdade Assistida, compartilhando diferentes impressões daquilo que vivemos juntas. A jovem falou do sentimento de pertencimento àquele lugar, do acolhimento e do cuidado da equipe do programa, 'apesar de tudo', referindo-se às reincidências, rebeldias e riscos. Confirmei a aposta insistente e irrevogável, mas também falei das muitas conformações que meus fazeres profissionais operaram sobre ela, atravessados por uma lógica que, a despeito de minhas intenções, era de docilização e amansamento. Vi-me então, começando um novo momento com a jovem, questionando ela e a mim mesma 'o quê que a gente vai fazer com isso a partir de agora? Que lugares são esses que ocupamos e será que a gente pode sair deles, se deslocar, produzir outras coisas?'

Contei para ela como hoje eu vejo que através de minhas práticas foram operados silenciamentos e anestésias, e como somente agora dou conta de falar assim, sobre esse lugar de um determinado fazer psicológico na socioeducação. Fazer isso é questionar as bases sob as quais essa relação se construiu, mas é também dar mais potência para o que pode se dar entre, hoje. Cruzamos juntas esse limite, dos lugares

⁸⁸ Relato de Violeta, jovem egressa de medidas socioeducativas, com a qual ocorreram contatos (encontros presenciais e conversas não presenciais) com frequência quase semanal durante o período da pesquisa. Os registros dessas conversas se deram por gravação que depois foram transcritas, bem como complementadas com anotações e impressões da pesquisadora nessas ocasiões.

fixos pré-determinados de socioeducanda e psicóloga, ambas irremediavelmente egressas de medidas socioeducativas. Voltamos nosso olhar para essa história para subverter e conspirar, dizendo que cada vida é uma vida, singular, e esse momento traçou o limiar da pesquisa, marcou uma irrupção imperceptível.

Somos feitas de linhas, “linhas de vida, linhas de sorte ou de infortúnio”, que se compõem e decompõem umas às outras, transmutando-se em escrita, “linhas que estão entre as linhas escritas” (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 61). A maior parte do que somos é definido por linhas de carne, contínuas e duras, previsíveis, com início e fim bem definidos, com passagens de um ciclo a outro que ocorrem de maneira pré-determinada por modos de ser modelizados, formatados, governados. No caminho da escrita dessa história, buscamos por aquelas linhas tortas, incertas, que ficaram para trás, para com elas seguir, por entre os tropeços e hesitações, desejosas de que nos conduzam a lugares incomuns.

Nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto, os sentimentos como relacionamentos entre pessoas são segmentarizados, de um modo que não é feito para perturbar nem para dispersar, mas ao contrário para garantir e controlar a identidade de cada instância, incluindo-se aí a identidade pessoal (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 62).

Partindo de uma releitura do passado, em que em muitos níveis assumi a identidade de psicóloga que age conforme as demandas do Estado, pude com Violeta aceitar que isso me atravessa e constitui, para, enfim, recusar. Posso contar agora que há escapes por todos os lados e que nem tudo se inscreve no bojo dessa pretensa história universal. Existem vidas que lutam e que transbordam esses limites. O Estado é a multiplicidade de relações codificadas que lhe servem de base para existir e funcionar. A revolução seriam essas mesmas relações codificadas de outro modo (FOUCAULT, 2014). Trouxemos essa convocação à cena, de constituir um mundo outro sob a forma de uma escrita que dê expressão à multiplicidade de possíveis a partir de cumplicidades clandestinas inventadas, isso que se faz tecitura de outra disposição para a vida.

Somos atravessadas por uma macro e uma micropolítica. São duas diferentes formas de se relacionar com as coisas e pessoas, produzindo, por um lado, relações normatizadas de classe, gênero, raça, sexualidade; e por outro, modos menos endurecidos de conceber e se relacionar com essas instituições, “relacionamentos menos localizáveis, sempre exteriores a eles mesmos, que concernem, antes, a fluxos e

partículas que escapam dessas classes, desses sexos, dessas pessoas” (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 63). Uma política não opera sem a outra. A macropolítica socioeducação não existe sem as linhas flexíveis que compõem com suas linhas duras, sem uma micropolítica dos afetos entre os sujeitos, dos escapes, das práticas inventivas e das apostas contra-normativas.

Ler entre essas linhas é acompanhar processos, seguir junto às linhas flexíveis, identificando quando elas explodem em linhas de fuga e observando atentamente os processos de reterritorialização, que buscam absorver aquilo que divergiu. Como produzir relações a partir dessas segmentaridades e usar seu terreno como palco para magníficas micro explosões de inventividade? Transbordar, borrar as linhas. Subversão do sistema a partir de suas linearidades duras, criando vida onde a morte e o seqüestro são a certeza, produzindo outros sentidos. Violeta e eu nos empenhamos na tarefa de identificar em nós os pares da dominação e do controle e acompanhar sua confluência até fluxos menos rígidos, através dos quais pudemos sentir pulsar o sangue e arder o espírito, forjando o novo e saindo como jamais antes.

Por vezes, os segmentos de duas pessoas se afinam, se conjugam. À revelia dos processos universalizantes que nos moldam e localizam em territórios existenciais bem determinados e estruturados, pulsam devires, que por vezes se desprendem dessa organização e nos avassalam, sob as mesmas linhas duras, molares que marcam nossas vidas cotidianas. Em alguns desses momentos de desatenção dos processos normativos que nos enquadram, surgem pequenos tracejados de linhas outras que atravessam essa nossa pretensa estabilidade, impondo um fluxo maleável, “como pequenas segmentações em ato” (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 62).

Nesses momentos aparece uma linha maleável, molecular, que traz consigo toda a força da desterritorialização. Essa linha não se qualifica como ‘melhor’ do que a linha dura, mas marca uma diferença de fluxo. Necessitamos das linhas duras para dar consistência aos nossos territórios de vida, pois lançar-se completamente a um processo de desconstrução, pode disparar um esfacelamento subjetivo sem volta. Desse modo, ao lado de grandes movimentos de codificação dos nossos modos de estar no mundo, concorrem no contrafluxo esses outros silenciosos e invisíveis movimentos autogestionários, revolucionários.

Ela mostra como o diálogo ou a conversação obedecem aos cortes de uma segmentaridade fixa, a vastos movimentos de distribuição regrada correspondendo às atitudes e posições de cada um, mas também como eles são percorridos e arrastados por *micromovimentos* (...). São minúsculas fissuras, linhas secretas de desorientação ou de desterritorialização: toda uma subconversação na conversação, diz ela, isto é, uma micropolítica da conversação (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 63).

Existem ainda as linhas de fuga; “estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano”. São movimentos do que foge na sociedade, do que diverge: “é nas linhas de fuga que se inventam armas novas, para opô-las às armas pesadas do Estado” (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 73). As linhas de fuga aludem à clandestinidade, àquilo que se dá a partir de um encontro efêmero que produz intensidade. Todas as realidades são possíveis através de composições entre essas três linhas – os pares, os duplos e os clandestinos. O que importa é buscar compreender “quê linhas se compõem e quê linhas se tornam impossíveis” (DELEUZE & GUATTARI, 1999, p. 74).

Pude perceber em meus encontros com Violeta essa sobreposição de segmentaridades e fluxos. Momentos em que a conversa se dava na direção de uma troca de frases e perguntas corriqueiras sobre a vida diária, em que assumíamos lugares e incorporávamos discursos do senso comum a respeito de acontecimentos cotidianos. Em outros preciosos momentos, algo irrompia, interrompia o ritmo. Algum estarte que fazia a voz mudar de tom, que entrecortava a respiração e alterava o registro, disparando uma nova e efêmera disposição em nós. A conjugalidade acontecia e fluíam outras correntes, trazendo um incômodo que movia, ou um silêncio que falava, decalque de algo singular que afetava a ambas, decompondo o corpo duro, por demais territorializado, que trazíamos uma à outra.

*

Não fomos vencidas pela anulação social. Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial. O sistema pode até me transformar em empregada, mas não pode me fazer raciocinar como criada (...). O aço das novas correntes não aprisiona minha mente, não me compra e não me faz mostrar os dentes (...) Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador falharam na missão de me dar complexo de inferior. Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu, meu lugar não é nos calvários do Brasil. Se um dia eu tiver que me alistar no

*tráfico do morro, é porque a lei áurea não passa de um texto morto*⁸⁹.

*

Revisitando anotações e registros de diários de campo de anos atrás, passei a registrar, atônita, o quanto em mim depõe sobre a produção de assujeitamento no acompanhamento socioeducativo. “Até a presente data compareceu a todos os dias pactuados com a equipe, apresentando ótima adaptação à demanda colocada. (...). A adolescente é assídua, e embora apresente alguma dificuldade de adesão às atividades oferecidas, tem demonstrado esforço em se adequar às regras colocadas. (...) receberá dessa equipe todo o suporte necessário para ressignificar os atos infracionais cometidos e reavaliar algumas de suas posturas”⁹⁰. Deparei-me com a difícil tarefa de colocar em análise os discursos produzidos sobre o infrator e percebi que se havia potência no incômodo que me afetava ao operar esse sistema, desse lugar do controle, tão forte era o duplo desse sistema em mim, as amarras subjetivas que se produziram e que, por fim, atavam a mim e à Violeta a um mesmo nó, nos reduzindo a peças de um jogo muito maior e mais complicado de se jogar.

Quantas vezes a polícia esteve presente nos meus atendimentos com Violeta e outras jovens em cumprimento de MSE⁹¹? Nos meus questionamentos, relatórios, em inquirições, remontando a uma cena de oitiva investigativa, na qual eu poderosamente me localizava ao lado da lei, vestindo o uniforme da ordem e da moral, rabiscando regras e avaliando condutas como favoráveis ou desfavoráveis ao processo socioeducativo. E mesmo depois, quando eu não mais atendia Violeta e já havia me desvencilhado do mandato de ‘reeducá-la para a sociedade’, ainda aí a instituição policial esteve presente algumas vezes entre nós, invisível, intangível, obstáculo que por vezes parecia intransponível, e que nos distanciava das condições propícias ao encontro (BAPTISTA, 1991).

⁸⁹ Trecho da música “Mulheres Negras”, de Yzalú, do álbum “Minha bossa é treta”, 2016, Raposo Records. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=122kwdWN-v0>. Acesso em 24 ago. 2018.

⁹⁰ Esses registros são fruto dos diários de campo que eu mantinha desde a época em que trabalhei no programa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, entre os anos de 2011 e 2015.

⁹¹ Medidas socioeducativas.

O relatório, esse procedimento de trabalho tão caro à Psicologia, alvo de regulamentações, figura valioso entre as atribuições das profissionais da área, apresentando-se como “instrumento de escrita disciplinar típico de instituições totalizantes” (DINIZ, 2017, p. 47). Isso diz de uma autoridade conferida às ‘especialistas da mente’ no exercício desse poder sobre os sujeitos dos quais falam. Com o auxílio de jargões particulares, vamos operando institucionalização, acomodando às regras e à disciplina. E quando esses sujeitos não correspondem ao avanço esperado, é também através do relatório que se dá conhecimento ao juiz da inadequação, das ‘intercorrências negativas’, embasando tomadas de decisão acerca do futuro de inúmeros sujeitos cercados pelo sistema penal juvenil.

Lembro-me de algumas vezes, com Violeta e outras jovens, especialmente em momentos delicados do acompanhamento – por motivo de baixa frequência, não adesão às regras e às atividades do programa, ou quando chegavam notícias de novo envolvimento em ato infracional ou de uso de drogas – em que eu optava por me sentar com a jovem e construir seu relatório mensal conjuntamente. Se essa estratégia poderia produzir uma corresponsabilidade da jovem com o cumprimento de sua medida, refazendo pactos e avaliando os efeitos da não adesão às regras, exatamente por esse motivo também tal prática pode ser avaliada como uma prática de governo direto, de condução da conduta segundo o imperativo moral da lei, cuja efetivação se constrói a partir de táticas de afetividade e dos saberes psi. Pedir a uma jovem que participe da produção de um documento que reporta ao juiz sua conduta naquele período pode parecer mais honesto, mas é também lamentável, uma vez que o instrumento, nesse contexto, concretiza mais a banalidade da fria, racional e legalista política de contenção do Estado sobre sua vida.

Os processos de subjetivação que sob nós operam, nos produzindo e produzindo o mundo à nossa volta, não são dissociáveis do plano em que se colocam nossos desejos, daí sua força. Esses processos se sustentam sob nossas conexões umas com as outras e são produzidos coletivamente, não sendo possível falarmos de subjetividades individuais, de cada sujeito. Se o ato infracional e a recusa de Violeta e de outras jovens ao enquadre do atendimento socioeducativo falam ambos de um acontecimento, de um estremecimento nos processos de subjetivação em curso, então devemos partir dessa força mobilizadora, geradora de conflito, para buscar compreender outras formas de nos

relacionarmos com isso que em nós também diverge, o tempo todo, da estabilidade social supostamente almejada.

Deleuze e Guattari (2000) nos apresentam o conceito de rizoma para falar de algo que não tem começo nem fim, que se localiza no meio, em continuidade, como conjunção; diferente de uma estrutura arborescente, com raízes, na qual se pode identificar um começo e um fim, uma ordem na separação de cada substrato, uma estrutura minimamente organizada. No rizoma, o fluxo de energia percorre a substância de forma transversal, e a ruptura em qualquer uma das linhas que o compõem produz outros segmentos, novas ramificações, num contínuo embrenhar-se. Falamos aqui de construção e desconstrução, de movimentos de vida que pulsam em nós, e que produzem, a todo tempo, diferença e acomodação como dois resultados possíveis de uma mesma operação.

Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. (...) Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam (...) (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 17).

Rizomas invisíveis subjazem ao sistema socioeducativo. Ainda que esse sistema obedeça a um modelo de funcionamento em que a direção do comando é sempre exercida de forma descendente, centralizada e hierarquizante, dentro dele, a partir dele e à revelia de sua estrutura organizativa combinam-se movimentos de resistência, que constroem linhas segmentadas, efêmeras, potentes. No seio das unidades socioeducativas, a despeito de toda a mortificação que afeta os sujeitos que por ali passam, há também produção de diferença, explosão de barreiras, busca por outras formas de relação, transbordamentos. É a partir de sucessivos movimentos locais de insubmissão que se podem dar imperceptíveis rupturas (DELEUZE & GUATTARI, 2000).

*

Aprendi que aqui democracia é carnificina. Que os crimes hediondos são cometidos pela polícia. Que os livros escolares são pra emburrecer. E a venda de pino⁹² é a opção pra

⁹² Expressão utilizada nas 'bocas' para se referir à cocaína.

*sobreviver. Hoje sei que 500 mil vão pras grades pra que não cobicem os cargos altos da sociedade. Que toda cracolândia é obra governamental. Entorpecido não faz mobilização social*⁹³

*

Na experiência socioeducativa, a cada foco de resistência, de recusa à normatividade imposta, explode uma linha de fuga, que se separa momentaneamente, mas que logo pode ser capturada sob a forma de uma reorganização, reforma do sistema no sentido de captar aquela força e fazê-la tornar-se elemento parte do sistema. Outra possibilidade que se coloca é de tragicamente degradingolar em uma linha destruição: de autodestruição do impulso que tenta fugir; ou de ser tornado alvo da destruição. E nós, técnicas da política, muitas vezes performamos esse papel de elemento organizador das relações, promovendo adequação, novo posicionamento das estratégias de controle, e estabilização das energias disparadas por essas sucessivas microrevoluções produzidas pelas jovens. Aos técnicos da violência, em geral policiais, cabe produzir a destruição nesses casos.

Reiteradamente a busca e a aposta no estabelecimento do que nos acostumamos a chamar de vínculo de confiança vem coroar o discurso da ressocialização, ocupando pela via do afeto a lacuna deixada em aberto pelas distâncias entre os sujeitos e a gestão da política socioeducativa. Muitas vezes as operadoras desse sistema executam o convite e promovem a adesão à participação na construção de uma política que aprisiona e cala. Precisamos libertar nossa prática profissional, em todos os espaços em que a Psicologia se coloque, dessa contribuição para a construção do amansamento de sujeitos revoltados, que afrontam e recusam. Precisamos politizar as intervenções, trazendo para o campo da disputa, em tensionamento com essa lógica, essas jovens, e tudo aquilo que em nós ainda estranha e se incomoda.

Permanecem vivas em minha memória algumas situações que apontam para a não conformidade dessas jovens ao sistema que as comprime. Certa vez Violeta não compareceu a um atendimento de grande importância à continuidade de um encaminhamento específico, pactuado no Plano Individual de Atendimento; outra vez,

⁹³ Trecho da música “Aprendendo com os corpos desfigurados”, de Carlos Eduardo Taddeo, do álbum “A Fantástica Fábrica de Cadáver”, 2014, gravadora independente. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=S-nMAXYJfjo>. Acesso em 24 ago. 2018.

encarregada de fazer uma fala de boas-vindas a juízes e outras figuras de destaque em um encontro, compareceu ao programa sob efeito de substâncias psicoativas; outra vez ainda evadiu do acolhimento institucional solicitado por ela própria, devido a ameaça no bairro, sob a justificativa de que estava sentindo saudades do namorado. Cada atitude de recusa, ainda que aparentemente ligada à simples teimosia e afronta à equipe, fala de uma não aceitação de todo um sistema, de toda uma lógica que aprisiona e fere o desejo de autodeterminação dos sujeitos.

Cada desterritorialização, cada linha de fuga funciona como parte da construção de uma máquina de guerra, que busca se opor à máquina do Estado (DELEUZE & GUATTARI, 2000); cada reterritorialização, um reordenamento do sistema no sentido de manter o instituído, neutralizando o poder instituinte. O poder instituinte, de desorganização do sistema, que circula entre essas jovens produz desequilíbrio das forças em jogo, ameaçando a estabilidade da estrutura como um todo. Elas são força que produz ruptura, que empurra na direção da desconstrução de velhos e obsoletos esquemas de convivência social, sendo, portanto, perigosas.

Ao nível das linhas de fuga, as máquinas de guerra são alianças clandestinas, elementos que se conjugam e se desprendem, se descolam de um todo codificado de regras e normatizações. O aparelho de Estado intervém para a produção de uma acomodação, para agenciar a manutenção dessas relações que se hibridizam na produção do novo. A máquina de guerra é um agenciamento distinto do aparelho de Estado: é nômade e se dirige contra ele. É assim que uma das principais funções do Estado é exatamente a recaptura, a apropriação das máquinas de guerra para fazê-la parte de seu aparelho (DELEUZE & GUATTARI, 1999). É assim que a insolência e a insubmissão de jovens negras representam um grave desequilíbrio nas relações de poder e de privilégio estabelecidas.

*

Jogo ainda não virou, mas vai virar. Mundo gira, tempo dirá. Nós queremos 'as de cem', isso é nosso também. Tem tempo que assistimos só você se dar bem. Nada vem de graça, sabemos disso, nossa vida é o dobro de compromisso. Juventude passa e nem dá aviso. Nós sempre correndo atrás do prejuízo. Vendo vocês em seus tronos de reis. Ma-ma-mãe faz, ma-ma-mãe fez.

Nós dando conta das conta do mês. Dupla jornada desde os dezesseis⁹⁴.

*

Anos após ter conhecido Violeta, a ‘menina de projeto’, tornou ela a apresentar-se diante de mim como ‘adolescente infratora’. Produzida por um sistema de criminalização, teve a infância circunscrita pelas políticas sociais, passando a alvo de uma política de contenção quase como continuidade óbvia. Colocada nesse lugar da falta até a idade adulta, Violeta transitou da creche ao projeto social, à unidade de internação, à condição de egressa do sistema socioeducativo, num contínuo de acompanhamento até então inquestionado. *Nossa, tantos anos... quando eu entrei nem foi por causa de uso não, Sabrina. Eu tinha 12, ainda frequentava o projeto...e logo foi minha primeira passagem. Quando eu entrei de fato foi de 13 pra 14 anos. Foi logo na sequência, não tinha nem um ano que eu tava envolvida. Aí eu rodei acho que duas vezes no mesmo ano. Acho que foi julho e outra foi em novembro.*

Algum tempo depois, e mesmo após ter finalizado o cumprimento da última medida socioeducativa, uma prestação de serviço à comunidade aplicada como progressão à medida de internação, a jovem continua marcada, sendo reconhecida pela polícia, pelos inimigos, onde quer que vá. A jovem conta, enraivecida, da última vez que teve sua casa invadida de madrugada. Sua família toda foi exposta a uma intervenção violenta e humilhante, que envolveu até mesmo imposição de armas nas cabeças de seus irmãos pequenos.

De quê formas seríamos capazes de nos relacionar, “numa sociedade liberta da exploração capitalista das relações de sujeição que ela desenvolve em todos os níveis da organização social”? A luta pela liberdade em relação a uma opressão deixa de ser específica para se tornar “parte integrante das lutas de libertação social”, em que se dissolvem as barreiras individuais que nos cercam e nos tornamos capazes de construir um corpo social com “consistência molecular” (GUATTARI, 1985, p. 27 e p. 41).

Violeta e eu passamos a buscar juntas por fragmentos de experiências de singularização. E de minha parte, um dos maiores desafios foi buscar atentar para onde se davam as fraturas, onde se impunham os silêncios, não ignorando as barragens, os

⁹⁴ Trecho da música “As de cem”, do álbum Newen, de Brisa Flow, 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=n13hOGF4JTM>>. Acesso em 26 ago. 2018.

desvios, no entendimento de que o silêncio não se coloca como oposição ao dizer, mas como presença nos discursos. Precisei aprender a respeitar e trabalhar com o emergente que Violeta me trazia, muitas vezes fora daquilo que eu gostaria que compusesse seu discurso, indo de encontro com toda a normatividade que me compõe e define. Acolher e dar sentido com Violeta ao que ela atualizava comigo, momento a momento, foi das coisas mais difíceis de se fazer nessa caminhada.

As variações do dizer presentes no ritmo, entonação, tropeços carregam as intensidades da experiência. (...) separada da vida, das irregularidades, presentes na dimensão intensiva, marginais à expressão, a linguagem resta morta, destacada dos acontecimentos que nos interessam. As variações do dizer passam a valer na entrevista como indicadores do contato imediato com as modulações da experiência (...). (TEDESCO, SADE & CALIMAN, 2013, p. 303-304).

Precisei me perguntar muitas vezes do que falam os silêncios em nós e sobre como fazer esses silêncios falarem por si, sem interpretações, confissões ou representações. As silenciadas estão vivas e presentes, diante de nós. O desafio é colocar suas histórias, seus discursos, em toda sua potência, no campo da disputa, em de tensionamento com os universais. Trazer para o plano da experiência compartilhada, outras discursividades, outras produções de sentido a partir dos próprios sujeitos, esses infames da história⁹⁵.

Para Foucault (2003), infames da história são aquelas “vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas”, cujas vozes são dissonantes ao discurso universalizante, cujas existências escapam ao controle por todos os lados, em recusa ao assujeitamento. Há aí intensidade, “bem ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças ou escapar de suas armadilhas” (FOUCAULT, 2003, p. 207).

Concomitante aos movimentos retrógrados de manutenção da ordem e do equilíbrio, que silenciam jovens inseridas no sistema socioeducativo, existem vigorosos movimentos de resistência e emancipação, que se opõem à aceitação passiva das instituições construídas em torno do sistema penal. Estes movimentos “produzem revoluções moleculares, forjam mudanças micropolíticas em seus atores e nos cenários onde atuam, afirmam e apontam para novos caminhos, criações, invenções” (COIMBRA & NASCIMENTO, 2005, p. 13). Pois, se existe sequestro do Estado,

⁹⁵ Termo utilizado por Foucault (1977) para se referir às “milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro (...) que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor” (2003, p. 206).

porque não apostar num outro tipo de captura? Como uma espécie de sequestro de iguais, inventar meios de fazer emergir a possibilidade de trazer para perto parceiras improváveis, para refletir, questionar e para construir um ethos com a vida.

Tem outras histórias que passam por fora desses processos universalizantes e que não foram ouvidas porque politicamente os saberes, entre eles a Psicologia, sempre estiveram a serviço do Estado e da manutenção de privilégios para determinados grupos sociais. A Psicologia se constitui em solo brasileiro em relação servil com os propósitos de um Estado que convoca pra esse lugar de dar respostas aos anseios de compreender os sujeitos e prever seus comportamentos, afinando estratégias para sua contenção e imobilização. E quer aceitemos, quer não, continuamos respondendo a esse chamado. Mas tem sempre algo que estranha e incomoda, que se resistirmos ao anseio de calar, falará em outra direção.

*

As vozes que clamam ainda dá pra escutar. Meu medo quando até meu choro der pra se calar. Se tamo aqui é porque ainda não incomoda. Se estourar o som da caixa eu sei que fecha o ciclo dessa roda. (...) corre, meu boi, se esconde no terreiro: tem vaqueiro de farda querendo abrir mais um berreiro: carniceiro atrás de tu travestido de justiceiro⁹⁶.

*

Em um de nossos encontros, Violeta e eu conversamos sobre nossa longa história de escravidão e sobre como essa experiência nos constitui e nos molda, no quanto de dor e de revolta herdamos de nossos antepassados escravizados. Emocionamo-nos lembrando das vidas que se perderam ao longo do período em que se deu nossa trajetória socioeducativa. Vidas remanescentes dos quilombos, descendentes diretas de escravos açoitados, sujeitos aos quais o Estado brasileiro muito deve e que partiram sem alcançar qualquer reparação, sem mesmo conhecer seu passado. Para ela, vidas de amigos, do irmão, vidas de convivência de toda uma vida: *um monte... uns 30, 40.*

Para mim, foram 10 as vidas perdidas de jovens que pela minha sala de atendimento passaram, sem contar as tantas outras que deixaram marcas através de

⁹⁶ Trecho da música “Abatedouro”, do álbum “As lavadeiras”, artista “As Lavadeiras”, 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=n13hOGF4JTM>>. Acesso em 26 ago. 2018.

conversas de corredor, jogos nos intervalos entre um e outro atendimento, almoços, passeios, audiências, notícias de nova apreensão, ligações angustiadas das mães e as derradeiras notícias de realização da temida profecia: a morte. Vidas que vimos partir de maneira brutal, às quais demos adeus de maneira inconformada. Seguem algumas dessas histórias, que dizem da materialidade intolerável da necropolítica (MBEMBE, 2003)

Uma vida. Os dentes mais brilhantes que um sorriso é capaz de ter, engraçado, cheio de charme, mas também reservado, preocupado, *envolvido demais pra sair*, ele me disse. “Cabreiro”, “de segunda”, como deve ser a postura de quem é perseguida, vigiada. 18 anos. Hemorragia cerebral difusa. Traumatismo crânio encefálico. Disparo de arma de fogo. Homicídio. Mais um corpo negro estendido na via pública, numa quarta-feira de manhã. Estava indo comprar refrigerante. Os olhos saltaram das órbitas. No caixão, o rosto deformado, irreconhecível, denotando também o pouco cuidado do mundo com aquele corpo até mesmo na despedida. Sua pele negra reluzente transformara-se numa massa acinzentada e inerte. A tia ligou para dar a notícia, e pra pedir companhia nesse momento derradeiro: não poderia fazê-lo sozinha. Esse foi o primeiro e o último menino que ‘enterrei’.

Uma vida. 19 anos. Morreu no quintal de uma casa alugada poucas semanas antes, num dia de final de semana à noite, com o filho nos braços. Na mão morta fechada, um chumaço de cabelo do seu agressor, resultado de uma luta corporal desesperada e desigual, na qual a mulher mais uma vez saiu perdendo. O companheiro conseguiu fugir. O filho, que jamais se lembrará da mulher negra grandalhona que lhe deu à luz, teve a guarda cedida para a família materna, que mesmo não muito certa das condições e do desejo de criá-lo, levou o guri.

Uma vida. 13 anos. Veio do interior de Minas Gerais *dar um tempo* na casa dos avós, fugindo da guerra que deixou pra trás. Queria estudar, mas as repetências o colocavam em sala de aula com meninos menores. Insistiu, pediu ajuda pra convencer o juiz, a avó e a diretora da escola da transferência para o EJA noturno. Logo que consegue a transferência, briga com o avô e volta pra casa da mãe. Antes de ir embora passa no programa pra se despedir, com o endereço de Minas num pedaço de papel e um ‘não volto mais’ nos lábios. No mesmo dia em que chega à cidade é assassinado, em frente à casa da mãe.

Uma vida. 14 anos. Morreu *enganado, na hora e no lugar errado*. No mesmo mês em que morreu nascia outro filho de sua mãe. Semanas depois ela comparece ao programa para apresentar a certidão de óbito do filho, para envio pra juíza – é preciso comprovar a morte pra solicitar o arquivamento compulsório da medida socioeducativa do adolescente. *Com esse, tudo vai ser diferente*, a jovem mãe sussura antes de ir embora com o novo bebê nos braços.

Uma vida. 20 anos. Artigo 33. Tráfico de drogas. *Mas eu não sou traficante...* Dependente químico, endividado, jurado de morte, expulso do bairro. Sem ter quem o acolha, passa a compor as estatísticas de pessoas que fazem da rua sua morada. Tem medo, tem frio, tem fome. Depois de dois anos sobrevivendo de pequenos furtos e da caridade de alguns, a saudade aperta e ele resolve voltar pra casa, no dia do aniversário da mãe. É morto à entrada do bairro, com roupas velhas, sujas e esburacadas, que não eram suas. Ainda tinha sede e fome. O coração pára de bater, dilacerado entre a saudade da mãe e o projétil que o interrompeu. Bastou um preciso tiro.

Uma vida. 18 anos completos naquele dia. Nova namorada, de bairro rival. Foi baleado passeando com a moça numa tarde de domingo. Dois revólveres descarregados sobre o corpo magro do rapaz, num ataque pelas costas. Três meses na UTI, inconsciente. Dois meses na enfermaria do hospital. Muitas cirurgias. Perdeu órgãos. Teve sondas inseridas para a manutenção das capacidades de excreção e alimentação. Perdeu os movimentos de um dos braços, que trazia preso a uma típóia doada. A família mudou-se para outro bairro. Mesmo assim, em pouco tempo foi localizado. Em menos de seis meses, um novo ataque e o óbito adiado. Desconfiou-se de emboscada e a namorada, grávida, teve que fugir às pressas para não ser alvo de vingança dos parceiros do rapaz.

Uma vida. 19 anos. 12 meses de Liberdade Assistida + 6 meses de Prestação de Serviço à Comunidade como progressão à medida de internação de quase dois anos. Menino alto, calado, com um rosto de traços infantis, mas de expressão muito séria. Acho que o fiz sorrir uma vez. Tinha pesadelos horríveis, envolvendo perseguições e morte. Lembrava, com angústia, de coisas que fez e coisas que vira outros fazendo. A mãe, em tratamento de uma grave doença, contou que o menino alegre e brincalhão *mudou depois que entrou pro tráfico*. Estava na rua de trás de sua casa na hora do ataque, sentado no chão, conversando com amigos. Passou um carro atirando na direção

do grupo, e embora ele não fosse o alvo, veio a óbito minutos depois, queixando-se de sede e pedindo pra chamarem sua mãe, pois ele precisava do seu perdão.

Uma vida. 18 anos. Desde os 14 *no corre. Moleque sinistro*, vários delitos: de pequenos furtos a homicídio. Não se envolvia, não se associava. Em raras ocasiões abriu a guarda e se permitiu demonstrar algum afeto. Falou do medo que sentia quando pensava na morte. *O jeito é não pensar. Eu que não vou ficar oprimido na favelinha*. Isso nunca aconteceria com ele. Ele era mais esperto. Sentia-se mais parte da rua do que da casa do pai. Rápido demais para o ritmo das outras pessoas. Queria tudo e queria logo. O que não conseguisse que lhe dessem por vontade, tinha *disposição pra tomar*. Morreu numa encruzilhada, emboscado por três ou quatro, a imaginar pela quantidade de tiros. Muitos inimigos. O pai foi reconhecer o corpo sem vida do filho no dia de seu aniversário, às vésperas do Natal. Uma semana antes, acho que vi o jovem passando rápido como flecha pelos corredor do programa, deixando pra trás um meio sorriso e a fotografia mental do cabelo amarelo recém-pintado.

Seguramente passei horas devaneando sobre tudo que lembro daquelas vidas da socioeducação, tudo que eu gostaria de contar, de um mundo que nunca chegou. Sobre as novidades da internet que não viram, sobre o passeio diferente que faríamos no final daquele ano, sobre as paixões que viveriam, sobre os olhos da criança que eventualmente gerariam, sobre aquele *rap de mina* que ouvi e que fez lembrar uma frase solta, perdida no tempo.

Lembramos juntas das mais de 200 vidas exterminadas durante o período da greve da polícia militar no estado do ES no início do ano de 2017. Silêncio em torno dessas mortes. Mais vidas negras jovens. Famílias destruídas e comunidades aterrorizadas. Perdas como essas, tão doídas quanto numerosas, endurecem nossos corpos e, por vezes, reforçam em nós o sentimento de que não importa o que se faça, algumas vidas são e serão sempre tidas como descartáveis, matáveis, indignas de luto e de luta. Reivindicamos aqui nem mais um minuto de silêncio em torno dessas vidas. Mais uma vez, a necropolítica em ato. Empilhando corpos bem diante da minha cara, empilhando memórias de uma, mais uma, mais uma, quantas? Vidas massacradas, exterminadas. Crueldade que faz vazar sangue para além dos livros e dos conceitos. Necropolítica. Negropolítica?

Para Foucault (2008) a economia política de uma sociedade reflete suas práticas governamentais. Não importa se um direito é legítimo ou não, importam seus efeitos. Não cabe perguntar se o Estado tem ou não o direito de matar, mas de quê forma a morte pode ser imposta, a quê sujeitos, através de quais mecanismos, e sob qual justificativa. Desde as análises feitas por Malaguti, em “Adeus às ilusões re” (2009) há quase uma década, muito se passou no âmbito das políticas para a juventude, com o avanço e o escancaramento assustador de discursos de ódio que disseminam práticas de extermínio, protegidos sob o manto do direito de manifestação da opinião e da liberdade de expressão tão defendida e praticada nas mídias sociais. Como escreve Malaguti em texto mais recente,

a gestão da potência juvenil tem sido o grande alvo de toda essa governamentalização, produzindo racionalidades, programas e projetos que darão conta dos perigos que o tempo livre representa. A vitimização se realiza simbioticamente com a criminalização e seus projetos de neutralização política. Afinal, prevenção e repressão são a mesma coisa, sem nuances, sem disfarces (MALAGUTI, 2015, p. 92).

Desta maneira, na articulação entre discursos midiáticos, repressão do sistema de justiça criminal e programas de cuidados governamentais, compreendemos como

na saída da ditadura [civil-militar no Brasil entre 1964 e 1985], ainda se observava uma resistência à brutalidade policial, mas passamos muito rapidamente da naturalização da truculência contra os pobres a seu aplauso, com a inculcação cotidiana do Estado de polícia pela grande mídia (MALAGUTI, 2015, p. 94).

A imposição de morte hoje é amplamente defendida como estratégia de higiene social, entrando de maneira assumida para a pauta de algumas plataformas políticas eleitorais nesse ano de 2018. Disso decorre que o ideal de ressocialização, sobre o qual discorremos anteriormente, já não se sustenta sob bases tão sólidas, uma vez que o ‘deixar morrer’ é um discurso validado e referendado por uma quantidade pronunciada de pessoas que acreditam na ideia de que pobreza, raça e criminalidade coexistem em relação indissolúvel e que a solução é ‘dar carta branca pra polícia matar’, como disse publicamente um candidato à presidência em rede nacional. É prender ou matar: o que for mais rápido e sair mais barato.

Muitos perderam qualquer inibição em publicizar seu desejo de morte para a juventude das periferias. Os ‘cidadãos de bem’, os ‘normais’ celebram, em êxtase, a cada nova perda de direito da população comum, a cada ameaça de retraimento do

Estado frente às políticas sociais, a cada notícia de chacina, a cada um que mata em ‘legítima defesa’ e ‘na defesa de incapazes’. As propostas pseudo-humanitárias de reforma do sistema penal, defendendo a manutenção do encarceramento como elemento de recuperação dos sujeitos criminosos, detêm uma positividade na medida em que garante a estabilidade do sistema penal. Precisamos alcançar uma crítica sólida a essas visões reformadoras e escancarar o conflito, enfrentar os discursos apaziguadores com a mesma intensidade que enfrentamos os de ódio. Não há tempo para novos ensaios, não há que se pensar em novas estratégias para aprimorar o sistema. Meninos e meninas estão morrendo, todos os dias. É urgente a abolição do cárcere e não há outra conclusão possível a partir desse debate.

O necropoder que opera sobre a vida, se coloca a serviço de algumas vidas e em detrimento de outras. A voz dos sujeitos que se localizam no cruzamento entre a biopolítica e o necropoder não dispõem das condições de participação na construção das políticas que desejam para suas vidas. Eduardo Rosa, historiador e militante do movimento negro, em entrevista sobre o genocídio do povo negro, constata que a resistência apresentada pela juventude negra face à sociedade racista é muito branda, dados os efeitos devastadores das práticas genocidas em curso há tanto tempo no Brasil.

Como o Brasil é vencedor na divulgação do processo do mito da democracia racial, ele foi muito hábil em convencer a população negra que vivemos numa democracia. Se nós vivemos numa democracia e se nós, negros e brancos somos iguais, não há necessidade de uma luta negra. (...)a direita, a burguesia, o que ela tinha pra oferecer pra nós, negros da classe trabalhadora, ela já ofereceu: um longo período de escravidão, e mais 126 anos de exclusão, então o diálogo tem que ser com a esquerda. Se é verdade que o responsável pela escravidão e pela exclusão é o capitalismo, então há um inimigo comum para negros e brancos, que é o capitalismo (GENOCÍDIO contra o povo negro. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=71AF9f-ZFu4&index=9&list=PLYfhdupF6ggjb4Ml_bUJtc5-w4Qv1aBuh>. Acesso em: 26 ago. 2018).

*

Não é de hoje que calam meu grito, abalam meus instintos, ambos pela dor. Por ter nos olhos esse brilho, essa herança bem quista dos genes de meu bisavô. Não é só pela preta cutista, a casa própria da diarista ou qualquer outra conquista dos que fazem parte da história de uma terra que você usurpou. É ver o espaço ocupado, a mulher preta e pobre no doutorado, retomando seu legado sem dizer ‘sim, senhor’. Nos querem supérfluas, apáticas, sem senso crítico. Nos moldam em estéticas inépcias, estratégia sádica orquestrada por cínicos. Eu rejeito teus dogmas e mantenho a perspicácia no raciocínio. E ainda observo bem atenta os que compactuam

*com tua lógica ilícita de extermínio. Senhores em seus altares, disputando egos maiores. Supremos, Palácios, Planaltos, pra que possam se sentir superiores. Influentes na arte da intolerância. Não sei como se cria tanta mente ambiciosa tolhendo anciã sabedoria. Nos oferecem uma mídia abastada, interesseira e interessada apenas na morte, mas não em quem mata. Como será que um corpo suporta? Tanta violência inescrupulosa... Como é possível dormir? Com as vozes em minha cabeça de tantas irmãs mortas... Nossas almas pedem por socorro e ninguém nota. Eu só peço a Oyá que me guie: mantenha-me longe dos senhores fardados do mato e sua milícia. Me diz o que te assusta: a farda, a gravata ou a luta?*⁹⁷

*

De quantas formas aprendemos a gritar ‘basta!’? A irresignação das periferias, esses quilombos contemporâneos, é um grito. *Favela ou nada. Enquanto não houver justiça para o pobre, não haverá paz para o rico*, são expressões que vemos em pichos pela cidade, demarcando territórios outros, questionando. Até quando tantas mortes? Pras vidas que se perderam não há conserto, não há reforma possível. Estamos vivas e luto é verbo. Vamos falar, gritar, escancarar, desprivatizar essa dor. Ela é nossa, nos atravessa, é sentida por cada uma de nós, mas acima de tudo, por todas nós. O que estamos fazendo é narrar para não morrer.

Marielle Franco, socióloga, uma negra que se colocou no enfrentamento à política de intervenção militar nas periferias, falava da importância de organizarmos lugares de resistência. *Cria da favela*, disse ter entendido que a política é espaço onde não se vêem mulheres, muito menos mulheres negras, e que precisamos proliferar nossa participação em todos os níveis da vida social para produzirmos relações que expressem esse dever feminino revolucionário. Em pronunciamentos públicos realizados durante seu curto mandato de vereadora do estado do Rio de Janeiro, falou sobre a presença de corpos negros em espaços institucionais como atitude de protesto que têm incidência política e efeitos inimagináveis nas pessoas.

Em 14 de março de 2018, Marielle foi executada. *Roupas em pele negra: comum é mancha vermelha*⁹⁸. Outros nomes de destaque da política partidária nacional já haviam denunciado os horrores da invasão militarizada das favelas, o que leva a refletir

⁹⁷ Trecho da cypher#2 “Rima Dela”. Mel Duarte, Bianca Hoffmann, Souto Mc, Cris SNJ, Killa Bi, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eE3LB7ADuRE>. Acesso em 26 ago. 2018.

⁹⁸ Trecho da Cypher “Sinfonia da Revolução”, de Rincon Sapiência, Nego E, Lívia Cruz, Tássia Reis, Rico Dalasam, Aori e Amiri, de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h4iGBaRuPpI>. Acesso em 26 ago. 2018.

qual seria o fator decisivo para a imposição da morte a essa personagem específica. A cena recoloca a pergunta feita por Spivak: *pode o subalterno falar?* Gayatry diz que o termo subalterno remete a “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

Margareth Rago (2010), fala da importância dos feminismos na busca radical pela liberação das formas de sujeição, como técnicas e práticas de produção de si, como exercício de libertação das colonizações. Formas de vida libertárias são experimentadas a partir de atitudes cotidianas de resistência face às opressões, do estabelecimento de relações parresias com o mundo. A parresia diz de uma coragem da verdade, ainda e especialmente em situações de risco, levando-a até as últimas consequências (FOUCAULT, 2011). Diz de uma verdade de si que se coloca à prova ainda que os riscos imponham, no limite, a possibilidade de morte para o corpo físico. Marielle Franco representa muita outras, representa as Violetas que o Estado quer calar, todos os sujeitos subalternos que se quer invisíveis, silenciados, e foi assassinada como exemplo do que pode acontecer a quem ousar cruzar essas barreiras.

*

Sobrevivendo na selva sempre com disposição, levo minha cria nas costas e uma faca na minha mão. Pronta pra entrar em ação, fria e sem hesitação; pros parceiro e sou uma brisa, pros vacilão, furacão. Minha vida tá a milhão: money, money is on my mind. Eu preciso descansar, mas se eu parar a casa cai. Eu sigo nessa trilha, pela família e pelas mina, pra elevar a autoestima. E eu sou filha da guerrilha, latinoamericana, já tive mais de uma vez na mira de um cano dos cana⁹⁹.

*

Violeta me procura tensa, preocupada. *Tem alguém matando no bairro.* Medo de ser *guerra* antiga. Medo de seu nome estar na lista. Não importa quanto tempo passe, o risco persiste. *Antes, eu nunca senti medo. Nunca. A gente fica com medo assim mesmo por causa da família, mas assim, de acontecer algo comigo mesmo... não. Eu fico com*

⁹⁹ Trecho da música Cypher #1 Rima Dela, de Issa Paz, Sara Donato, Anarka, Bia Doxum, Brisa Flow, Clara Lima, Alinega, Alt Niss, 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FvbYAsKyFTs>>. Acesso em 26 ago. 2016.

medo é de eles num me achar e fazê alguma coisa com a minha mãe, com meus irmãos... aí dá medo mesmo. Mas agora, se eu tivesse sozinha mesmo ainda, tava tranqüilo, sem se preocupar com ninguém. Mas, tem família, né, fazê o quê? Pode confiar em ninguém não.

Violeta agora tem uma criança nos braços e repete que seu único objetivo é garantir que ela esteja bem. *Tô fraca*, diz Violeta, referindo-se ao fato de não estar em condições de se defender, de estar desarmada, *sem fechar com ninguém. Se eu não conseguir sair daqui o jeito é voltá pro crime pra descobrir quem é e se defender.* Mas a tia que mora em outro estado não responde se pode ou não ir para lá e Violeta, a cada dia, sente mais medo. Medo de fazerem *alguma maldade* com ela num momento em que esteja com a filha no colo.

Muitas vezes essa história se repetiu no programa de liberdade assistida. Jovem tentando *sair, dar um tempo*, prisioneira, sentindo alguém sempre à espreita, virando uma esquina a pé, num carro, numa moto. Se não sair do bairro, não consegue ficar de fora. Se desarmar, então, é aceitar abrir o corpo à morte, é aceitar o inimigo mais forte. E fugir para muitos também não é uma opção. Ainda mais quando se tem família e a ameaça se estende a essas outras pessoas. Necropolítica. Esse estado de coisas é produzido pelo Estado e todos temos participação nisso. Isso diz do que Foucault (1993) chamou de governamentalidade, de governo das condutas. Diz também de subjetivação, de criação de um sujeito para colocá-lo em lugar bem específico nessa engrenagem social.

Alimentar o tráfico através de políticas de encarceramento em massa e de um projeto reducionista de guerra às drogas que só esquentam o mercado dos ilegalismos e acirra a competição é aceitar que muitas destas vidas se esvaíam ao longo do caminho. São essas as vidas entregues em sacrifício, em nome da sociedade, por um dito bem maior. E, a propósito, a indignação pelas mortes também é seletiva, pois há uma divisão precisa entre as vidas tidas como dignas de luto e revolta e as demais, das quais se pode dispor em nome de um projeto de sociedade. Pensando com Mbembe (2003), estamos vivendo não uma política de gestão da vida, mas uma política de imposição da morte. Trata-se de uma conclusão trágica, triste, porém bastante pertinente ao funcionamento do sistema socioeducativo: a única saída possível é apostar na abolição desse sistema, ou no mínimo, na abolição das instituições de internação. Estas funcionam à

semelhança das colônias descritas por Mbembe, aplicando, administrando e expandindo a capacidade necropolítica, de legitimação da função assassina do Estado nos jogos de poder contemporâneos.

*

Caio, levanto, me adianto: respeite, portanto. A cada referência morta nasce um gueto incendiário, subvertendo estereótipo e sendo preto visionário. Cê tenta apagar, mas nossa história tá no sangue. Os ancestral ilumina e faz com que os caminho deslanche¹⁰⁰.

*

Em certo encontro eu e Violeta conversamos sobre nossa história de povo negro no Brasil. *Extermínio vem de quê, de morte? Tem a ver com preconceito, né, acima de tudo. Muito preconceito.* Na ocasião Violeta me contou que essa é a vida que ela conhece desde criança, e que muitas vezes a morte é só o ponto final de uma curta sentença que se escreve e se inscreve na vida de jovens negras de periferia. *Isso passou de novo, cê viu? Passou na televisão. Isso passou de novo... a maioria que tá morrendo, a maioria é mulheres, né, negras. Passou no jornal, que já foi, extrapolou o Brasil todo... tá um índice alto.* E o cenário se agrava quando se é mulher na pista, no movimento. Além dos efeitos massacrantes do racismo e de toda uma conjuntura econômica e política que viola e isola, outras violências atravessam os corpos e as subjetividades femininas arredias.

Os golpes são tantos e tão ferozes que temos sentido que passamos de um luto a outro sem termos sequer a chance de nos recuperarmos e nos fazermos inteiras novamente para as batalhas. Precisamos, com as Margareths, Cecílias, Estelas, Anas e Marielles exercitar uma militância alegre, pautada em conexões ativas entre desejo e vida, encarnação do desejo de uma vida não-fascista. Contra o extermínio operado pelo Estado, com suas armas de fogo e seu poder nos jogos simbólicos políticos, temos corpo e potência, temos nossa carne na rua há muito tempo e sabemos ser resistência. Estamos indóceis, seguindo em marcha de guerra de cabeça erguida, cuidando umas das outras. Se o que somos é efeito do poder, precisamos compreender os processos pelos quais

¹⁰⁰ Trecho da cypher “Psicopretas”. Sistah Chilli, Danna Lisboa, Bia Doxum, Anarka, Dory de Oliveira, Cris SNJ, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bxqhIctLIZY>. Acesso em 26 ago. 2018.

temos sido governadas e forjar contra-condutas, possibilidades de aposta no comum, no coletivismo, contra o individualismo neoliberal.

Não se produz sujeito sem assujeitamento, sem exercício de violência, sem que o processo de subjetivação que vai adequá-lo a um determinado modelo o fira. Essa construção de sujeito se relaciona com o sistema de produção capitalístico, deixando-o

o mais despreparado possível para enfrentar as provas importantes da sua vida. É completamente desarmado que ele enfrentará a realidade, sozinho, sem recursos, emperrado por toda essa moral e esse ideal babaca (...). Ele foi, de certo modo, fragilizado, vulnerabilizado, ele está prontinho para se agarrar a todas as merdas institucionais organizadas para o acolher: a escola, a hierarquia, o exército, o aprendizado da fidelidade, da submissão, da modéstia, o gosto pelo trabalho, pela família, pela pátria, pelo sindicato, sem falar no resto... (GUATTARI, 1985, p. 13).

Estamos falando de um esmagamento do desejo, e de estratégias de controle desenvolvidas e armadas para capturar e quebrar resistências. Para fazer frente às ofensivas das máquinas dos poderes de Estado e contra-atacar, é preciso agilidade, percepção aguçada e organização coletiva, em várias frentes de organização e trabalho que precisam se desdobrar concomitante e permanentemente.

(...) de um lado, a luta de classes, a luta revolucionária de libertação implica na existência de máquinas de guerra capazes de se opor às forças opressivas, tendo para isto que funcionar com um certo centralismo, ou ao menos estar sujeitas a um mínimo de coordenação; do outro lado, a luta dos agenciamentos coletivos, no front dos desejos, exercendo uma análise permanente, uma subversão de todos os poderes, a todos os níveis. (GUATTARI, 1985, p. 21).

Necessitamos usar ferramentas e estratégias diferentes daquelas utilizadas no exercício das forças opressoras. Apostar no amor e nas alianças conspiratórias que se dêem por paixão, e não por filiação, para furar os bloqueios que represam nossos fluxos desejantes. Atuar por meio da construção de uma clínica política cotidiana, capaz de intervir e produzir deslocamentos nas relações que estabelecemos pela vida afora em nível molecular. Ao mesmo tempo, buscar certa unificação das pautas de luta contra as opressões para aglutinar forças sociais em dispersão e produzir movimentos mais vigorosos, em paralelo ao poder público, por fora destes processos normativos reconhecidos como legítimos do ponto de vista das leis que regem a sociedade burguesa.

Existe um jogo político que não podemos recusar. E não cabem abstenções, pois a não adesão à luta é, em si, uma forma de se posicionar em relação a ela, ainda que pela

anulação. A questão será definir como. A desindividualização, o enfretamento ao indivíduo – esse constructo capitalista que serve para compartimentar, enfraquecer e desinvestir – surge então como primeiro passo.

É preciso antes de mais nada acabar com o respeito pela vida privada: é o começo e o fim da alienação social. Um grupo analítico, uma unidade de subversão desejante não tem mais vida privada: ele está ao mesmo tempo voltado para dentro e para fora, para sua contingência, sua finitude e para seus objetivos de luta. O movimento revolucionário deve portanto construir para si uma nova forma de subjetividade que não mais repouse sobre o indivíduo (...) (GUATTARI, 1985, p. 17).

Nenhuma ciência, nem a Psicologia, dará conta de nos libertar do projeto centralista do capital (GUATTARI, 1985). Precisamos desconstruir as distâncias entre nós e a fala do outro. Precisamos libertar o desejo e colocar em movimento um ethos que incorpore práticas como possibilidades de composição de relações de ordem revolucionária, na medida em que visam à liberação de processos de aprisionamento subjetivo. Desse modo, importa consolidar uma psicologia política como uma das caixas de ferramentas que podemos revirar na busca por chaves analíticas.

Guattari (1985) fala sobre contestar o poder em seu próprio terreno e deslocar o problema. Acreditamos na proposta de uma abertura narrativa como forma de afirmar a potência que circula entre nós e que é capaz de produzir efeitos corrosivos, implosivos do sistema, viralizar e criar um problema: deslocar o problema da ‘adolescente em conflito com a lei’ para a instituição sistema penal. Não somos eu e Violeta, em nós mesmas, revolucionárias. Mas existe em conexões improváveis como esta, uma força de ruptura dos modos de investimento de desejo a partir dos lugares que ocupamos nessa trama e dos deslocamentos que essa associação produz, “ponto de emergência da energia revolucionária desejante” (GUATTARI, 1985, p. 39).

Parece que nos orientamos para um corte do tipo: 90% do lado de uma massa conservadora, apavorada, embrutecida pelos meios de comunicação de massa e 10% do lado dos minoritários mais ou menos refratários. Se abordamos estes problemas do ângulo não mais apenas das lutas de interesses, mas das lutas moleculares, aí o panorama muda. O que aparece nesses mesmos espaços aparentemente bem controlados e assepsizados é uma espécie de guerra social bacteriológica, algo que não se afirma mais segundo frentes claramente delimitadas (frentes de classe, lutas reivindicatórias), mas sob uma forma de perturbação molecular difícil de apreender. Múltiplos vírus deste gênero já trabalham o corpo social (...) não param de ocorrer mutações na subjetividade (GUATTARI, 1985, p. 219-220).

Esses vírus podem ser atualizados de múltiplas e imprevisíveis formas a partir dos sucessivos compartilhamentos clandestinos que a experiência entre os sujeitos pode

reverberar. Muito disso que circula entre nós pode ser (e fatalmente será) capturado pelas reinvestidas do poder, sob a forma de adaptação desse investimento desejante aos moldes de investimento capitalístico. Ainda assim, uma fagulha persistirá, remanescente de todos esses processos de morte e de vida que nos atravessaram durante todo esse tempo e que produziram impertinência e irresignação.

Não se trata de experimentarmos essa dimensão ‘da vida de cada um’ – não é para fins intimistas, autobiográficos e de autoanálise que topamos a tarefa de pensar a experiência socioeducativa. Visamos a colocar em jogo “toda uma série de fenômenos sociais como os da hierarquia opressiva”, buscando a liberação “do estatuto de minoria oprimida” e levantando “uma ofensiva política contra a servidão” à manutenção dos binarismos – nem ‘boa pobre’, nem ‘criminosa perigosa’; nem ‘boa moça ressocializada’, apaziguada, nem totalmente desvinculada de desejos pautados na normatividade posta (GUATTARI, 1985, p. 220).

*

Eu me sinto insegura, meu comportamento muda, olha só que loucura: eu vivo com medo. Sociedade injusta, essa cidade me assusta, mas sou do tipo que luta. Eu cansei de ter medo. Eu me lembro da Claudia, arrastada na rua, de porcos na viatura e flores na sepultura. Sinto ódio por dentro, trago conhecimento, sou empoderamento: eu mantenho a postura. Eu me lembro de várias que vocês esqueceram. Nós no fio da navalha desde o navio negreiro. Mas minha voz não se cala, e pro seu desespero eu to afiando a navalha: eu já nem sei o que é medo¹⁰¹.

*

Violeta conta que sofreu violência física por parte do pai de sua filha. As humilhações e ameaças já eram comuns, mas de repente uma cena se desdobrou em socos e pontapés, deixando marcas no corpo dessa mulher negra, que se convenceu de que o melhor a fazer era se afastar, *não dar queixa*. Ainda tem sentimentos por ele. Deseja se mudar para bem longe pra recomeçar, para proteger a filha e para esquecer. Junto disso há ainda o medo de permanecer no bairro. A tia do outro estado não dá retorno. E Violeta nunca deixou de receber propostas de retorno ao trabalho no tráfico:

101 Trecho da música “Manifesto”, de Rimas & Melodias, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=opcrBeEdW9I>. Acesso em 26 ago. 2018.

eu era boa nisso... tem uma viagem pra fazer, se eu quiser. Faltando fraldas e alimentos para a filha. Beco sem saída.

Diniz (2017) fala sobre como a maternidade se torna uma das alternativas de vida buscada por meninas da periferia como estratégias de escape da inserção na prática de atos infracionais. Ela diz tratar-se de uma “brutal essencialização do feminino”, em que a jovem cria uma expectativa de completude que raras vezes se realiza. “Com baixa escolaridade, sem experiência no mundo do trabalho e com um passado em unidade de internação, as chances de um projeto de vida alternativo ao crime são escassas”. (DINIZ, 2017, p. 52)

Muitas vezes Violeta compartilhou comigo as dificuldades de resistir aos apelos de um retorno ao tráfico, pois tudo que ela queria agora era dar uma vida de menos escassez à sua filha. Seguiu recusando propostas e fazendo trabalhos avulsos, uma hora aqui, outra ali, vendendo roupas, fazendo bolo, revendendo cosméticos, cobrindo uma licença maternidade num restaurante qualquer do centro da cidade. Precisou solicitar cesta básica mais de uma vez junto aos serviços da assistência social do município – *e aquele Bolsa Família que nunca sai?* Violetas vêm e vão todos os dias nesses equipamentos, mantidas dependentes das políticas sociais pela completa falta de condições de manejo das inseguranças econômicas e alimentares. Entre a privação e a insubmissão, Violeta repete: *mas como eu sou teimosa, vou bater de frente com a vida.*

Só num caí ainda por causa dela, porque senão, fia, eu já tava... tanta proposta que eu já tive por aí por esses morro afora de Vitória eu já tive proposta. Eu falei ‘Não, não posso fazê isso não...sai de ré, satanás’ (risos). Aí eu vô, penso na minha filha. Algumas portas tão sempre abertas. Num pára não, fia. Cê ta doido... Tenho uma cria. Fico pensando, tem gente que tem filho, vai preso, né, os menino, os bichinho tudo fica jogado aí... fica com um, fica com outro... fica judiando... eu não. Sobre a filha, diz, emocionada: acho que ela veio mesmo pra começar um novo recomeço. Tenho um medo de perder ela... (risos) (choro). Foi desde quando eu fiquei grávida. Ficava com medo de ter outro aborto. Naquele tempo eu tava ainda muito voltada também ainda no crime. Sei lá. E quando eu tive ela, não, eu já tava mais... Ela agora me fez pensar em muita coisa que eu fiz já. Porque, voltar, assim, eu posso até passar necessidade, mas eu não volto mais não. Pro crime eu não volto não.

Anos antes, quando eu ainda acompanhava a jovem no programa de liberdade assistida, Violeta engravidou e sofreu um aborto. Hospital. Curetagem. *Vai comigo, Sa?* Violeta tremia, amedrontada com tudo que havia ouvido falar sobre o procedimento. Fragilizada, ali diante de mim, sem poder contar com a mãe, que não podia tirar folga naquele dia. *Porque quando é assim, eles pensam que a gente que fez e trata a gente muito mal. Larga a gente lá sofrendo.* No compartilhamento de tantas experiências-limite, Violeta e eu fomos produzindo sentidos outros para essa relação, sentidos que não cabem numa configuração tradicional profissional psicóloga-jovem atendida. Isso tudo era a vida acontecendo e tirando tudo do lugar. A construção de alianças e a produção de espaços de acolhimento se fizeram em nossos corpos valiosa pista, rastro de intensidade que impele à tomada de atitude oposta aos silenciamentos operados pela política, pelo sistema, pela vida individualizada, pela vida tornada privada.

A clandestinidade da aliança que se fez possível com Violeta nasce de lugares distintos, dos atravessamentos de uma subjetividade histórica manifesta na construção social da mulher negra. Vivemos situações em comum, porém como pessoas completamente diferentes, em diferentes posições, em uma relação assimétrica de poder produzida entre apenada e técnica de referência. Dentro desse abismo entre nós, há muitas diferenças, no entanto há uma diferença que temos em comum, que é terreno a partir do qual pudemos produzir essa parceria, em que cabe até mesmo a dimensão do não-dito. A marca racial e de gênero se apresentou como mais uma possibilidade de elo entre eu e ela. Isso diz de produção de subjetividade enquanto singularidade.

Sobre a vivência da criminalidade e a questão de gênero, a jovem disse acreditar que hoje já não há quase diferença entre ser mulher e ser homem no tráfico de drogas. Disse que, de início, achava bom ser menina na rua porque muitas vezes os policiais não a abordavam. *Aí a gente vai crescendo, né, cada dia mais. Eu nem fiquei muito assim praticamente vendendo droga porque já me botaram, já me mandaram pra outro bairro, que foi onde eu fui presa a primeira vez. É lá que a gente fomos presos. Aí me colocaram pra mim botar umas meninas pra vender. Elas tinham fugido de casa. E assim foi que começou.* Provoquei Violeta, insistindo na pergunta sobre as relações de poder que ali se estabeleciam. Silêncio. Uma quebra no discurso. A jovem lembrou-se de situações que deixavam muito explícito como era muito difícil uma mulher conseguir

o mesmo status que um homem no movimento, *porque eles vê crescendo aí eles mesmo já extermina logo do mapa. Num deixa não. Eles arrumam alguma coisa pra sair fora.*

Lembrou-se de muitas outras meninas *na pista*, algumas *no movimento*, outras, namoradas. *Mas a que eles tinha mais confiança era só eu, que ia pra tudo quanto é lugar, viajava pra longe. Acho que logo na primeira vez que eu fui eles viram que deu certo, que passei a confiança pra eles... aí eles direto me mandava. Tinha muita gente incomodada. Mas os meninos nunca fizeram nada comigo. Só as guerra mesmo.* Num momento seguinte, em que o assunto reapareceu, Violeta falou sobre assédios que sofreu e sobre como fez para se impor e não ser atacada. *Rolou várias vezes... aí eu já jogava, pagava de doido (risos). Fazia cara de ruim assim, jogava duro e saía fora. Já cortava logo. Porque se ficar dando muita ousadia... já sabe.*

Violeta é exceção, ponto fora da curva. Alcançou lugar de respeito no tráfico. Recusou-se a deixar que fizessem de seu corpo lugar de corpos que ela não desejasse. Recusou que a limitassem ao lugar de menos poder que a mulher usualmente experimenta também no contexto da criminalidade. Tomou a decisão de saída do tráfico antes de morrer em função disso. Decidiu bancar a maternidade por conta própria. Insistiu na vida, e seguiu renovando suas apostas todos os dias, a cada desafio, a cada nova frustração. Ainda assim, por mais revolucionária, a condição feminina traz nuances de uma vivência de sujeição às quais é bastante difícil subverter.

A naturalização da violência contra a mulher atravessa nossos corpos e formações subjetivas, aparecendo comumente nas falas das pessoas sem que elas se dêem conta dos discursos de opressão que subjazem ali. Com Violeta não seria diferente. *Mas tem muitas também que, igual assim, eu já rodei esse mundo todo. Sozinha. Muitas vezes já vinha já com gracinha, eu já dou uma logo e cabou. Agora, acho também que acontece muito estupro também por causa disso também. Tem muita mulher também que dá liberdade. Tem muitas que num dá, mas que acontece por acontecer mesmo, mas tem muitas que dá muita asinha, aí já era. O homem já interpreta de outra coisa.*

Com autoras como Angela Davis, Lélia Gonzales e Djamila Ribeiro, entendemos que a associação entre racismo, classismo e sexismo produz um tipo de opressão ainda mais específico para a mulher negra empobrecida, colocando-a na base

de uma hierarquia social que transforma diferença em desigualdade e deslegitima seus processos de constituição enquanto pessoa.

Do ponto de vista emocional, constata-se uma exacerbada violência psicológica, com desqualificação, preconceitos e discriminações determinando prejuízos que vão de baixa auto-estima a transtornos psiquiátricos; do ponto de vista econômico, um severo empobrecimento com falta de oportunidades de reversão do quadro; do ponto de vista cultural, um aniquilamento de toda uma herança riquíssima; do ponto de vista da saúde em geral, severos determinantes sociais de adoecimento e morte; do ponto de vista programático, práticas de racismo institucional, ou seja, falha na garantia de direitos, omissões e discriminações permeando as instituições públicas e privadas; do ponto de vista da educação, hegemonia das epistemologias eurocêntricas e diferença de acesso, permanência e níveis de aprendizagem; do ponto de vista do trabalho e renda, desigualdades nas oportunidades de alcance dos postos trabalho, reconhecimento profissional, promoção e remuneração; do ponto de vista da cidadania, exposição a vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas, falta de autonomia e de acesso a direitos. Fazendo-se o recorte de gênero, constata-se que o contexto brasileiro impõe a mulheres negras vulnerabilidades advindas da conjugação do sexismo com o racismo (PRESTES & VASCONCELOS, 2013. Disponível em <<https://www.pambazuka.org/pt/governance/mulheres-negras-resist%C3%A2ncia-e-resili%C3%A2ncia-ante-os-efeitos-psicossociais-do-racismo>>. Acesso em 26 ago. 2018).

Hooks (2010), explica como a inscrição no racismo, no capitalismo e no patriarcalismo compromete nossa capacidade de amar e receber amor e como é importante desbloquearmos esses fluxos como parte do processo de descolonização de nossos corpos e mentes, como criação de uma reserva de forças para o enfrentamento ao genocídio, que nos mata diariamente. A autora aposta na potência do amor como exercício transformador das estruturas sociais e das relações entre os sujeitos. Uma vivência subjetiva rica em afetos pode ser capaz de mobilizar condições de produção uma vida divergente aos modos de subjetivação capitalista, que estimulam a lógica econômica voltada para as relações entre os sujeitos.

Eu, Sabrina, hoje aos 36 anos, começo a me construir como pessoa negra, buscando identificar, compreender e enfrentar dia após o dia todo o branqueamento que me atravessa e compõe, que dissolve minha negritude e me torna socialmente mais aceita. Como miscigenada, pela pouca melanina na pele, e à circunscrição socioeconômica favorável alcançada por meu pai e minha mãe, pude ter acesso a maiores oportunidades de ocupar determinados espaços – como escolas particulares, cursos de línguas, consultórios médicos de planos de saúde, clubes, esportes, espaços

culturais e artísticos –, o que me permitiu vivenciar muitas facilidades, das quais a maior parte de minhas colegas pretas não pôde usufruir.

Tive acesso a uma riqueza de experiências afetivas por meio de arranjos familiares e comunitários sólidos e orientados para uma relação dialógica com o mundo. Isso me colocou significativamente aberta, desde muito cedo, às coisas e pessoas do meu entorno, caracterizando com expansividade e afirmação meus modos de estar na vida. Muitas pessoas negras, expostas cotidianamente e insistentemente aos efeitos do racismo em suas várias dimensões, acabam sendo marcadas pelo medo e pela insegurança, circulando pelos espaços com desconfiança, esperando sempre pelo próximo ataque. Quais são as possibilidades de encontro com o outro a partir de um contexto em que tais sentimentos estão à flor da pele todos os dias, 24 horas por dia?

Ao grupo racial negro (preto e pardo) historicamente tem sido atribuído os lugares mais desqualificados e, ao grupo racial branco, o topo da hierarquia. Esse escalonamento marca suas identidades e seus modos de vida, pois, se o topo, portanto, o ideal, está associado à população branca, ela tem maior probabilidade de constituir-se subjetivamente de forma afirmativa, já a população negra é comumente assolada por uma luta constante e, às vezes, inglória, contra o sentimento de inferioridade e, junto com ele, o de culpa por não corresponder àquele suposto ideal, bem como pelo sentimento de angústia por persistentemente passar por situações de opressão (CFP, 2017, p. 10-11).

*

A Violeta, menina preta, da cabeleira crespa, você não se lembra, não? Na tua escola, nega maluca, 'ai que mina mais reclusa, que burra, não faz lição'. Na tua casa, pra cada dedo da mão direita, e esquerda, ela tinha um irmão. Seu pai foi embora, sua mãe chora, na cama todos os dias por causa de depressão. 'Não vá sonhar, vá estudar, pra trabalhar, pra trabalhar' até poder comprar um pedaço de chão. Pra despencar, pra se atirar, pra se jogar, cansada depois de tantos dias servindo a tua nação. A Violeta, menina astuta, já foi cair lá na labuta pra poder comprar um pão. (...) As Violeta tão na sarjeta, tão nos beco, nas viela, nas rua, nos quarteirão. A Violeta, na noite escura, Violeta não é burra decorou tua lição. A Violeta tá bem debaixo da ponte, ta na chuva, tá no relento, tá sofrendo as repressão. A Violeta no teu bairro, lá na esquina, violentada, é a menina na faixa e na estação. A Violeta pede carona. Três milhões de Violetas transitando no busão. A Violeta é brasileira, é menina guerreira sem RG nem certidão¹⁰².

102 Trecho da música “Violeta”, de Renato Pessoa. Interpretação de Carú Bonifácio, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3UPq2onB2kc>. Acesso em 26 ago. 2018.

*

Quando perguntei para Violeta como era ser negra na periferia e sobre quando ela se deu conta de sua negritude, a jovem riu. *Ou você é, ou você não é! (risos). Você já nasce sabendo, na hora que já sai, já sabe. Quando a gente vai pra outros lugares, então... no shopping... Teve uma vez que foi eu e mais duas meninas, a gente ia comprar biquíni só que tava tudo fechado no bairro. Aí chegamo, lá veio dois segurança seguindo a gente, até dentro da loja. Aí a gente ‘tá doido?’ (risos), a gente já tirou o bolo de dinheiro ‘aqui, nós num veio roubar não’. Agora a gente num compra mais nada aqui e vamo falar mal de vocês também’. Ele achou que a gente ia roubar... eu, hein... sair roubando as coisa assim... aí as menina ainda falou assim, ‘além de vocês achar que a gente ia roubar, ainda é tudo caro ainda’ (risos).*

A jovem contou sobre algumas das muitas vezes que tentou conseguir trabalho formal, sem sucesso. Disse ter se sentido preterida por causa da cor da pele. *Às vezes por causa da escolaridade, mas também por causa da cor. Já teve vez de eu ir em loja de shopping que uma menina me indicou, aí eu cheguei lá, todo mundo louro, aí eu olhei assim, falei: ‘aqui?’. Nem entrei. Nem entreguei currículo, nem nada. Falei ‘aqui, meu filho? Só se botar pra ser manequim, igual esses manequim preto aqui’ (risos). Aí eu nem cheguei não. Ela perguntou ‘cê foi lá?’. Falei ‘fui, nêga, brigada tá?!’ (risos). Eu, hein... vô lá nada... já ia gastar meu currículo, currículo é caro, fia, 25 centavos é dinheiro. Vai jogar fora?*

Estamos falando de muitas violências, e no fundo de todas elas, as associadas a práticas genocidas e também a um expressivo etnocídio do povo negro, ao exercício histórico de uma violência cultural e epistemológica intensa contra esse grupo racial. De acordo com Clastres,

Se o termo genocídio remete à ideia de ‘raça’ e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados (...) (CLASTRES, 1980, p. 56).

Racismo não é só preconceito racial: é sistema de opressão que se acopla perfeitamente aos modos de produção capitalista, produzindo a desigualdade necessária das relações para que esse sistema econômico e político se sustente. Aprendi com colegas do movimento negro que a existência de privilégios para o grupo racial branco se opõe à busca pela experimentação de uma igualdade possível. Encontra-se no topo da hierarquia o homem branco heterossexual, sujeito que vai se diferenciando dos demais por mecanismos de reafirmação de desigualdades que retroalimentam as facilidades e ganhos dessa posição tida como referência para os padrões de valor e normalidade. Uma provocação insiste e convoca à luta antirracista, perguntando a cada instante como utilizar os espaços pelos quais circulamos, a partir dos lugares que ocupamos nesse esquema social, a partir dos exercícios de narratividade possíveis, para produzir outras sensibilidades, modos de sociabilidade menos adoecidos?

A estratégia que escolhemos é a de enfrentar a segregação nos apoderando de meios de produção de conhecimento, ocupando lugares em que há silêncio em torno de práticas racistas e sexistas para falar e fazer falar, escancarar o conflito amordaçado. Contribuir para uma reescrita da história das mulheres e das negras do Brasil a partir de nossos próprios olhos e mãos, tomando a fala de assalto e devolvendo o incômodo, como atitude de abertura de caminhos para outras que virão a ocupar as periferias, as universidades e o mundo de maneira revolucionária, incontínente e inadiável. Fazer ressoar, ecoar, reverberar outras narrativas, para fazerem falar nossas negras e vivas e insubmissas entranhas.

*

*Preta, pinta o mundo com seu tom que essa tua negra tinta
fará brotar a cor nessa cidade cinza que tanto te negou, mas,
ô, preta pinta (...) Carta marcada calada, infância tão
sabotada, pinta de arte armada nessa cidade cercada de dor.
Sou preta da pele, história que se sabe de cor. Quem
desconhece olha estranho, e ainda sente dó. Eu tô cansada
desse papo de quem sente dó. No fim das contas percebemos
que ainda tamos só. Mas eu espero, que essa força vem da
união, e que a tigresa possa mais que a porra do leão¹⁰³.*

*

¹⁰³ Trecho da música “Negra Tinta”, de Bia Ferreira e Carú Bonifácio, 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Gh4--a287wU>. Acesso em 26 ago. 2018.

Perco contato com Violeta por algumas semanas. De repente, uma mensagem. Conta, feliz, que está trabalhando. *Na cozinha de um restaurante no Centro*, das 7h às 16h, 30 reais por dia mais transporte e alimentação no local. Tudo que ganha fica com a sogra, que têm cuidado da neta enquanto Violeta trabalha, na expectativa de adquirir alguma experiência que melhore seu currículo. Sem ter terminado os estudos, debatendo-se com as inúmeras dificuldades de frequentar a escola, a jovem aprendeu que ser preta, morar em periferia e ter baixa escolaridade são garantia de acesso às piores condições de trabalho existentes.

Violeta se convenceu de que valia a chance de adquirir experiência na expectativa de ser contratada depois, pra receber um salário mínimo, menos os descontos, e carteira assinada. E é esse o sucesso possível. Lembro-me de quando Violeta recebeu determinação judicial para cumprir sua primeira medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade – 6 meses, 8 horas semanais. *Eu que não vou trabalhar de graça pro governo!* Quanta potência nessa recusa! Sob a ideia de ressarcimento e reparação à sociedade pelos supostos efeitos nocivos da incursão na vivência infracional, o Estado espera doutrinar a jovem a que se torne digna através do trabalho, conformando-a ao que virá após o término da medida: os postos menos qualificados e pior remunerados do mercado.

Eis a maior expressão de sucesso na conclusão do percurso socioeducativo: acompanhando um glorioso relatório de final de medida, confirmando a ‘ressignificação do ato cometido’ pela adolescente e o sucesso do sistema socioeducativo na correção e no governo da conduta das ‘jovens infratoras’, segue a cópia da carteira de trabalho assinada, anexada à solicitação de arquivamento da medida. Não importa o salário nem o cargo registrado no documento, importa somente a conformação pelo trabalho, que dignifica. A vida segue e o mundo ganha mais uma eterna egressa de medidas confirmando a eficácia da lógica punitiva sobre os corpos negros arredios. Continuamos sendo colonizadas, todos os dias.

Seguindo as pistas de Mbembe (2014) e muitas outras poderosas vozes negras, estudamos para compreender os efeitos prolongados da escravidão sobre os corpos negros e sobre as sociedades em que o racismo perdura como marca modeladora das posições desses corpos em relação aos demais. Para essa população, o trabalho esteve desde muito cedo vinculado à servidão e à subalternidade. Isso se desloca e atualiza

hoje simbolicamente em nossos modos de nos relacionarmos com o mundo produtivo capitalista. E estamos a ver os efeitos disso sobre a população mais empobrecida, à qual se destinam políticas de pauperização e endividamento, cujo sonho de acesso às condições de ascensão social se materializam quase que invariavelmente a partir da perspectiva da inserção em práticas ilícitas.

Salários muito baixos, carga horária elevada, regime informal de prestação de serviço, trabalho braçal. E no caso dos sujeitos em cumprimento de medida socioeducativa, público que tem os menores níveis de escolaridade entre os jovens, estes ainda são passíveis de serem ‘punidos pedagogicamente’ com a determinação judicial para prestar serviços à comunidade, medida disciplinar que desassocia o trabalho de qualquer contrapartida pecuniária. Gonzales (1979) já na década de 1970 contextualiza a “funcionalidade da superpopulação relativa” brasileira na constituição de uma “massa marginalizada” modelada para transitar entre o desemprego e o subemprego. Isso refere-se ao que a autora chamou de divisão racial do trabalho. “Quando se trata de competir para o preenchimento de posições que implicam em recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos” (GONZALES, 1979, p. 1).

As pessoas negras continuam tendo o emprego de seus corpos e mentes vinculado às estratégias de subalternização, continuam encontrando muitas dificuldades em acessar o ensino superior, e quando finalmente conseguem concluir uma graduação, enfrentam duras batalhas no alcance de postos de trabalho formal qualificados. Nas universidades, quando à revelia do insuficiente esforço das políticas de permanência conseguem freqüentar o ensino superior público, dificilmente têm acesso a autoras negras. Não encontram identificação entre suas colegas de turma e professoras. Não podem falar livremente da experiência da negritude e sobre como é estar ali, naquele lugar tão distante geográfica e psicologicamente das periferias das quais saem todos os dias de manhã para *ganhar a vida*.

*

E em meio ao bombardeio ainda reconheço quem sou, e vou mesmo ferido, ao frente, ao combate. E em meio à fumaça, sigo sem nenhum disfarce. Pois minha face delata ao mundo o

que quero (...). O sistema me marcou, mas não me arrebanha¹⁰⁴.

*

Eu não consigo me ver tomando chibatada, roupa rasgada, na mata violentada. Brasil, o primeiro em miscigenação. Mistura de raça camufla a História da nação. Algemas no punho e nos pensamentos. Ainda somos escravos mesmo não querendo. A luta continua, só você não vê. Abra os olhos que ninguém abrirá pra você¹⁰⁵.

*

Antes que fosse concluída a incidência formal da socioeducação na vida de Violeta, durante o cumprimento das primeiras medidas socioeducativas, a jovem não temia o risco de se indispor, transgredir, afrontar. Violeta assumia as possibilidades do exercício da violência em seus atos, atitudes e posturas que se deram também porque sentira a violência atravessar sua vida em diferentes níveis. De modo parresiaístico, Violeta resistia e governava sua própria conduta a partir de uma autenticidade que marcava sua passagem pelos espaços. Desafiava as normas, impunha seus desejos e limites. Arriscava sua frágil suposta liberdade, não temendo ser quem era nem mesmo na sala de audiência, algemada na delegacia de madrugada, ou na rua, espaço que exige a disposição permanente ao confronto, especialmente quando se é mulher e se opta por andar só.

Violeta vivia se arriscando – à prisão, à morte, ao rompimento de laços familiares, aos fracassos amorosos. Persistia, inquieta, e desafiava situações que a outros corpos faria fenecer. Posicionava-se à revelia, porque para ela, a insubmissão corre nas veias, a um pulso de se colocar em movimento. Sobreviveu ao sistema socioeducativo e se esquivou à marca fatal do itinerário penal, quebrando com as profecias de morte e de transição automática do sistema penal juvenil para o sistema penal adulto. Uma semana antes de completar 18 anos, Violeta foi apreendida pela última vez, permanecendo por nove meses em uma unidade socioeducativa de outro estado. Ela conta que lhe foi dito pelas autoridades que registraram a ocorrência que ela seria liberada, pois para eles compensava mais que ela fosse presa como maior de idade.

¹⁰⁴ Trecho da música “Carta à Mãe África”, do álbum “Aviso às gerações”, de GOG. Selo Independente, 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u7n-7uNI7eU>>. Acesso em 28 ago. 2018.

¹⁰⁵ Trecho da música “Falsa Abolição”, de Tarja Preta, vídeo independente, 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MB2LQIWWVKU>. Acesso em 24 ago. 2018.

Por eu já ter, ter um monte de passagem, e outra, faltava uma semana pra eu fazer 18... eles ia deixar pra mim ir pra maior. Aí vamo supor assim, se eu contasse com a sorte e fosse presa tava bom, né... mas e se eu morresse aqui fora? Porque do jeito que eu tava aqui... era um ou era outro. Aí me jogaram cinco dias na maior porque num tinha vaga na menor lá. (...) A ficha caiu depois de um mês porque eu pensei que eu num ia ficar presa. Pensei que eles ia me liberar na audiência. Tive um monte de audiência ele me mandou de volta. Aí depois chegou – como é que fala – a internação na unidade. Aí foi a hora do desespero. Ficar notro lugar internada é triste. Tentaram um monte de transferência e nada, né, porque foi um monte negada. Quando num era o juiz daqui era o juiz de lá. Aí até que o daqui aceitou, né? E o de lá concordou... que foi muito tempo de desespero.

Violeta e eu fomos e ainda somos colonizadas de muitas diferentes formas, mas não nos tiraram a chance de romper com o isolamento na vivência da dor, desintimizando nossas histórias e permitindo que elas se agregem a outras vivências e produzam uma memória de lutas contemporâneas por liberdade. A vida das mulheres “se caracteriza pela fragmentação, pela interrupção e pela descontinuidade”, sendo estas “tacitamente convidadas a esquecerem-se de si mesmas”. Dessa forma, construir narrativas que dizem de uma vida, mas também de muitas vidas, é assumir “a dimensão de uma prática política de resistência e luta” (RAGO, 2013, p. 66).

Violeta performa, em sua insistência, a partir de suas experiências, da intensa vivência infracional pregressa e dos atuais enfrentamentos da vida adulta, um cotidiano dizer não ao lugar onde o olhar do outro a coloca, numa recusa insistente às definições pré-determinadas de quem deve viver e quem deve morrer. Violeta escapa do extermínio todos os dias, mas nem por isso consegue anular os processos de morte em vida que a atingem, como a muitas outras pessoas de mesma localização social, racial e econômica que a sua. Essa morte em vida não é só física: é produzida pela necropolítica contemporânea e diz da produção massificada de subjetividades marginais, subjetividades violadas.

A jovem teve toda sua infância e adolescência registradas em prontuários de serviços das políticas da assistência social e da socioeducação, em Varas da Infância e em delegacias. Teve sua vida objetificada, devassada, ‘decifrada’ por escritas técnicas especializadas que a transformaram em números de processo, em atos tipificados. Foi

deformada em avaliações induzidas e parciais sobre fatos de sua vida. Portanto, trata-se de um ato revolucionário registrar sua vida de outra perspectiva, legitimar sua existência, sua potência. Contrapor seu discurso à grande narrativa oficial do Estado é resistir politicamente (RAGO, 2013).

Do corpo aberto e das trajetórias do afeto.

Muitas vezes o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades. Pode nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos, sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento como nos faz sofrer. Andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas e de outras é um processo prazeroso e extático. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida.

Bell Hooks¹⁰⁶

O desejo que marcou esse trabalho foi o de apostar na potência do estar junto, perseguindo a ideia de que trajetórias de vida outras podem se construir apoiadas na composição de parcerias e na construção coletiva de espaços diferenciados de acolhimento. Muitos aspectos das nossas lutas e histórias sobrevivem na invisibilidade, e é tarefa que aceitamos falar disso, tirar do particular e lançar para o mundo, para que no coletivo se torne, enfim, um problema de todos. Todo sofrimento é digno de luta e exige corresponsabilidade.

Eu e Violeta partilhamos um caminho. Diante da policialização e da militarização da vida social, do encarceramento e do extermínio como respostas legitimadas pelo Estado na gestão das relações sociais, buscamos produzir territórios de vida, abrir janelas para a compreensão, uma com a outra, das engrenagens que sustentam a justificativa e a autorização do exercício de violência estatal, da função estratégica da produção de desigualdade econômica, e da manutenção rígida das hierarquias sociais e raciais no cerne da questão penal brasileira. Assim, partindo da dissecação da “mecânica violenta do Estado” com os sujeitos alvo das políticas de encarceramento e extermínio, visibilizar as correlações aí ocultadas e produzir um rastro de intensidade (SORÓ, 2017, p. 8).

“Companheiras de jornada” (BAPTISTA, 1991), Violeta e eu buscamos na escrita de si, “uma das tecnologias pelas quais o indivíduo se elabora nos marcos de

¹⁰⁶ HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Periódicos UFSC*, ano 3, 2º semestre 1995, p. 477-478. Disponível em : <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em 18 abr. 2017.

uma atividade que é essencialmente ética” (FOUCAULT, 2006, p. 50), ferramenta para o exercício de desprivatização da dor, revisitando processos de vida e de morte, questionando as instituições que nos atravessam, analisando nossas implicações e decidindo, a cada momento, o que fazer com isso, como integrar cada rastro de intensidade desprendido dessas experiências ao que somos e à luta por uma sociedade menos hipócrita e menos perversa. Inventamos uma cumplicidade clandestina para inspirar formas mais coletivas e criativas de habitar esse tempo, as ruas, e as nossas vidas.

A trajetória dos encontros que corporificaram essa escrita, para além de produzir uma dobra sobre nós mesmas, Sabrina e Violeta, nos impeliu a eleger a impertinência política como marca revolucionária, de deslocamento das posições estabelecidas com base nas narrativas dominantes deformadoras da experiência vivida, sobrecodificadoras das relações que se produzem em uma dimensão molecular. Dizemos, com isso, que não aceitamos mais que se produza qualquer verdade sobre nós sem contestar. Gritamos em cada uma dessas linhas ‘nada de nós sem nós!’.

No percurso nos demos conta do quanto somos formatadas por processos de subjetivação massificados, a partir dos quais quase sempre respondemos e reagimos ao que nos acontece exatamente conforme o esperado, dadas nossas histórias, nossas posições sociais, o gênero que nos define e outros marcadores. Registramos nesse percurso cenas que dizem dessa conformação, mas também tracejados que seguem em todas as direções como condição de possibilidade de emergência de outras vidas.

Singularizamos nossas vidas a partir das diferenças que nos marcam e construímos um comum, uma comunidade entre nós. O que podemos nós a partir desse comum, para uma possibilidade de análise e inserção junto à comunidade de mulheres inseridas no sistema socioeducativo, adolescentes e técnicas? Ainda não sabemos. Sabemos sim que quando nasce uma aliança – guerreira-soldada, técnica-socioeducanda – desenha-se a possibilidade de erigir uma máquina de guerra, um movimento minoritário e fugidio.

Publicizar nossas histórias atravessadas pelas políticas de encarceramento, nos parece submeter a individualização da vida à sua subversão, atualizando as relações sociais a partir de uma dimensão pública. Nas narrativas de Violeta, “articulam-se histórias de grande capacidade de superação da dor” (RAGO, 2013, p. 73).

Esperávamos que em algum momento dessa nossa história, as experiências de jovens da socioeducação pudesse se tornar efetiva arma contra o Estado, pois seus relatos e corpos são provas vivas de que a tortura e a completa anulação de direitos continua sendo estratégia de dominação, segregação e aplicação de morte social e política ao povo negro.

No entanto, chegamos a um parcial trágico fechamento de nossas análises. Ainda que existam vidas que fogem à captura do sistema socioeducativo por todos os lados, produzindo diferença e explodindo barreiras, a força desses movimentos de desterritorialização é capturada em reforma desse sistema, em busca de uma humanização que garanta a manutenção do discurso que o produz como legítima política pública no combate à uma dita violência juvenil. Para toda linha de fuga, uma organização que estratifica, de modo que ainda que afirmemos a vida onde quer que existam humanos, é compromisso ético apontar onde a vida é submetida à mortificação, para então libertá-la do confinamento subjetivo.

Essas vidas que transbordam os limites desse sistema destituem o tempo todo esse maquinário do controle dos processos que se dão no cotidiano das unidades socioeducativas, e também fora delas, na condição de egressa. Ainda assim, nos deparamos com a seguinte imposição: a prisão tem que morrer! Ainda que a potência e a vida aprisionadas no sistema explodam barreiras o tempo todo, produzindo invisíveis rupturas que em algum momento possam instituir de maneira mais permanente o novo, não há mais tempo a perder. Jovens estão morrendo, há muito tempo, e essas vidas não serão recuperadas nem ressarcidas de toda dor vivenciada pela imposição da clausura pelo Estado. Não dá pra esperar que se descubra uma maneira viável de se prender sem fazer morrer. O sistema comprime vidas, reduzindo-as ao limite da morte ou da vida mortificada. A prisão tem que cair!

Se, ao início do processo de pesquisar, os objetivos seguiam na direção de produzir uma análise dos fazeres da Psicologia na socioeducação, apostando na possibilidade de produção de fraturas no sistema, produção de liberdade com os sujeitos encarcerados, em algum momento posterior nos redirecionamos para a releitura de uma história comum com Violeta e nos deparamos com uma problemática muito maior: não há como produzir liberdade em meio ao cárcere. Nesse caminho, se há conspiração possível, ela deve se dar a serviço da destruição da prisão, pois essa seria a única

liberdade possível para esses sujeitos, jovens atendidas e profissionais operadoras do sistema.

Não foi possível burlar o sistema. A beleza e a importância dos encontros com Violeta residem no quanto essa conexão nos transformou, no nível das possibilidades de um relacionar-se com a outra apoiadas em lógicas menos pautadas no punitivismo, mais próximas de uma convivência libertária. Mas, lamentavelmente, os mesmos riscos ainda estão postos à jovem Violeta. Condições precárias de vida e subsistência, perseguição, racismo. Às jovens da socioeducação, acabar com o sistema é a única saída, pois a partir dele nada se produz além de dor, morte e opressão.

Esse trabalho se fez em duas direções, não opostas: na composição com Violeta, de espaços de vida comum, de parcerias que se opõem ao isolamento e à individualização produzidos pela lógica penal capitalista na qual estamos todas imersas; e na produção de questões para o sistema socioeducativo, de como a partir de Violeta decalcamos as possibilidades de alianças clandestinas entre técnicas sensíveis à descriminalização e à abolição das prisões com usuárias desse sistema, jovens em cumprimento de medida. Estivemos lá, construímos um trabalho dentro dos equipamentos da política. Depois, retomamos o fôlego e retornamos à política pelo caminho da memória coletiva, fora dela sem realmente estar. O problema não está em mim, ou em Violeta, ou em qualquer menino e menina da socioeducação. O problema é o sistema, seus esquemas de entrada e saída, suas mudanças de nível, sua lógica, sua estruturas. *O plano é insano e ele visa a liberdade*¹⁰⁷: implosão da lógica penal. Abolir as prisões.

*

Não tenho casa, não tenho sapatos. Não tenho dinheiro, não tenho classe. Não tenho saias, não tenho casacos. Não tenho perfume, não tenho amor. Não tenho fé. Não tenho cultura. Não tenho mãe, não tenho pai. Não tenho irmão, não tenho filhos. Não tenho tias, não tenho tios. Não tenho amor, não tenho ideia. Não tenho país, não tenho escolaridade. Não tenho amigos, não tenho nada. Não tenho água, não tenho ar. Não tenho cigarros, não tenho um franguinho. Eu não tenho. Não tenho água. Não tenho amor. Não tenho ar. Não tenho Deus. Não tenho vinho. Não tenho dinheiro. Não tenho fé. Não

¹⁰⁷ Trecho da Cypher “Sinfonia da Revolução”, de Rincon Sapiência, Nego E, Lívia Cruz, Tássia Reis, Rico Dalasam, Aori e Amiri, de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h4iGBaRuPpI>>. Acesso em 26 ago. 2018.

*tenho Deus. Não tenho amor. Então o que eu tenho? Por que mesmo eu estou viva? Sim, inferno. O que eu tenho ninguém pode tomar. Tenho o meu cabelo, tenho minha cabeça. Tenho meu cérebro, tenho minhas orelhas. Tenho meus olhos, tenho meu nariz. Tenho minha boca. Eu tenho a mim mesma. Tenho meus braços, minhas mãos. Tenho minhas orelhas, minhas pernas. Tenho meus pés, e meus dedos. Tenho meu fígado. Tenho meu sangue. Eu tenho uma vida. Eu tenho vidas!*¹⁰⁸

*

¹⁰⁸ Trecho da música “Ain’t got no – I got life”, do álbum “Nuff Said!”, de Nina Simone, 1968. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=L5jI9I03q8E>. Acesso em 01 set. 2018.

Referências Bibliográficas

Aprendendo com os corpos desfigurados. Carlos Eduardo Taddeo, do álbum “A Fantástica Fábrica de Cadáver”, 2014, gravadora independente. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=S-nMAXYJJfo>>. Acesso em 24 ago 2018.

As de cem. Brisa Flow, álbum Newen, 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=n13hOGF4JTM>>. Acesso em 26 ago. 2018.

AUGUSTO, Acácio Sebastião. **Encontro do Observatório de Direitos Humanos do Espírito Santo.** 21 jun. 2016, Vitória, 2016.

AUGUSTO, Acácio. **Judicialização da vida: democracia e participação. Anarquia é o que resta.** *Psicologia & Sociedade*, v. 24 (n. spe.), 31-38, 2012.

AUGUSTO, Acácio. **Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto.** *Caderno Metropolitano*, vol. 12, n. 23, p. 263-276, jan/jun 2010.

A vida é desafio. Racionais Mc's. In: Nada como um dia após o outro dia. Gravadora Boogie Naípe, 2002. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PQin7NsK7SM>>. Acesso em 28 ago. 2018.

BAPTISTA, Luis Antonio. **Cidade dos Sábios.** 1991.

BARROS, M. E. B.; SILVA, F. H. **O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade.** *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 25 – n. 2, p. 339-356, Maio/Ago. 2013.

BICALHO, P. P. G. **Ditadura e democracia: qual o papel da violência de Estado?** In: *Entre garantia de direitos e práticas libertárias.* Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, p. 13-34, 2013.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil.** Porto Alegre: Abrapso Sul, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS Nº 145 de 15 e outubro de 2004.** Política Nacional de Assistência Social. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf>. Acesso em 26 ago. 2018

BRASIL, Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-lei nº 3.799 de 05 de novembro de 1941**. Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar Social, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual do SINASE 2014**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual do SINASE 2015**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. Junho de 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**, Governo Federal, 2013. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>. Acesso em 26 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução CNAS Nº 130, de 15 de julho de 2005**. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social. Revogada pela Resolução CNAS Nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em 28 ago. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/pressreleases/2016/06/03/mapa-do-encarceramento-os-jovens-do-brasil.html>>. Acesso em 26 ago. 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

Carta à Mãe África. GOG, álbum “Aviso às gerações”. Selo Independente, 2006. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u7n-7uNI7eU>>. Acesso em 28 ago. 2018.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac e Naufy, 1974.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades**. Brasília: CFP, 2016.

COIMBRA, Cecília. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do autor/Intertexto, 2001.

COIMBRA, Cecília. M. B. **Psicologia jurídica e direitos humanos**. Disponível em: <<https://app.uff.br/slab/uploads/texto68.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2018.

COIMBRA, Cecília. M. B. **Refletindo sobre a prática profissional e o papel dos Conselhos**. 2007. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/2/frames/fr_refletindo.aspx>. Acesso em 26 ago. 2018.

COIMBRA, Cecília M. B., & NASCIMENTO, Maria Livia. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. In: A. R. R. Geisler, A. L. Abrahão & C. M. B. Coimbra (Orgs.). *Subjetividades, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos em saúde*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2008, p. 143-153.

COIMBRA, Cecília. M. B.; NASCIMENTO, Maria Livia. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** *JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud*, ano 9, 22, 338-355, 2005.

COLLINS, Patrícia H. **The social construction of black feminism thought**. Hill Collins Signs, v. 14, n. 4, p. 745-773, 1989. Disponível em: <<https://diversedynamics.files.wordpress.com/2007/01/collins.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2018.

DAVIS, Angela. **Desigualdade**. Festival de Livros de Oakland, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5IYpk1Zj-SU>>. Acesso em 12 mai. 2018.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **O atual e o virtual**. Texto originalmente publicado em anexo à nova edição de *Dialogues*, de Gilles Deleuze e Claire Parnet (Paris, Flammarion, 1996).

DELEUZE, Gilles. **Uma vida**. *Limiar*, São Paulo, v. 2, nº 4, 2º semestre, p. 178-181, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1**. São Paulo: Editora 34, 2000 (2ª reimpressão).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 3**. São Paulo: Editora 34, 1999 (1ª reimpressão).

DINIZ, Débora. **Meninas fora de lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal**. Brasília: Letra Livres, 2017.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

EVARISTO, Conceição. **Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio**. 13 mai. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>>. Acesso em: 27 maio 2017.

Falsa Abolição. Tarja Preta, vídeo independente, 2011. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=MB2LQIWVWKU>>. Acesso em 24 ago. 2018.

FEMINISMO negro contado em primeira pessoa. Do Morro Produções, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J6ev2V-Ee3U>>. Acesso em 17 abr. 2017.

FERREIRA, Marcelo Santana. **Walter Benjamin e a questão das narratividades**. *Mnemosine*, vol. 7, n. 2, p.121-133, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade. O Governo de Si e dos Outros II**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Governamentalidade**. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 203-222, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As relações de poder passam para o interior dos corpos**. In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Ditos e Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 34-43, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Entrevista com Michel Foucault.** *Ditos e Escritos IX. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história.** Em: MACHADO, Roberto (org.) *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Ditos e Escritos IX.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 118-140, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Prefácio.** In: *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Ditos e Escritos IX.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 7-10, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Sexualidade e Verdade.** Ditos e Escritos IV – Estratégia – Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GENOCÍDIO contra o povo negro. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7IAF9f-ZFu4&index=9&list=PLYfhdupF6ggjb4Ml_bUJtc5-w4Qv1aBuh>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GOG. **Carta à Mãe África.** Aviso às Gerações. Só Balanço, 2006.

GONZALES, Lélia. **A Juventude negra brasileira e a questão do desemprego.** In: II Conferência Anual do African Heritage Studies Assotiation, 1979.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUATTARI, Félix. **Práticas analíticas, práticas sociais**. In: Caosmose. Um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, p. 183-203, 1992.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. *Periódicos UFSC*, ano 3, p. 464-478, 2º semestre 1995. Disponível em : <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em 18 abr. 2017.

HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. *Geledés*. 09 mar. 2010. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>>. Acesso em 26 ago. 2018.

HULSMAN, Louk. **Penas perdidas: o sistema penal em questão**. Niterói: Luam, 1995.

KASTRUP, Virgínia. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. Em: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, L. (org). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção da subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 7-31, 2009.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. Open Edition Books, p. 151-163, 2009.

LOURAU, René. In: ALTOÉ, Sonia. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LOURAU, René. **René Lourau na UERJ 1993. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro, UERJ, 1993.

MALAGUTI, Vera. **Adeus às ilusões “re”**. In: COIMBRA, Cecília; AYRES, L.S.M.; NASCIMENTO, Maria Lívia do (org.). *PIVETES: encontros entre a psicologia e o judiciário*. Curitiba: Juruá, p. 195-199, 2009.

MALAGUTI, Vera. **Estado de polícia**. In Bernardo Kucinski (et. al.) *Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015, pp. 91-96.

MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, winter 2003.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2018.

Mulheres. Bella Larbac, Mary Janes, P. Drita e Budah, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GE4EBSieJ5g>. Acesso em 26 ago. 2018.

Mulheres Negras. Yzalú, do álbum “Minha bossa é treta”, 2016, Raposo Records. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=122kwdWN-v0>. Acesso em 24 ago 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NASCIMENTO, Maria Livia do; SCHEINVAR, Estela. **Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão**. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ*, ano 5, n. 2, p. 51-66, 2º semestre de 2005.

O contador de histórias. Filme brasileiro, do diretor Luiz Vilça, 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XXGPAFp3PC0>. Acesso em 28 ago. 2018.

PASSETTI, Edson. **Ensaio sobre um abolicionismo penal**. *Verve*, São Paulo, v. 9, p. 83-114, 2006.

PASSETTI, Edson. **O carcereiro que há em nós**. In: *Entre garantia de direitos e práticas libertárias*. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, p. 147-182, 2013.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. Brasília: Editora Brasiliense, 1999.

PASSETTI, Edson. **Sociabilidade autoritária e abolição do castigo.** In RIVERO, NEE., org. *Psicologia social: estratégias, políticas e implicações* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 31-46.

PRESTES, Clelia R. S.; VASCONCELLOS, Esdras Guerreiro. **Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo.** *Pambazuka News*. 29 nov. 2013. Disponível em <<https://www.pambazuka.org/pt/governance/mulheres-negras-resist%C3%Aancia-e-resili%C3%Aancia-ante-os-efeitos-psicossociais-do-racismo>>. Acesso em 26 ago. 2018.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se. Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. **Da insubmissão feminista da atualidade.** Programa Café filosófico, transmitido ao vivo no dia 06 nov. 2016. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=gh67t3a9Mjs>>. Acesso em 26 ago 2018.

Rima Dela. Issa Paz, Sara Donato, Anarka, Bia Doxum, Brisa Flow, Clara Lima, Alinega, Alt Niss, 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=FvbYAsKyFTs>>. Acesso em 26 ago. 2016.

RODRIGUES, Heliana. B. C. **Analisar.** In: *Pesquisar na diferença: um abecedário.* Org. FONSECA, T. M. G., NASCIMENTO, M. L. & MARASCHIN, C. Porto Alegre: Sulina, p. 35-37, 2012.

SCHEINVAR, Estela. **Anotações para pensar a proteção à criança.** *Revista do Departamento de Psicologia.* Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2 e 3, p. 66-78, 2000.

SCHEINVAR, Estela; LEMOS, Flavia C. S. **Os direitos da criança e do adolescente: o caminho da judicialização.** *Universidade e sociedade,* ANDES, Brasília, ano XXII, n. 50, p. 72-81, junho de 2012.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública. Escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

Sinfonia da Revolução. Rincon Sapiência, Nego E, Livia Cruz, Tássia Reis, Rico Dalasam, Aori e Amiri, de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h4iGBaRuPpI>>. Acesso em 26 ago. 2018

SORÓ, José Queiroz. **A clínica nas margens do ponto de vista das margens.** In: TURRIANI, Anna (Coord.). In: *Clínicas do Testemunho nas Margens.* São Paulo: ISER, 2017.

SOUZA, M. A. **25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: História, Política e Sociedade...** In: *Estatuto da Criança e do Adolescente: refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades.* CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Org. Jaqueline de Oliveira Moreira; Maria José Gontijo Salum; Rodrigo Torres Oliveira. Brasília: CFP, 2016.

TEDESCO, Silvia. H.; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana V. **A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer.** *Fractal*, v. 25 – n. 2, p. 299-322, Maio/Ago. 2013.

WEBER, M. **A Política como Vocação.** In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas*

cações. São Paulo: Editora Cultrix, p. 53-124, 1996.